

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

ELIANE DE CHRISTO OLIVEIRA

ANÁLIA FRANCO E A ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE
E INSTRUTIVA: IDÉIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A
CRIANÇA E PARA A MULHER (1870 - 1920)

Itatiba

2007

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

ELIANE DE CHRISTO OLIVEIRA

ANÁLIA FRANCO E A ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE
E INSTRUTIVA: IDÉIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A
CRIANÇA E PARA A MULHER (1870 - 1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: História, Historiografia e Idéias Educacionais. Orientador: Professor Doutor Moysés Kuhlmann Júnior

Itatiba

2007

37.043.21
O46a

Oliveira, Eliane de Christo.

Anália Franco e a Associação Feminina Benficiente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher / Eliane de Christo Oliveira. -- Itatiba, 2007.

175 p.

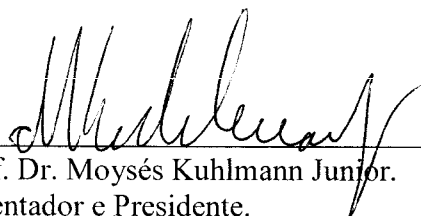
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.

Orientação de: Moysés Kuhlmann Júnior.

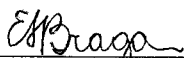
1. Emancipação feminina. 2. Educação. 3. Infância. 4. Instituição. I. Kuhlmann Júnior, Moysés. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

OLIVEIRA, Eliane de Christo. **“Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para as crianças e para a mulher (1870-1920)”**.
Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em vinte e seis de fevereiro de 2007 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior.
Orientador e Presidente.



Profa. Dra. Elizabeth dos Santos Braga.
Examinadora.



Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes.
Examinadora.

Dedico este trabalho às minhas crianças: Antônia, Clara e Sofia, à minha mãe, grande mulher, e ao meu marido, pelo incentivo e carinho. De maneira, não menos especial, dedico a todas as crianças silenciadas e privadas dos seus direitos mais elementares e do convívio com suas mães e pais.

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma etapa é sempre gratificante. Um misto de nostalgia e felicidade soma-se às expectativas sobre o próximo passo. É o momento de lembrar aqueles que, de forma desprendida e generosa, colaboraram para o processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, professor Moysés Kuhlmann Jr, pelo incentivo e crédito à minha pesquisa. A este profissional, a minha admiração pelo viés tão humano que caracteriza seu trabalho.

Às professoras da Banca: Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, pela generosidade das observações; Rosário Silvana Genta Lugli, pela contribuição durante a Qualificação e a Elizabeth dos Santos Braga, que aceitou gentilmente colaborar nesta fase final.

À CAPES pelo apoio financeiro, o qual possibilitou uma dedicação maior à pesquisa.

Ao professor Laerthe de Moraes Abreu Jr, pelos longos papos esclarecedores, enquanto eu era aluna especial nesse curso, minha gratidão e respeito.

Às professoras Maria Gabriela S. Martins da Cunha Marinho e Maria Ângela Borges Salvadori digo: suas aulas tão vivas e entusiasmadas ajudaram-me a enxergar a história de um jeito muito especial.

Ao pessoal que me ajudou com a digitalização dos documentos: Carlos, Ângela, Olga, Peterson e Alexandro, obrigada pelo cuidado e empenho.

Aos colegas, que por fim, tornaram-se importantes amigos: Silvana, Sérgio, Renata, Pedro, Antônio, Maria Célia: meu carinho e respeito.

À Solange e à Isabel, amigas queridas, agradeço porque sempre estiveram por perto, colaborando e sugerindo.

À minha irmã e sobrinhas que, mesmo longe, estiveram na torcida este tempo todo.

À Rosangela Silva de Moraes e Eliane Schneider, meu carinho e gratidão.

Agradeço a Henrique Klajner, pessoa que me ensinou a lidar com a “maternagem” e, sobretudo, estimulou em mim o gosto pela educação.

Elmo, Patrícia e Maurício da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva Anália Franco, meu mais sincero agradecimento pela disposição com que sempre me atenderam.

Agradeço também à Maura Marques Leite (sobrinha-neta de Anália Franco), pelo empréstimo da foto de Anália Franco e de alguns recortes de jornal.

Ao presidente do Lar Anália Franco, Jairo Silvestre dos Santos, obrigada pela valiosa ajuda e pela confiança, concedendo o empréstimo das fotos históricas.

À funcionara do Labrimp, Ruth E. de Martin, por ter me apresentado tantas informações valiosas. E a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram ou ficaram na torcida, obrigada!

*“Não se preocupe em ‘entender’.
Viver ultrapassa todo o
entendimento”.*

Clarice Lispector

OLIVEIRA, Eliane de Christo. *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 – 1920)*.

RESUMO

Este trabalho pretende discutir as práticas sociais e educativas na obra de Anália Franco, relacionado à educação da criança e das mulheres pobres, em São Paulo, no final do século XIX e início do XX, assim como se propõe a contribuir para análises sobre a circulação das idéias, das políticas, das iniciativas e práticas educativas, bem como dos materiais didáticos e pedagógicos que pensavam a educação das crianças neste período. A análise enfoca desde os fatores sociais que sensibilizaram Anália Franco, para a causa da criança pobre, perpassando sua formação no magistério e atuação na imprensa feminina, até a fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), no ano de 1901, em São Paulo, que teria disseminado pelo estado, cerca de 110 entidades, entre escolas maternais, asilos e creches, liceus e escolas noturnas, tanto para crianças abandonadas e órfãs, quanto para mulheres desamparadas e mães solteiras, sem distinção de credos e raças. O material didático, utilizado nas entidades, ligadas à AFBI, eram elaborados por Anália e impressos em tipografia, implementada pela Associação. Parte deste material, como o *Manual das Escolas Maternaes*, *Revista Álbum das Meninas* e *Relatórios da AFBI*, fazem parte das fontes de pesquisa, que analisamos neste trabalho, assim como fotografias registradas na época.

Palavras-chave:

Infância, Educação, Emancipação Feminina, Instituição.

ABSTRACT

This dissertation intends to discuss the social and educational practices in the work of Anália Franco, related to children education and to poor women in São Paulo, at the end of the 19th and beginning of the 20th century. It also aims to contribute to the analyses concerning the circulation of ideas, policies, initiatives and educational practices, as well as the didactic and pedagogical materials' background on children education during this period. The analysis focuses from the social factors which invoked sensibility in Anália Franco, until the cause of poor children; through her grade in teaching and engagement in the female press, until the foundation of the "Associação Feminina Beneficente e Instrutiva" (AFBI - Female Beneficent and Instructive Association) in the year of 1901 in São Paulo. The AFBI disseminated through the state nearly 110 entities, among these there were maternal schools, asylums, day-care centers, lyceums and nocturnal schools, serving orphan and abandoned children as for unassisted women and single mothers, without distinction of creed or race. The didactical material, used in all entities linked to the AFBI was elaborated by Anália and printed in a typography implemented by the Association. Part of this material, such as the *Manual das Escolas Maternaes* (Maternal School Manual), *Revista Álbum das Meninas* (The Girls' Álbum-Magazine) and *Relatórios da AFBI* (The AFBI Reports), are sources of research which were analyzed in this work, as well as photographs registered in the period.

Key-Words:

Childhood, Education, Female Emancipation, Institution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Fachada da antiga sede da Colônia regeneradora	p.18
Figura 2	– Foto de Anália Franco	p.22
Figura 3	– Prédio Asilo de Santos	p.35
Figura 4	– Carta do Centro Espírita de São Paulo	p.37
Figura 5	– Rua 15 de novembro	p.50
Figura 6	– Rua São Bento	p.52
Figura 7	– Primeira página do Álbum das Meninas	p.62
Figura 8	– Colônia Regeneradora	p.80
Figura 9	– Capa do jornal A Voz Maternal	p.81
Figura 10	– Largo do Rosário	p.86
Figura 11	– Capa do Manual das Escolas Maternais	p.90
Figura 12	– Sala de aula	p.92
Figura 13	– Recreio na Colônia Regeneradora	p.94
Figura 14	– Meninas e meninos enfileirados	p.97
Figura 15	– Pátio da Colônia Regeneradora	p.98
Figura 16	– Meninos e meninas na sala de aula	p.99
Figura 17	– Exercícios físicos ao ar livre	p.102
Figura 18	– Capa do relatório de 1905	p.104
Figura 19	– Creche e Asilo S. José do Rio Pardo	p.105
Figura 20	– Relação das Escolas Maternais da capital	p.106
Figura 21	– Relação das Escolas Maternais do interior	p.107
Figura 22	– Carta de Genoveva Lousada	p.109
Figura 23	– Oficina de trabalhos manuais	p.110
Figura 24	– Oficina de costura	p.111
Figura 25	– A interna Augusta Ormiéres	p.112
Figura 26	– Relatório de 1907	p.115
Figura 27	– Creche e Asilo de Jaboticabal	p.117
Figura 28	– Aspectos da Colônia Regeneradora	p.119
Figura 29	– Colônia Regeneradora	p.119
Figura 30	– Relatório de 1912	p.120
Figura 31	– Meninos e meninas	p.121
Figura 32	– Meninos, meninas e mulheres	p.122
Figura 33	– Verso da carta de Manoel Felipe	p.125
Figura 34	– Carta de Carlos Fernandes	p.128
Figuras 35 e 36	– Frente e verso da carta de Elisa	p.129
Figura 37	– Cena cotidiana na Colônia Regeneradora	p.131
Figura 38	– Asilo e Creche na capital	p.132
Figura 39	– Banda de música	p.134
Figura 40	– Programação	p.135
Figura 41	– Bazar	p.136
Figura 42	– Fachada do prédio da AFBI, da década de 1930	p.137
Figura 43	– Creche e Asilo de Monte Azul	p.141

Figura 44 – Altar católico	p.142
Figuras45 – Fachada vira piso.....	p.151
Figuras46 – Fachada ornamento de jardim.....	p.151
Figuras47 – Faixa decorativa com motivos infantis	p.152
Figuras48 – Faixa decorativa com motivos infantis	p.152
Figura 49 – Vitral	p.153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Num lugar da história	
1.1 O contexto social que mobiliza Anália Franco	22
1.2 A presença do espiritismo e da maçonaria na vida de Anália Franco	31
1.3 A escola e o progresso: disciplina, higiene e princípios morais	38
1.4 Educação e nação moderna	47
CAPÍTULO 2 – A força da palavra nas páginas impressas	
2.1 Com a palavra a mulher	56
2.2 Em pauta a educação e a instrução	66
CAPÍTULO 3 – Aspectos da história da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva	
3.1 Anália Franco abre caminhos para fundar a Associação Feminina	74
3.2 O jornal A Voz Maternal como meio de divulgação da AFBI	78
3.3 Os primeiros passos da AFBI	85
3.4 Influência eclética na adoção do método	96
3.5 Nas páginas dos relatórios e das cartas da AFBI	104
3.6 A Colônia Regeneradora e a expansão da AFBI	131
3.7 Primeira Guerra Mundial, gripe espanhola, pressões e críticas	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
FONTES	154
BIBLIOGRAFIA	156
ANEXOS	161

APRESENTAÇÃO

“Nada do que aconteceu deve ser perdido para a história. Só à humanidade redimida o passado pertence inteiramente”.

(Walter Benjamin)

Empreender uma pesquisa é mergulhar por vielas com muitos sinais, cujos apelos reluzentes nos prendem pelos olhos, nos enfeitiçam e por vezes fazem-se crer ilusões. O tempo da história nos distancia e nos aproxima, surge como um caleidoscópio imerso em fontes, contextos, personagens, sujeitos, cenários, disputas, conflitos, e abre-se por fim em longas páginas, cuja dolorida leitura, o folhear atento e vagaroso cabe ao pesquisador. Como bem escreveu Clarice Lispector, “todo momento de ‘falta de sentido’ é exatamente a assustadora certeza de que ali há o sentido”.

No momento em que me coloquei finalmente diante do meu objeto de pesquisa - após abandonar uma primeira intenção de estudo que focava a educação da criança cega no processo histórico -, experimentei a “falta de sentido”: estudar a condição da mulher associada à promoção da infância, mais precisamente daquela formada por crianças pertencentes às classes populares. Percorri, desse modo e com essa intenção, alguns perfis femininos da virada do século XIX até as primeiras décadas do XX.

A pista me foi dada pela leitura da autobiografia de Dorina Nowill, fundadora de uma instituição voltada para cegos na cidade de São Paulo e que leva seu nome. Em uma passagem do seu livro – ao contextualizar o momento histórico, final de 1930 e início dos anos de 1940, em que foi nomeada a primeira técnica de educação especial no estado de São Paulo -, há referências a nomes que circulavam em torno de causas sociais, ligadas à infância e à mulher. Entre esses nomes o de Pérola Byington, uma das fundadoras da Cruzada Pró-infância, em 1930.

A contribuição da mulher para a visibilidade da infância me pareceu, então, relevante, bem como a ligação estreita entre a mulher e a criança no processo histórico da educação. Desta forma concluí que, anterior à educação pensada para a criança cega, seria importante investigar a

promoção da infância em outras dimensões, que incluíssem também as crianças abandonadas, as órfãs e as negras, independente de seus credos, e em que fosse operada pelas mãos femininas.

Dos nomes Dorina Nowill e Pérola Byington, a teia intrincada da história levou à médica belgo-brasileira, Marie Rennotte, que acabou por conduzir à educadora Anália Franco. Rennotte foi colaboradora, ao lado de Anália, na revista *A Família* e na *A Mensageira*. Escreveu também para a revista *Álbum das Meninas* e mais tarde acompanhou de perto o trabalho da educadora na Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), prestando serviço voluntário e fazendo parte da diretoria. As duas permaneceram amigas até a morte de Anália Franco, em 1919.

Assim, Anália Franco - que até então para mim não passava do nome de um bairro separado por poucas travessas daquele que vivi por cinco anos na cidade de São Paulo -, colou-se por sua obra e pensamento, como uma intrigante personagem, à historiografia brasileira, particularmente da Educação. Do nome relativamente familiar, foi-se descortinando um rosto pouco conhecido dentro das discussões e análises historiográficas.

Passava praticamente todos os dias em frente ao prédio da antiga sede da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI) – que, restaurado, deu lugar ao campus de uma universidade em São Paulo. Assim como a maioria dos moradores da região, sabia pouco sobre a vida e a obra da fundadora daquela instituição. Só mais tarde com a pesquisa soube que, para além do espaço onde funciona a universidade, havia em 1911 uma única chácara com o nome de “Paraíso”. Numa área de 75 alqueires, onde hoje, pela explosão imobiliária da região, só se vêem prédios, havia a Colônia Regeneradora Dom Romualdo, uma das instituições da AFBI, que abrigava mulheres “arrepentidas” (ex-prostitutas ou que haviam tido filhos solteira), meninas e meninos, brancos e negros. Além de abrigo, essas crianças e mulheres freqüentavam as aulas oferecidas pela escola e oficinas que funcionavam na Colônia.

À medida que a pesquisa foi avançando, na busca de documentos, fui tendo a oportunidade de compor as feições de Anália. Numa busca pela *Internet*, havia várias páginas que sucintamente informavam sua biografia, vinculando seu nome, na maioria das vezes, ao espiritismo. A partir dessas informações, soube da existência da sua biografia, assinada por Eduardo Carvalho Monteiro. Esse livro apontou para uma série de fontes relacionadas à obra e ao pensamento de Anália Franco, em torno da história da AFBI. Era dezembro de 2005, e como no final do livro esse autor havia registrado seu endereço eletrônico, para que aqueles que tivessem interesse no tema entrassem em contato com ele, assim o fiz.

Minha tentativa, no entanto, foi frustrada. O biógrafo havia morrido naqueles dias. Porém, havia a esperança de eu encontrar reunidos documentos sobre a obra de Anália Franco, personificada na AFBI, em meio a seu acervo de cerca de 35 mil livros, além de um bom número de outras fontes como fotografias, revistas e jornais.

Como Monteiro era espírita, havia doado todo esse material, com a finalidade de se fundar o *Centro de Cultura, Documentação e Pesquisa do Espiritismo*, na cidade de São Paulo. Estive no local, aventando a possibilidade de realizar uma pesquisa. Receberam-me os responsáveis, mas nada puderam fazer por mim. Difícil prever em qual daquelas centenas de caixas poderiam estar os documentos, os quais eu precisava para compor o meu trabalho. No andamento da pesquisa, outras tentativas foram feitas, mas, por dificuldades variadas, aquele centro de cultura não pôde em tempo abrir seus arquivos para mim.

Numa segunda leitura da biografia de Anália Franco e outras pistas foram surgindo. Ao agradecer a colaboração do Lar Anália Franco de Jundiaí, Monteiro sugeria que alguns documentos poderiam ser encontrados lá, assim como, ao citar Kishimoto, indicava que essa autora pudesse conservar algum material de pesquisa, uma vez que na sua tese de doutorado, na década de 1980, havia dedicado algumas páginas à AFBI. Tinha enfim, duas possibilidades. Na Biblioteca Paulo Bourrol da Faculdade de Educação da USP e Labrimp (Laboratório de Brinquedo e Materiais Pedagógicos da Faculdade de Educação da USP), comecei minha “garimpagem” de documentos. Lá, encontrei o material didático da AFBI, voltado para conteúdos pedagógicos de suas escolas maternas, asilos e creches, liceus femininos, colônias regeneradoras, internatos, externatos, e dois dos números da revista *Álbum das Meninas*, lançada em 1898. Nessa publicação, via-se uma Anália preocupada em discutir a participação da mulher na sociedade, defendendo seu acesso à educação pelas páginas da imprensa.

A cada nova visita a arquivos ou a casas, que ainda funcionam e levam seu nome, entendia que estava diante de uma nova surpresa acerca da AFBI e da própria obra e pensamento de Anália. Em cada canto, residia um fragmento da sua história e por certo há outros que ainda dormem sem que eu tenha podido despertar para o diálogo.

Na segunda vez em que fui ao Lar Anália Franco de Jundiaí, o presidente do lar, Sr Jairo, pôs à minha frente um bom número de fotografias que trazem vários fragmentos da história da Associação e de sua difusão. Outras fotos digitalizadas, desta vez tendo como cenário a Colônia Regeneradora Dom Romualdo, acabaram sendo localizadas na antiga sede da Associação, no

atual Bairro Anália Franco, na cidade de São Paulo, quando lá estive para fotografar. É preciso que se diga que essas fotos fazem parte do acervo da AFBI, fato que pude me certificar quando fui à Associação para a leitura das suas atas.

Eu, que a princípio imaginava que a Associação havia sido extinta, fiquei surpresa com sua longevidade de 105 anos, ainda atuante no município de Itapetininga, interior de São Paulo. Lá são atendidas cerca de 400 crianças e adolescentes, que recebem o ensino da escola formal e têm atividades culturais, esportivas e recreativas.

Graças à longevidade dessa instituição e à atenção de um ou outro sócio - que tiveram o cuidado de recolher documentos importantes para a história da Associação -, foi possível ter acesso às atas da AFBI e a vários números da revista *Álbum das Meninas*; ao jornal *A Voz Maternal*; fotografias e um relevante número de cartas, recebidas por Anália Franco, enquanto presidente da Associação. Ao me deparar com essa diversidade de fontes, não é preciso dizer do meu entusiasmo.

Entre textos escritos, idéias e pensamentos no papel, registros fotográficos, imagens e rostos, fui costurando retalhos de uma história protagonizada por Anália Franco, mas com um elenco prestigiado, personificado pelo rosto da infância brasileira e pela mulher do final do século XIX e início do XX.

Foi possível perceber uma mulher com uma atuação marcada por ações efetivas no campo da educação infantil no estado de São Paulo. Anália pensava uma escola que incluísse e desse acesso indiscriminado a crianças, independente da sua condição social, cor e credo. Partilhava do ideal de que a mulher alcançasse sua independência, por esforço próprio, por isso colaborou, por meio de ações educativas e pela imprensa feminina, com a promoção da educação da mulher.

Seu esforço era no sentido de romper com o estereótipo da incapacidade intelectual e da fragilidade da mulher. Valorizava o esforço do contingente feminino que buscava no trabalho o sustento para seus filhos. Com vistas a essa realidade, abriu as portas da Associação para receber crianças pequenas, que ficavam no *Albergue Diurno para os Filhos de Mães Jornaleiras* ou nos asilos e creches durante o tempo que suas mães trabalhavam.

Ao tomar a AFBI como foco deste trabalho, não houve como deixar de fora da leitura e análise a produção literária e didática, assinada por Anália Franco. Compuseram este estudo: relatórios, atas, manuais, jornais, revistas, fotografias e cartas. A cada leitura e análise dessas fontes, viam-se entrelaçadas vida e obra de Anália Franco. Impossível olhar para a AFBI sem se

deparar com a mulher Anália, educadora, jornalista, escritora e sujeito da sua própria história, em diálogo com o contexto histórico do seu tempo.

O recorte temporal, definido para a realização da pesquisa, inclui as últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século XX, período de efervescentes mudanças no panorama sócio-político, econômico e cultural. Desse movimento, resultaram uma série de debates e discursos voltados para a implantação da ordem e do progresso à custa da educação, principalmente, das classes populares.

A escolha do recorte inicial, 1870, está relacionada ao fato de aquela década ter sido representativa tanto para as bases de formação de Anália, tanto sob o aspecto do magistério como do ponto de vista das escolhas de causas sociais que assumiu. Sensibilizada com as crianças negras que vão para as ruas com a promulgação da *Lei do Ventre Livre*, em 1871, Anália assumiu pelo exercício do magistério a causa da criança pobre, negra e órfã. As discussões em torno da libertação dos escravos, da mudança de regime, a instrução como propaganda do progresso, bem como a presença do movimento médico-higienista e a sua articulação com vários setores sociais, influenciando diretamente na educação, também justificam a opção pelo recorte.

O texto é composto de três capítulos, sendo que o primeiro se propõe a fornecer um panorama sobre o contexto histórico em que Anália Franco nasceu e onde desenvolveu suas bases, pensando desde então a educação da criança e da mulher. Uma abordagem voltada para a atuação de Anália na imprensa feminina é feita no segundo capítulo, ocasião em que se discute os artigos publicados por ela, por outras mulheres e homens, em defesa da educação e da instrução. Como fonte para essa análise foi tomada a revista de sua responsabilidade, intitulada *Álbum das Meninas*.

No terceiro e último capítulo a abordagem incide diretamente sobre os aspectos da história da AFBI, fundada por Anália Franco em 1901 na cidade de São Paulo. Parte do material didático elaborado pela educadora é ali apresentado e discutido, na tentativa de identificar as influências de pensamento que recebeu, além do método de ensino adotado em suas escolas.

A Associação, voltada à criança negra, pobre e órfã, tinha também uma política para a mulher e não fazia qualquer discriminação de credo ou de raça. Ao longo da sua história, foram implementadas cerca de 110 escolas, entre asilos, creches, escolas maternais, liceus femininos e a colônia regeneradora. A Associação contou com o apoio da sociedade civil, da maçonaria e de grupos espíritas; recebeu subvenções do Estado e do município e ganhou a antipatia do clero.

Oficinas de tipografia, de confecção de chapéus, de corte e costura, além de cultivo de flores e um trabalho intenso na lavoura, contribuíram para o sustento da AFBI. Porém, com a Primeira Guerra Mundial e os tempos de crise a Associação se ressentiu. Na Banda Feminina, Anália encontra um meio possível para angariar recursos. Assim durante quatro anos, a Banda excursiona pelos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Pelas imagens registradas nas fotografias, é possível observar a convivência entre crianças negras e brancas; de idades diferentes e entre adultos. Os aspectos de organização, de higiene e de disposição das salas de aula servem como testemunho para legitimar as propagandas que a AFBI fazia de suas escolas. As fotografias que compõem este trabalho, assim como as demais fontes, foram localizadas em espaços diferentes e pertencem tanto à AFBI quanto às sucursais que foram implantadas na época de Anália, mas que hoje não têm qualquer ligação entre si. Aquelas cedidas pela AFBI são digitalizadas, enquanto que as do Lar Anália Franco de Jundiá passaram pelo processo de digitalização das originais em papel.

Por acreditar no potencial de informação e expressão que a fotografia agrega, fico muito satisfeita por terem seus respectivos “donos”, de maneira generosa, confiado-as a este trabalho.

Conforme Kossoy (2001, p.39):

O ato do registro, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc); essa fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração material (tecnologia empregada) e nos mostra um fragmento do real (o assunto registrado).

Ao trazer esse fragmento do real, entende-se que a fotografia constitui-se como uma espécie de tijolo, um vestígio do passado, que conjugada com outras fontes, colabora para a construção da leitura da história. O momento do registro, ou aquele em que a imagem foi escrita, guarda no resultado material da fotografia, informações e expressões. Nas palavras de Mauad (2004, p.25), “na qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo”.



Figura 1: Fachada da casa, sede da Colônia Regeneradora Dom Romualdo, em São Paulo, hoje tombada como patrimônio histórico, mas não aberta à visitação. Sem data. (Fonte: AFBI Anália Franco)

Entre as fontes utilizadas nesta pesquisa estão: 19 números da revista *Álbum das Meninas*; 12 números do jornal *A Voz Maternal*; atas de 1901 até 1922; 79 cartas recebidas pela presidente da AFBI; relatórios dos anos de 1905, 1907, 1910 e 1912; livros de visita; material de propaganda das Creches; mapa resumido sobre as instituições; leituras infantis; Manual das Mães de 1916 e 1917; Manual das Escolas Maternaes de 1902; Lições para as Escolas Maternaes; Sucinto Resumo Histórico das Escolas Maternaes de 1910; Jornal *Unificação* nº 178; Jornal *A Tribuna* de 9/9/1928; Boletim *GEAE -Grupo de Estudos Avançados Espíritas* nº 459, 17/07/2002; cerca de 40 fotografias das escolas, das creches e asilos, dos orfanatos e da colônia regeneradora, vitrais pinturas em parede com cenas de brincadeiras infantis.

A orientação teórica que entende-se ser mais apropriada para a construção deste trabalho é a que valoriza o indivíduo e que na dimensão do conflito recupera o sujeito. Apesar de identificarmos esta preocupação presente em vários teóricos estudados, não podemos deixar de

lembrar o exemplo de Carlo Ginzburg que, meticulosamente, nos faz ver como se constrói um escrito histórico a partir de histórias de sujeitos silenciados, nos alertando para o peso das perguntas ao interrogarmos as fontes. Além de Ginzburg, nos inspiraram: Eric Hobsbawm e E.P. Thompson.

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.) (THOMPSON, 1981, P.50).

Peter Burke, Maria Ciavatta e Boris Kossoy colaboraram, por meio de seus textos, para a leitura das imagens fotográficas. O biógrafo de Anália Franco, Eduardo Carvalho Monteiro, sugeriu, por meio de seu livro, boas pistas e forneceu várias informações. Leituras de autores como Marta Maria Chagas de Carvalho, Carlos Monarcha, Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, Moysés Kuhlmann Jr e Tizuko Kishimoto também ajudaram no alicerce deste trabalho.

A leitura de trabalhos como o de Ana Mignot e de Maria Aparecida Lima Dias, que têm no centro das suas discussões a presença feminina na educação, mostrou-me outras mulheres esquecidas pela historiografia.

Por entender que a história é construção constante, o objetivo deste trabalho é poder contribuir para uma análise da relação entre a mulher e a promoção da infância na história da educação, através do exemplo histórico de Anália Franco. Este trabalho, *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 – 1920)*, está vinculado ao projeto: “Temas e fontes na história da educação das crianças”, coordenado pelo professor Dr. Moysés Kuhlmann Jr, meu orientador.

A história da AFBI, ao lado da obra e pensamento de Anália Franco coloca-se para nós como um instigante trabalho de pesquisa, que busca contribuir para a discussão das idéias e práticas educativas voltadas para crianças e mulheres pobres, não apartada do discurso médico-higienista, jurídico-policial e religioso, mas com outro viés: o da perspectiva do pensamento da mulher da virada do século XIX para o XX.

A considerar sua produção literária - escreveu contos, crônicas, poesias e romances -; sua atuação como jornalista em revistas e jornais; sua obra didática e leituras infantis, sem contar a

abrangência da AFBI e o seu caráter pioneiro no que se refere à educação e profissionalização da mulher, Anália Franco figura na história como um fragmento importante para colaborar na (re)construção da historiografia da educação.

CAPÍTULO 1

NUM LUGAR DA HISTÓRIA

1.1 O contexto social que mobiliza Anália Franco

“Reivindicar a presença das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições da história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’ ou pelo menos, como reflexões sobre o que aconteceu ou teve importância no passado”.

(Joan Scott)



Figura 2 – Anália Franco

Falar da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI) é também falar da sua fundadora, Anália Franco, discutir a presença feminina no século XIX, o universo da mulher, o

magistério e o exercício dessa profissão como trampolim para a atuação na vida pública e lugar de relações sociais e de trocas de idéias.

O percurso trilhado pela educadora Anália Franco, o espaço de visibilidade conquistado por ela, enfim, as rupturas e limites para a sua atuação são marcados pela defesa que assume do acesso indiscriminado de crianças e mulheres à educação. Entendemos, portanto, que analisar os documentos da AFBI é estar diante de um convite irrecusável para discutir o papel da mulher e os valores eleitos pela sociedade daquele período. É preciso dizer que Anália, junto com outras mulheres, idealizou e fundou a AFBI, permanecendo de 1901 até o início de 1919 (quando morreu) como presidente dessa Associação centenária, ainda em atividade.

No diálogo com as fontes, propomo-nos, neste capítulo, a percorrer alguns caminhos na tentativa de identificar os espaços de sociabilidade que contribuíram para a formação de Anália Franco, bem como pretendemos discutir sua rede de relações, suas posições políticas e bandeiras defendidas. Um atalho - no sentido de ir direto para a história da Associação, desprezando a presença do sujeito Anália -, seria, a nosso ver, inadequado para o contexto no qual pretendemos inscrever este trabalho.

Embora não se proponha aqui, a realização de um estudo de uma vida em particular, concordamos com Borges (2005, p.222) sobre a questão de que “o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações” e que, por isso “algumas coordenadas devem ser levadas em conta pelo pesquisador: deve-se *atentar para os condicionamentos sociais* do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam o seu dia-a-dia” (grifos da autora). O fato de concordarmos com Borges tem resposta no percurso da nossa pesquisa: não foi a AFBI que localizamos primeiro na construção deste trabalho, mas a pessoa de Anália Franco. Daí a sua rede de relações nos levou à AFBI.

Quando se olha para os propósitos que fizeram nascer a Associação, percebe-se que havia na sua idealizadora uma sensibilidade social despertada muito tempo antes da efetiva fundação da Associação. O contexto social que mobilizou Anália, direcionando-a para o caminho das causas da educação, estava sob o guarda-chuva das leis regidas por escravocratas e monarquistas.

Era um Brasil de açoites, em que escravos “vergados ao peso das messes, mas felizes e cantando”¹, comoviam a ainda menina Anália Emília Franco (assim batizada), nascida em 1º de

¹ Trecho da poesia “Uma saudade”, escrita por Anália Franco, que faz referência a momentos da infância. (*Álbum das Meninas*. Revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras, julho, 1898, p.90).

fevereiro de 1853, em uma família católica, na cidade de Resende (RJ). Filha de Antônio Mariano Franco Júnior e Thereza Franco, Anália era a filha mais velha do casal, tendo como irmãos: Antônio Mariano Franco e Ambrosina Franco.

Sobre o ano do seu nascimento, há situações que aparece como sendo em 1853 e outras em 1856. Dúvida tirada à prova por seu biógrafo, Eduardo Carvalho Monteiro, que atesta ser 1853 o ano correto, apresentando-nos dados de seu batistério. Pudemos perceber no decorrer de algumas leituras referentes à Anália que, pelo fato de as duas datas serem tomadas como do seu nascimento, há variações de dois ou três anos para o mesmo acontecimento em sua vida, dependendo da origem da publicação. Por exemplo, alguns escritos citam que Anália teria 13 anos iniciou no magistério, outros dizem para essa mesma circunstância, que Anália teria 15 anos.

A data de nascimento, no entanto, não é a única lacuna na trajetória da educadora. Isso poderá ser observado ao longo deste e dos demais capítulos que compõem nosso estudo.

Nada conseguimos levantar sobre a sua relação familiar, nem mesmo qual era a atividade desempenhada pelo seu pai, apenas que ele teria nascido em Mogi das Cruzes, em São Paulo. Sua mãe, professora, era pernambucana e teria vivido com Anália até morrer, já no início do século XX.

Até os oito anos de idade, Anália viveu em Resende, cidade em que teve também as primeiras noções de aprendizagem escolar, promovidas pela sua mãe. Em 1861, segundo Monteiro (2004, p.37), a família de Anália teria se estabelecido em São Paulo. Entre uma incursão e outra por cidades do interior, provavelmente por motivos de trabalho, Anália fixou-se na capital, particularmente, a partir de 1898. Ali morreu em 20 de janeiro de 1919, vítima da epidemia de gripe espanhola, quando ainda era presidente da AFBI.

Na cronologia da vida de Anália, apontada por Monteiro (2004, p.37), há algumas lacunas quanto à sua atuação na vida pública, entre os anos de 1875 e 1898. Nesse período, há poucas referências à sua trajetória profissional. Uma delas é do ano de 1876 – quando Anália muda-se com a mãe, de São Paulo para Guaratinguetá e passa a ser sua assistente naquela cidade -, e a outra, em 1877, quando retorna à capital para fazer a escola normal. No final daquele ano, o jornal *A Província de São Paulo* elogia o exame por ela prestado.

Monteiro relata que Anália teria feito algumas incursões para o interior do estado, como São Carlos do Pinhal e Taubaté. Não se sabe precisamente, mas existe a possibilidade de ter sido

Taubaté a cidade em que iniciou no Jornalismo, colaborando nos jornais e revistas literárias como *A Família*, *o Eco das Damas* e *A mensageira*, ao lado de expoentes femininas da época, como: Presciliana Duarte de Almeida, Josefina Álvares de Azevedo, Zalina Rolim, Inês Sabino, Amélia Carolina da Silva, Francisca Clotilde, Cândida Fortes, Francisca Júlia da Silva, Maria Clara da Cunha Santos, Júlia Lopes de Almeida, Guiomar Torrezão e outras (2004, p.61).

Em 1898, Anália lança sua própria revista, intitulada *Álbum das Meninas*. No ano de 1901 funda a AFBI e a partir dessa data, como poderemos observar nos capítulos que seguem, a vida e obra de Anália Franco se fundirão num único objetivo: o de atender crianças e mulheres, fundando escolas, asilos e creches, liceus femininos, orfanatos, implementando ensino profissionalizante, combatendo o analfabetismo.

Embora não tenhamos encontrado nenhum documento que explicite o porquê da opção pelo magistério, feita por Anália, entendemos que para além de ser uma possibilidade de transpor os muros do mundo destinado às mulheres de sua época - no caso o ambiente doméstico -, o magistério associado à imagem da sua mãe e da mulher, representava para Anália uma um espaço possível de mudança na “ordem natural” das coisas estabelecidas.

Toda a infância e em boa parte da vida adulta, Anália conviveu com uma sociedade escravocrata. A mudança do interior do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo propiciou, certamente, que Anália assistisse a uma série de mudanças no cenário brasileiro, particularmente ligado à urbanização e seu contraste com o meio rural. O fato de ter escolhido o magistério, pode ter favorecido uma proximidade com a atmosfera intelectual da época. Suas opções políticas e a defesa social que assume devem ter aflorado em meio a tensões sociais que supomos terem feito parte não só da sua vida, como da de toda a sociedade nas últimas décadas do século XIX.

Enquanto, em 1868, aos 15 anos, Anália iniciava no magistério, auxiliando sua mãe, outras jovens reproduziam as gerações anteriores, colaborando para a manutenção do lar como santuário reservado à figura feminina. Quanto mais fechadas no espaço privado de suas vidas em suas casas menor era o alcance na participação efetiva na vida pública dominada pelos homens. Esta parecia ser a regra. Com ela, mulheres como Anália buscaram ser exceção, cultivando a leitura e a escrita, não se contentando apenas com as atividades voltadas para o aprimoramento das prendas domésticas.

O fato da mãe de Anália trabalhar fora de casa como professora causa estranheza, de certa forma, considerando que não era comum naquela época mulheres casadas estarem no mercado de

trabalho. Essa situação, associada à produção literária de Anália – em que suas protagonistas são, na maioria, meninas e moças órfãs –, faz-nos supor que talvez seu pai já tivesse falecido e que trabalhar, para sua mãe, fosse condição primeira de sobrevivência. Se relevarmos essa possibilidade, poderemos avaliar que havia na história de vida de Anália alguns elementos que sustentavam sua opção de luta, que tinha como foco as causas dos excluídos e discriminados.

A defesa da causa social assumida por Anália - que permeou o seu percurso de educadora, escritora e jornalista – está associada aos reflexos da *Lei do Ventre Livre*, aprovada em 28 de setembro de 1871. Essa lei tornava livres todos os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir da data de sua promulgação. Os filhos menores ficavam sob o poder e autoridade dos senhores de suas mães, que tinham a obrigação de criá-los até os 8 anos de idade, completos. A partir dessa idade, o senhor da mãe da criança tinha a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou utilizar os serviços do menor até que este tivesse 21 anos completos ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei do Ventre Livre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_Ventre_Livre). 8/10/2006).

Conforme Barata (1999, pp.119-120), a Lei do Ventre Livre não teria trazido resultados satisfatórios para os abolicionistas. Se, em princípio, a lei havia conseguido neutralizar esse movimento, “sua ineficácia provocou um ressurgimento deste movimento através do aparecimento de várias sociedades emancipadoras com uma acentuada participação popular durante a década de 80”.

Nos anos que se seguiram, a *Lei do Ventre Livre* teria suscitado muitos abusos por parte dos fazendeiros, desinteressados em criar os filhos de seus escravos sem o retorno financeiro que desejavam. Segundo consta no Boletim do GEAE (Grupo de Estudos Avançados Espíritas, nº 459, 2003), diante dessa situação, Anália teria escrito cartas para as mulheres fazendeiras, apelando em favor das crianças então abandonadas, ao tempo que buscava meios de ampará-las. Assim, apesar de ter sido aprovada num “Concurso de Câmara”, em 1872, na capital, que lhe garantiria trabalhar oficialmente como assistente de sua mãe, Anália teria preferido ir para o interior, conforme comentário de Tizuko Kishimoto (1988, p.52):

Ao perceber que os pequenos negrinhos expulsos das fazendas já perambulavam mendigando pelas ruas, imediatamente troca seu cargo na Capital paulista por outro, no interior, a fim de socorrer as criancinhas necessitadas. Num bairro de uma cidade do norte de São Paulo instala, em imóvel alugado, a primeira ‘Casa

Maternal', amparando todas as criancinhas trazidas à sua porta ou encontradas nas moitas e estradas.

O local onde foi instalada a “Casa Maternal”, de acordo com Kishimoto (1988), seria cedido gratuitamente se Anália respeitasse a condição imposta pela proprietária, que era a de não misturar crianças brancas com negras. Condição não aceita por Anália, que paga um aluguel pelo imóvel. A proprietária, no entanto, ao ver sua fazenda transformada em Albergue de crianças negras, usa seu prestígio e consegue a remoção de Anália. Diante do fato, a professora teria ido para à cidade, onde alugou uma velha casa, pagando de seu próprio bolso. Além disso, anunciou em folha local a existência do abrigo. Como o restante de seu salário era insuficiente para pagar as despesas da alimentação, a opção foi a de ir com as crianças pedir esmolas.

O comportamento, insólito para a época, de uma professora espírita proteger negros, filhos de escravos, pedir esmolas pelas ruas em pleno regime monarquista, católico e escravocrata, gera um clima de antipatia e rejeição entre os moradores da região ante a figura daquela mulher considerada perigosa, e seu afastamento da cidade já é cogitado, quando surge um grupo de abolicionistas e republicanos a seu favor. (KISHIMOTO, 1988, p.53)

Na leitura do episódio, a que se refere Kishimoto, chamou-nos a atenção o fato de Anália Franco ter sido espírita. Outras fontes posteriores, como a sua biografia, indicam-nos, no entanto, que a essa época (década de 1870) Anália não havia se convertido à religião espírita. Até porque, segundo o próprio Monteiro (2004, p.199):

Precisar-se a data e como a Missionária de Educação converteu-se ao espiritismo é tarefa difícil depois de 70 anos de seu desencarne e sem que se tenha encontrado qualquer fato ou depoimento concreto na pesquisa biográfica que empreendemos. Alguns fatos e referências, contudo, fazem crer que, batizada e praticamente católica moderada até por volta de 1899, por essa época, concomitantemente à cegueira que a vitimou, em sua cura é que se deu sua aproximação com o Espiritismo. Arriscando, porém, uma hipótese, sem que tenhamos dados fidedignos para comprová-la, talvez nessa cura possa estar a chave do enigma.

Não encontramos nenhuma informação distinta da que nos apresenta seu biógrafo, porém a questão religiosa, ao lado da moral, tem peso relevante na obra produzida pela educadora, como pode ser observado nos seus textos literários e outros, publicados na revista *Álbum das Meninas*, a qual estaremos analisando no capítulo seguinte.

Quanto ao Espiritismo, é importante destacar que ele nasceu na França e foi decodificado por Allan Kardec, na metade do século XIX, culminando no lançamento da obra *O livro dos espíritos*, em 18 de abril de 1857. O Brasil, à época que estamos nos reportando, mirava a França como modelo de civilização, ideal a ser perseguido para se atingir o *status* de nação; havia ainda circulação de literatura estrangeira entre os intelectuais brasileiros, particularmente escrita em francês.

Na Corte, após a floração extemporânea do início dos anos 60 e do longo período de incubação, a doutrina de Kardec renascia como um dos aspectos do dia. A convicção dos fiéis demonstrou que não se tratava de uma novidade antiga, que apenas aflorava à superfície para logo ser tragada por águas profundas. Essa renascença, agora, vinha entrelaçada às reivindicações sociais mais corajosas e liberais. Entre os jovens propagandistas republicanos havia vários espíritas. Dos 58 signatários do *Manifesto Republicano* de 1870, dois, pelo menos, eram espíritas: Bittencourt Sampaio e Otaviano Hudson; um terceiro, Antônio da Silva Neto, se converteria pouco depois. Os tolerantes, o que equivalia a dizer simpatizantes, também eram muitos, como Quintino Bocaiúva, que aceitaria o espiritismo muitos anos após. O próprio Saldanha Marinho revelava simpatia pelos discípulos de Kardec. Aliás, o grande jornalista afagava tudo o que se opunha ao clero. Daí ter aberto as colunas de *A República* para a divulgação do espiritismo. (MACHADO, 1996, p.113)

Nas reuniões republicanas e nas conversas de redação, estariam em pauta discussões em torno da queda da monarquia e da abolição da escravatura. Porém, conforme Machado, apesar de todos serem intelectuais abertos aos problemas contemporâneos - juntava-se ao grupo também Silva Neto -, outros temas fariam parte da roda, entre os quais, o espiritismo. A Doutrina espírita teria se irradiado, para além da Corte e conquistado novos adeptos em todo o país. Fatores como esses podem ter contribuído para que Anália tivesse tido contato com idéias relacionadas à doutrina espírita, bem como com a própria obra de Kardec.

O livro dos espíritos foi a primeira tradução brasileira de uma obra de Allan Kardec, feita pela Livraria Garnier, em 1875. Esse fato, de acordo com Machado, teria instigado a imprensa a criticar duramente Garnier, na época maior editor do país.

Um outro dado é que o Espiritismo apresenta algumas afinidades com o cientificismo, que naquele momento histórico era largamente propagado, tendo por base a evolução. A própria tríade em que se assenta o Espiritismo - Filosofia, Ciência e Religião - está relacionada ao fato dessa crença valorizar sobremaneira a razão.

A evolução, segundo os crentes no Espiritismo, pode ser atingida por meio do melhoramento do espírito, com a prática principalmente da caridade.

A visão espírita difere daquela do campo científico somente quanto ao agente que evolui. Enquanto a ciência encara a evolução biológica de forma materialista, vendo os seres, até mesmo o Homem, apenas como matéria, o espiritismo, ao considerar o mesmo processo biológico, expõe o espírito como principal agente que evolui. A evolução orgânica é fruto da evolução espiritual, contínua no tempo, resultado de uma constante passagem dos seres por dois mundos: o mundo terreno e o mundo espiritual.[...] Kardec nos aponta para a evolução da vida como um processo acionado por um agente espiritual. Transfere, portanto, a evolução para o espírito, considerando-o como o agente que progride no tempo.[...] (SOUZA, 2002, pp.57-180):

As questões colocadas, relativas à presença do Espiritismo e sua afinidade com o cientificismo, não propõem aqui uma discussão aprofundada. Apenas busca, com isso, tentar entender seus possíveis reflexos naquele momento histórico, do qual o sujeito Anália não estava descolado. Pelo que se observa, ela era uma mulher que lia muito, principalmente autores franceses. O fato de a tradução de *O livro dos espíritos* ter sido feita em 1875 pode também indicar que, de alguma forma, tenha chegado às mãos da educadora, até porque como vimos, discussões que incluíam temas relacionados à queda da monarquia e à abolição da escravatura, também podiam acolher aquelas relacionadas ao espiritismo. Importante dizer que em 1876, a mesma Livraria Garnier editou a tradução nacional de outra importante obra de Kardec: *O evangelho segundo o espiritismo*.

O acesso ao conhecimento espírita pode, portanto, ter despertado em Anália a vontade de conhecer mais de perto a Doutrina. Porém, não temos condições de precisar em que ocasião tal

fato tenha ocorrido e se ela teria se convertido imediatamente, ou diante do contexto teria sido discreta e não professado a fé publicamente.

É importante destacar que ser espírita muitas vezes significava fazer parte da Ordem Maçônica e vice-versa. Nas palavras de Machado (1996, p.146), Maçonaria e Espiritismo andaram durante muito tempo associados. “[...] Maçom, espírita e republicano poderia ser a tríplice divisa para identificar o comportamento político-social-religioso de vários homens notáveis do ocaso imperial, em oposição ao reacionarismo católico [...]”.

Alexandre Mansur Barata (1999), em estudo sobre a ação da maçonaria brasileira, aponta para a expressiva atuação maçônica, no período de 1870 a 1910, seu engajamento nos mais diversos debates intelectuais e a presença, enquanto grupo, na pressão política em defesa da abolição da escravidão, da separação entre Igreja e Estado e da universalização do ensino primário com ênfase na inclusão da mulher e das classes populares. Se tomarmos o pensamento de Anália - refletido em suas ações que privilegiam a criança negra abandonada e a instrução da mulher -, pode-se dizer que há uma aproximação também com a maçonaria.

O discurso veiculado no Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil, em julho de 1872, conforme descrito por Barata (1999, p.140), dá-nos uma dimensão clara da situação: “Instruamos nossas mulheres, instruamos nossos filhos. Nós os libertaremos do medo, do terror que certos homens se obstinam em fazer penetrar em suas almas fracas e sensíveis por doutrinas insensatas, e por mentiras que todos os dias impunemente divulgam”. Seguindo uma tendência internacional, a Igreja Católica no Brasil iniciou um processo de reorganização interna, conhecido como romanização do clero católico. Tal processo, nas palavras de Barata (1999, p. 100), significou a condenação da Maçonaria, do Protestantismo, do Espiritismo e dos cultos de origem africana por parte da Igreja Católica.

Ao mesmo tempo, a questão religiosa, segundo Machado (1996, p.145), era traduzida por uma onda de repúdio da imprensa liberal com relação à atitude dos bispos. “As novas gerações começavam a se afastar da religião, seduzidas por diretrizes filosóficas. Por extensão, a Igreja era vista como uma instituição arcaica, servida por um clero corrompido e venal”.

1.2. A presença do Espiritismo e da Maçonaria na vida de Anália Franco

Na primeira página do *Jornal São Paulo*, publicado em 29 de janeiro de 1908, as instituições de Anália são apontadas como “espíritas”, “perigosas”. Acusam-nas de viverem à custa de subvenções maçônicas e da proteção de “livres-pensadores”. O trecho, conforme citado no trabalho de Monteiro (2004, p.192), diz o seguinte:

Essas escolas, para uns suspendem a taboleta de institutos leigos, acolhendo a todos, judeus, protestantes, espíritas, livres-pensadores, catholicos, para outros a quem não soe bem a denominação de Institutos sem religião, falam de Deus e Jesus, em Maria e assim vão enganando as consciências tímidas e desconfiadas, que se não apercebem de que aquelles santos nomes, envolvidos em taes escolas nada significam senão uma profanação a mais a acrescentar às outras a que o espiritismo se entrega. (Jornal São Paulo apud MONTEIRO)

Quando trata das posições sociais e políticas de Anália, Monteiro afirma que Anália recebia forte oposição da Igreja por suas convicções espíritas e pelo apoio da Maçonaria à sua obra. Na revista *Álbum das Meninas*, de 31 de outubro de 1898, quando Anália publicou o texto *A Lei do Trabalho*, é possível perceber pela exposição dos seus pensamentos políticos e sociais, uma certa afinidade com as idéias maçônicas e republicanas.

Hoje que o nosso futuro pertence a Democracia que é a liberdade, a justiça e a fraternidade, triade harmonica cujas tendências generosas são para unir entre si e estreitar em indissolúveis laços os membros dispersos da família humana, é um dever sacratíssimo que a consciencia nos impõe e contribuirmos humildemente com o nosso trabalho para esse fim superior e mysterioso que é o como o alvo supremo a que o universo encaminha. Assim para que a revolução pacifica das ideas venha a tomar a posse definitiva do que o de direito lhe pertença: para que os caminhos de direitos de força cedam o lugar ás victorias da civilização, cumpre evidentemente cultivar e aperfeiçoar as instituições democraticas, e trabalhar com afinco na educação do povo, para o goso dos direitos, e, principalmente, para o cumprimento dos deveres domesticos.

O auge da presença de Lojas maçônicas no estado de São Paulo, conforme Barata (1999, pp.75-141) ocorre entre 1901 e 1905, alcançando o número de 176. Este período coincide com a fundação e expansão rápida da AFBI. Em julho de 1922, o estado de São Paulo contava com 59 escolas, voltadas para a alfabetização das camadas populares, apoiadas pela maçonaria.

Na capital, a Loja Maçônica Sete de Setembro chegou a manter 12 escolas e Asilos e Creches da AFBI, que também recebeu o apoio das Lojas Comércio e Ciências e Grande Oriente de São Paulo. No interior, de acordo com Monteiro (2004, p.193), colaboraram as Lojas: Amor e Luz (Sertãozinho); Fé e Esperança (Jaboticabal); Ribeirão Preto e Estrela D'Oeste (Ribeirão Preto); Fraternidade Paulista (Barretos); Corações Unidos (Santa Cruz das Posses); Amor à Pátria (Bragança Paulista) e São Paulo (São João do Paraíso).

Sobre a ligação de Anália com a Maçonaria, assim fala Monteiro (2004, p. 191):

Se de um lado Anália Franco recebia forte oposição da Igreja por suas convicções espíritas, de outro, a maçonaria, Instituição que tem por escopo lutar pela liberdade de consciências e é avessa a qualquer sectarismo religioso, de raça ou de cor, sempre auxiliou a Obra da Benemérita Educadora. E era natural que isso acontecesse. Maçons e republicanos tinham a plena consciência da importância da instrução do povo para o novo regime e da criação de uma identidade cultural para o país que sedimentasse a emancipação do jugo luso, contrariamente aos imperialistas e católicos, estes temerosos de perder seu domínio religioso sobre a sociedade brasileira.

Moraes (2003, pp.255-256) observa que no período republicano a Maçonaria era atuante na área do ensino popular, mas diversifica suas ações, voltando-se fortemente para a educação infantil.

Entre as escolas maçônicas destacam-se, pelo seu avultado número e pela quantidade de seus alunos, as instituições criadas pela *Loja Sete de Setembro*. Fundadas em 1909, propunham-se – segundo o diretor Nelson Teixeira – ‘a guiar os primeiros passos daqueles que se iniciam no período educativo ou que, retardatários vivem aos tropeços contínuos, por falta de luz da instrução’. Ou seja, tinham por objetivo ‘auxiliar a ação benemérita e patriótica do governo, sem cogitar de outra coisa do que observar cegamente este programa – receber um analfabeto e no mais curto prazo de tempo, fazê-lo saber ler, escrever, contar e conhecer a grandeza deste solo – o Brasil, pátria nossa e daqueles que ele tão hospitaleira e beneficentemente abriga, como se fossem seus próprios filhos’.

A Escola Maternal Dr Bento Quirino, em Campinas, que aparece na lista de escolas da AFBI em 1905, pode ser um indicativo de que havia apoio à obra de Anália por parte daquele que lhe emprestava o nome. Bento Quirino figura na lista dos maçons brasileiros da virada do século XIX para o XX, tendo sido um dos fundadores do Colégio Culto à Ciência, de Campinas. Ou o fato de Anália homenageá-lo pode ter rendido o apoio deste à sua obra. Ou, ao contrário, o apoio pode ter motivado a homenagem.

Entre as deliberações, que constam na ata da reunião de diretoria e conselho fiscal da AFBI, do dia 5 de julho de 1903, está a de dar às últimas escolas criadas “o nome dos mesmos cavalheiros” que estavam prestando benefícios à Associação. Desta forma, ficou definido que à escola que funcionava no bairro do Braz fosse dado o nome de Grande Oriente “em atenção e reconhecimento pelo auxílio que a Loja Maçônica Grande Oriente está prestando à Associação”.

Por tratar-se de uma ordem que não admite mulheres no seu grupo, não podemos afirmar que Anália pessoalmente tenha feito parte da sociedade maçônica, o que pode ter ocorrido de maneira indireta, via seu marido, ou até mesmo via sua rede de relacionamentos, por meio de sócios, maridos de sócias e membros da diretoria da ABFI.

Ainda que não tenhamos encontrado nenhum registro que demonstre uma ligação direta de Anália com a Maçonaria, chamou-nos a atenção o artigo *A Mãe da Pobreza*, de Monteiro (2006, p.1). O autor discute a presença feminina na maçonaria por meio da *Associação Operárias Leigas do Bem*, entidade que ele se refere como “para-maçônica”, ligada à *Loja Piracicabana*, fundada em 1897.

A mulher que inspira o título de seu artigo é D. Eugênia da Silva, última sobrevivente da agremiação. Ao seu lado estavam outros nomes como Escolástica do Couto Aranha, presidente da *Associação*, Augusta da Silva Possolo, Maria Mendes, Carlota de Paula Ferreira, Joaquina da Silva, Sara Gooda, Ana Couto e Teresa Castanho, e outras cujos nomes que não são citados, mas que seriam cerca de 50. Tendo por fim amizade e concórdia, o trabalho das associadas almejava a regeneração da mulher, sua reabilitação social e a garantia de seus direitos. De acordo com o *Almanak de Piracicaba de 1900*, a execução do programa da *Associação Operárias Leigas do Bem* se fazia por:

Intermédio da instrução gratuita em todas as escolas fundadas pela associação, por conferências públicas, por Propaganda escrita, por socorros aos indigentes, pela fundação e manutenção de hospitais e asilos, por socorros aos indigentes, pela

fundação e manutenção de hospitais e asilos ou auxílios aos que já existem com caráter leigo. (ALMANAK DE PIRACICABA DE 1900 apud MONTEIRO)

E o que Anália teria a ver com as Operárias Leigas do Bem? A princípio, não há evidências da sua filiação com a *Associação*, porém os preceitos que reuniam as mulheres em torno do trabalho da agremiação, como pudemos ver pela sua propaganda, aproximam-se bastante dos valores da AFBI. A mulher está de novo no centro das discussões. Também nos chamou a atenção o fato de Clélia Rocha, uma das seguidoras do trabalho de Anália Franco, ter fundado na década de 1920 um grupo denominado de Liga Feminina Operárias do Bem. O grupo era composto por suas pupilas maiores de 16 anos e tinha como objetivo a formação de novas equipes de cooperadoras que pudessem mais tarde dar continuidade ao seu trabalho assistencial. Clélia Rocha era natural de Piracicaba e mais tarde fundou em São Manuel o Lar Anália Franco, ainda em atividade.

Na assembléia geral extraordinária, realizada em 19 de julho de 1902, um dos nomes que figuram entre as associadas participantes é de Eugenia da Silva. Apesar de o nome ser o mesmo não temos, no entanto, como afirmar se tratar da mesma pessoa ligada à *Associação Operárias Leigas do Bem*.

Um outro fragmento na trajetória de Anália, a deliberação em ata da Associação - em 3 de fevereiro de 1903, quanto à permanência da sede do *Centro Espírita de São Paulo*, no Largo do Arouche nº 64 -, sugere que o Espiritismo poderia ser de fato a opção religiosa da educadora. Por meio de ofício se propunha que no espaço pudessem funcionar à noite, os trabalhos desse Centro. E durante o dia a sala estaria livre para funcionar uma das Escolas Maternais. A proposta do ofício foi posta em votação e a solicitação aceita. É importante destacar que o marido de Anália, Sr Bastos, foi o fundador e um dos dirigentes do *Centro Espírita de São Paulo*. O Centro, por sua vez, foi pioneiro na aglutinação do movimento espírita em São Paulo no início do século XX.

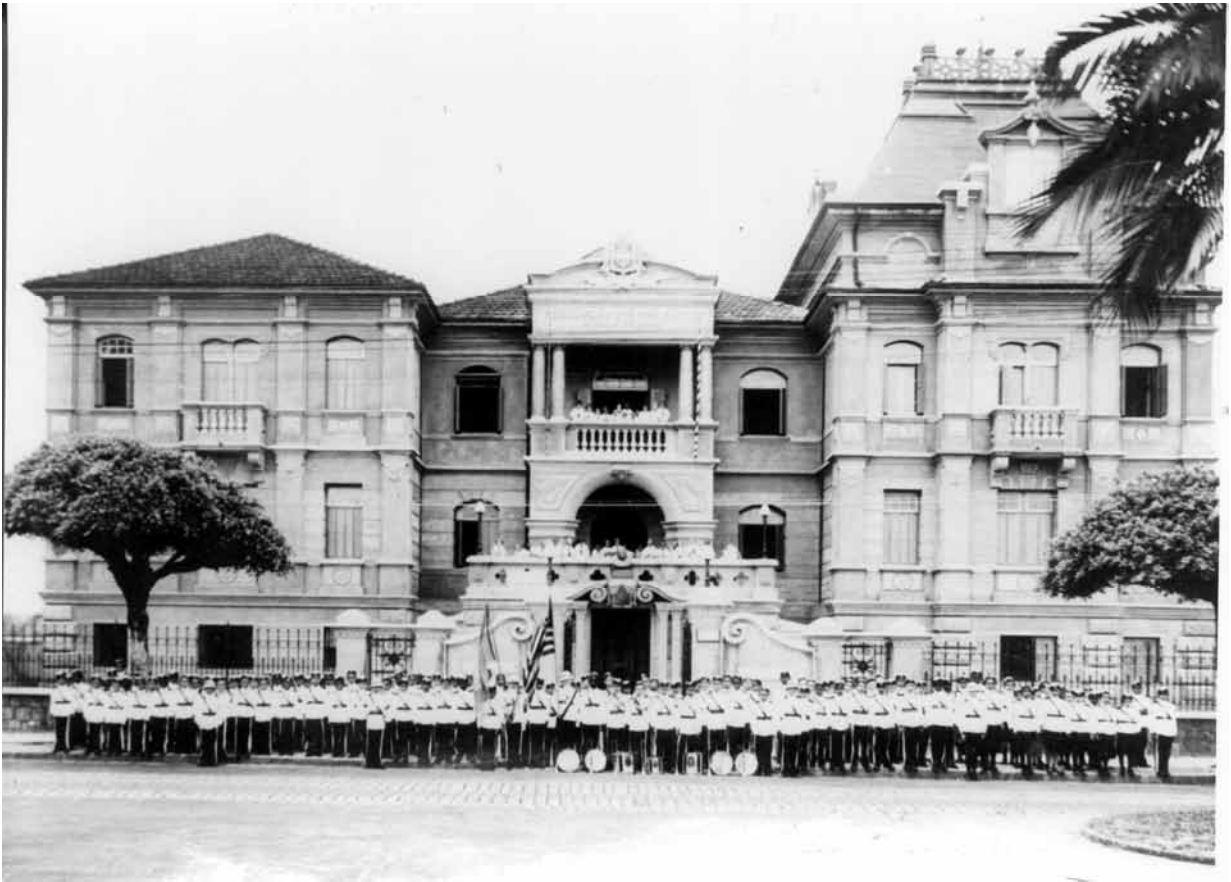


Figura 3 – Associação Asilo e Creche, de Santos, s/data (Fonte Lar Anália Franco de Jundiá).
A fotografia do Asilo traz escrito no seu verso o endereço (Avenida Ana Costa) e os seguintes dizeres: “ainda funciona, mantido pela Maçonaria”.

Anália era uma defensora da liberdade de pensamento e como já pudemos discutir, teve na causa da criança desvalida e da mulher, o alicerce de sua obra educacional e social. A propaganda da AFBI pregava que nas suas instituições não se fazia distinção de credo ou de cor, recebendo crianças e mulheres de qualquer procedência religiosa ou étnica. Desta forma, buscava-se imprimir um caráter laico à Associação. Em nenhum dos documentos, como estatutos e atas da AFBI, encontramos qualquer menção à religião Espírita, enquanto base religiosa das instituições a ela vinculadas. No cenário de conflitos sociais, embates religiosos e disputas que marcavam a época em que Anália teria se tornado Espírita, talvez resida a explicação quanto ao fato de ela ter mantido anônima sua opção religiosa.

Conforme Monteiro, ela não queria expor a Associação a rotulagens que pudessem comprometer e causar mais oposição a seu trabalho. (2004, p.205). Porém, com a colaboração de Bastos, seu marido, ela chegou a escrever o opúsculo *Habilitação à Assistência nas Sessões de Espiritismo*, em 1912.

Embora Anália fosse bastante cautelosa, com relação à fé que professava, evitando torná-la pública, conta Monteiro que no ano de 1905 foi publicada por engano em *A Voz Maternal* uma mensagem mediúnica com o título *Instrução*. À época, a tipografia *D'A Voz Maternal* imprimia outros periódicos da Associação, sendo um deles de caráter espírita, chamado *A Nova Revelação*, dirigido por Bastos. Provavelmente o texto publicado em *A Voz Maternal* pertencia ao editorial deste.

Em resposta ao engano, publicou-se a seguinte nota: “Por um deplorável engano de paginação, saiu nesta página o artigo Instrução que está fora do nosso programa e pertencente a outro jornal impresso nesta tipografia, pelo que pedimos desculpas aos nossos amáveis leitores” (*A Voz Maternal* apud Monteiro, 2004, p.207).

É possível que brechas como essas tenham favorecido os argumentos de opositores ao trabalho prestado pela AFBI, como a própria Igreja Católica.

Ao tempo que não há registros em documentos formais quanto à aproximação da AFBI com o Espiritismo, fatos como o da publicação por engano e o funcionamento do centro espírita na mesma sala de uma das escolas maternais, podem ter sido armas utilizadas pelos opositores da obra de Anália contra o trabalho por ela desenvolvido, comprometendo, inclusive o seu andamento.

CENTRO ESPIRITA DE S. PAULO

Secretaria em 16 de Abril de 1906

Resado conjiade

Em resposta ao vosso officio dirigido ao Presidente deste Centro comunicando a installação do Grupo de que sois Presidente, denominada "União, Amor e Caridade" cumpre-me participar-vos que em sessão da Directoria realizada em 15 do viginte, foi o mesmo Grupo declarado filiado ao Centro; entretanto, alguns dos inuções que o compõe, não são ainda socios effectivos visto não preencherem o que prescreve o Art. 10.º paragrafo unico dos Estatutos.

Com o Centro faço votos para a maior proximidade desse Grupo que surge.

Saudações fraternaes
Pelo J. Secretario
Cezquino Salvaõ

Ao Ill.º Sr.º
Antonio Ferreira Brasil
Capital.

Figura 4 – Carta do Centro Espírita de São Paulo: embora tenha sido mantida entre as correspondências de Anália, percebe-se que era dirigida a seu marido, Francisco Antônio Bastos.

Entre as correspondências recebidas por Anália, enquanto presidente da AFBI, algumas trazem o carimbo de centros espíritas, entre os quais: Centro Espírita Familiar Santa Maria, de São Paulo; Centro Espírita de São Paulo; Grupo Espírita Luz e Amor, da Bahia. São mencionados, ainda, Sociedade Espírita “25 de dezembro”, de Barretos e Centro Espírita “Maria Santíssima”, do Paraná.

Outras referências à doutrina espírita são feitas em várias cartas. Importante dizer que no conteúdo escrito há, em algumas situações, menção a Bastos, quando o assunto se refere ao espiritismo, conforme esse trecho, assinado por Ignácio de Jesus, de Jaú, em 6 de setembro de 1909: “[...] Retribuo ao presado irmão Bastos, as saudações; parabéns pela instalação do Instituto Espírita [...]”. Também de Jaú, a correspondência datada de 14 de junho de 1910, sugere familiaridade com o espiritismo.

Querida mãe D. Analia

Venho por meios destas linhas dar notícias minhas e receber as suas.

Eu graças ao pai Celeste e os bons guias Ismael Christiano e o nosso sempre querido Beserra estou completamente boa e os guias disseram que agora estou bastante desenvolvida. Hontem os nossos irmãos tiveram a honra de receber uma comunicação de Beserra que muito nos confortou, eu não estive presente mais fiquei muito contente porque a minha fé é inabalada.

Eu por enquanto não posso prestar serviço sem ordem dos nossos guias.

Mas espero em Deus que logo heide cumprir a minha missão.

Saudades a D. Emilia Snr Bastos e a todos.

Queira aceitar o meu coração cheio de amizade.

Sua filha Chiquinha.

1.3 A escola e o progresso: disciplina, higiene e princípios morais

A ruptura entre os poderes da Igreja e do Estado, com vistas a um ensino laico, não põe fim à disputa pela detenção dos caminhos da instrução, especialmente quando a escola configurava-se como um espaço para se formar o povo, atendendo às metas de controle preconizadas por um projeto de progresso.

Vive-se um momento em que a sociedade urbana é marcada por uma lógica econômica industrial e por conseqüência impõe tal ritmo à escola. “O reconhecimento da educação como elemento fundamental na constituição de uma sociedade ‘civilizada’ atingiu os mais diversos setores dessa sociedade, desde o final do regime monarquista” (Kuhlmann Jr, 2001, p.234). Envolvem-se nesta empreitada, a fim de intervirem na instrução pública, vários campos de conhecimento, personificados na presença de médicos, advogados, religiosos e educadores.

Conforme Alessandra Schueler (1998), as discussões sobre educação pública relacionavam-se com questões mais amplas de formação da nacionalidade, com o objetivo de integrar o povo ao Estado, estabelecendo ao mesmo tempo hierarquia e distinção social.

Como a meta nacionalista era atingir a civilização, era preciso circular entre as nações, levar o Brasil para as exposições internacionais, intercambiar culturas, articular as forças, melhorar a raça, instruir para o trabalho. Enfim, pôr em prática, ações que representassem a crença no progresso, de maneira a diluir os conflitos sociais em meio ao “esplendor” da riqueza das nações.

Estava nas mãos da educação e da instrução a garantia de que o país alcançaria o *status* de nação. Para isso era imprescindível o cultivo da disciplina, da higiene e dos princípios morais. A escola se constituiria, então, na grande aliada com vistas a atingir tal objetivo. Se, conforme Moraes (2003, p.62), “inicialmente, no Brasil, o ensino das primeiras letras era atividade masculina e, até o início do século XIX, havia uma série de restrições ao acesso das mulheres à escola, inclusive como alunas”, essa situação não se perpetuaria, menos por entendimento da igualdade de direitos que por desejo de conduzir a mulher no caminho considerado correto. Assim, criam-se escolas para o ingresso do sexo feminino, como foi o caso do Seminário da Glória. Seus primeiros estatutos definiam como objetivos atender a “mísera orfandade do sexo feminino cuja pobreza, poderoso veículo de tantos costumes e vícios que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas tanto influem na depravação e estraga geral dos costumes”.²

Com a reabertura da Escola Normal de São Paulo - por meio da Lei provincial nº 9 de 22 de março de 1874 -, em 1877, Anália volta para a Capital para concluir seus estudos. Cabe destacar que a primeira turma da Escola Normal, em 1875, após reabertura, era composta apenas por homens, num total de 21, segundo consta no *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1907-1908. Anália teria feito parte da terceira turma. Nessa segunda fase da Escola Normal, os candidatos ao magistério eram tanto homens como mulheres, sendo que a seção masculina funcionava à tarde, nas salas do extinto Curso Anexo da Academia, e a feminina no Seminário da Glória.

[...]Em 1876 visando ‘assegurar a essas filhas da província uma posição social, independente e honrosa’, a Assembléia Provincial cria, na Escola Normal, uma seção para o sexo feminino, e a instala no pavimento inferior do Seminário da

² Estatutos de 10 de agosto de 1925 apud Moraes 2003, p.59.

Glória. No entanto, permaneceu por pouco tempo em funcionamento [...] (MORAES, 2003, p.63).

Por ato do presidente da província, de 9 de maio de 1878, a Escola Normal foi efetivamente fechada em 30 de junho daquele ano. Com isto, a terceira turma, da qual Anália fazia parte, não chegou a concluir o curso. Mesmo assim, o exame prestado no primeiro ano do curso é elogiado publicamente pelo jornalista Justus na *Seção Livre*³ do jornal *A Província de São Paulo*:

A Exma. Sra D. Amália Emília Franco⁴

O exame tão brilhantemente prestado por esta inteligente senhora, professora pública da cadeira do sexo feminino da cidade de Jacaréí, como aluna do primeiro ano da Escola Normal, descobre aos olhos da Província de São Paulo, já sobremodo notável pelo talento e pela iniciativa e patriotismo de seus filhos, uma verdadeira novidade rasgando novos horizontes à literatura do país.

Não foi somente o descobrimento de uma inteligência digna de apreço o que nos revelou esse exame; foi igualmente a mais proveitosa dela, manifestada nessa memorável exibição.

Com estas linhas inspiradas mais pelo entusiasmo do que por conhecimento que nos outorguem, temos dois fins: render preito à inteligência da jovem paulista e impor-lhe, em nome do nosso país, o do nosso futuro e estudo acurado, e a mais conscienciosa aplicação.

Muzart (2000, p.617), ao se referir à notícia publicada, pondera, dizendo sobre o fato que:

Ou ao jornal faltavam notícias, sendo assim, qualquer fato que saísse do corriqueiro era levado à suas páginas, ou, o que é mais sério, eram raras as mulheres que se distinguiam pelo estudo, que as que faziam, espécies de *avis rara*, era preciso destacar [...]. De qualquer modo, essa nota é estranha, visto não se tratar de formatura, mas de simples exames. (grifos da autora)

³ Segundo estudo de Hilsdorf (1988, p.51), sobre Rangel Pestana e o jornal *A Província de São Paulo*, o tema educação e ensino era abordado nesse jornal das mais variadas maneiras. Entre os tipos de notícias e matérias veiculadas estavam Atos Oficiais, textos literários, mas também as matérias pagas por particulares, como Avisos, Editais, Anúncios e *Seção Livre*.

⁴ Ao invés de Anália Emília Franco, o jornal publica Amália Emília Franco. *A Província de São Paulo*, Ano II n.861 de 29/12/1877, 2ª página *Seção Livre*.

Na ocasião da publicação, o diretor do jornal era Rangel Pestana. Não aprofundamos nenhuma análise acerca da linha editorial do periódico, mas pudemos perceber que, particularmente nessa edição, havia artigos e notícias relacionadas à instrução pública⁵, destacando sua importância para a sociedade. Ao elogiar o exame prestado por Anália – enfatizando seu talento como uma novidade no âmbito da literatura do país –, o jornalista sugere que o magistério era um caminho possível para o desenvolvimento da capacidade literária e que tal avaliação não se restringia apenas ao conteúdo exclusivo das matérias do curso⁶.

Não conseguimos localizar o exame citado, nem qualquer referência ao número de mulheres matriculadas na Escola Normal naquele ano de 1877. Imagina-se, no entanto, a contar o próprio destaque dado pelo jornal, que não eram muitas as que frequentavam o curso.

Casamento ou magistério eram os destinos naturais da mulher do século XIX. Menos uma profissão e mais uma vocação, o magistério exigia dedicação, qualidades morais e aptidão. Uma condição que colocava a mulher mais próxima da extensão doméstica e, portanto, pouca ameaça representava para a estabilidade da família e dos bons costumes.

Embora, historicamente, os homens tenham se ocupado de ensinar as primeiras letras, à medida que as mulheres tomaram parte nessa atividade encontraram brechas para além das salas de aula. Promovendo não só o ensino das primeiras noções de ler, escrever e contar, encontraram no exercício do magistério mais que uma via de acesso ao mercado de trabalho, uma possibilidade de desenvolver ações voltadas para as políticas sociais.

Nas palavras de Maria Cândida Delgado Reis (1994, p.96), em artigo escrito por ocasião do centenário da Escola Normal Caetano de Campos, “com o advento da República, as mulheres

⁵ Hilsdorf diz que uma das questões que foram abordadas com mais insistência por Pestana e seus colaboradores em *A Província de São Paulo*, foi a instrução pública.

Palavras da autora: Francisco Rangel Pestana criou e dirigiu entre 1875 e 1890 o jornal **A Província de São Paulo** (hoje O Estado de São Paulo) imprimindo-lhe suas principais características que o tornaram um adequado instrumento de proselitismo e luta pelo poder. Nele fazia-se a doutrinação liberal e democrática e a crítica às instituições vigentes – à monarquia, à igreja oficial, à lavoura conservadora, mas, sobretudo, à **escola retórica** que queria ver substituída pela **escola positiva**, onde se praticasse o ensino moderno, isto é, objetivo, concreto e empírico das humanidades e das ciências físicas, naturais e sociais. Enfatizar, apontar, sugerir, argumentar, protestar, denunciar, reivindicar e apoiar foram algumas das formas de ação de que se serviu na imprensa e que o transformaram no principal articulador de escolas que foram criadas, segundo aquelas características, em São Paulo nas décadas de 1870 e 1880. (1988 pp. 10-51 grifos da autora)

⁶ O curso era dividido em quatro cadeiras, sendo que a primeira contemplava língua nacional e aritmética. Faziam parte da segunda, as matérias de Francês, methodica e pedagogia. Cosmografia e geografia, especialmente do Brasil, compunham a terceira cadeira, enquanto história sagrada e universal, história pátria e noções gerais de lógica eram matérias agrupadas na quarta cadeira. (Anuário de Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, pp. 83-84).

tornaram-se cada vez mais numerosas na escola, mas o crescimento numérico pouco significou em termos de novas oportunidades”. De acordo com o artigo, a *Ordem e o Progresso* preconizados pelos republicanos não só excluía as mulheres da participação política, como reforçavam, na formação escolar que lhes era destinada, os laços com o mundo privado da casa.

Provavelmente em 1888, quando é nomeada professora pública, Anália deixa algumas escolas maternas no interior para radicar-se em São Paulo. Associa-se ao Partido Republicano Paulista (PRP), mas, segundo Colombo, decepciona-se com ele logo após o advento da República (2001, p.224). Pela documentação a que tivemos acesso - ao analisar os escritos de Anália, que tinham como tecla recorrente a Educação -, avaliamos que ainda que ela tenha se decepcionado com o desempenho dos republicanos, não teria havido um efetivo rompimento.

Seu empenho em torno da causa da educação é cada vez mais expressivo. Como educadora acreditava piamente que, só por meio do acesso aos saberes proporcionados pela escola, as classes populares poderiam conquistar dignidade e espaço e tornarem-se visíveis aos olhos das classes dominantes.

E enquanto a maioria do povo continuar entregue a deplorável incúria, profundamente imersa nas trevas da ignorância absoluta, verdadeiramente lamentável, a escravidão não se extinguirá entre nós. A liberdade não passará de uma falsidade se faltar ao seu mais importante e rigoroso dever: a educação do povo⁷.

Ao mesmo tempo, também é possível observar que, pela instrução, a educadora pretendia transformar “os pequenos vagabundos das ruas em legiões democráticas, que mais tarde saberão combater pela emancipação e felicidade do nosso caro Brasil”. (*A Voz Maternal*, fevereiro de 1904).

Tanto a Abolição da Escravatura quanto a Proclamação da República não trouxeram mudanças imediatas positivas para a vida da população pobre, nem para a dos negros libertos - que ao serem considerados incapacitados para muitas atividades não tiveram espaço garantido ao

⁷ FRANCO, Anália. *Álbum das Meninas* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, outubro, 1898, p.158.

mercado de trabalho. O descaso das autoridades é marcado pelo isolamento dessa população do convívio social. Moares (2003, p.72), apoiada em Hardman e Kowarick, assim escreve:

[...] Apesar de, em São Paulo, o imigrante ser largamente majoritário nos vários ramos da economia urbana, particularmente nas atividades fabris, constituindo-se no principal segmento do proletariado em formação, não se pode esquecer a presença dos nacionais pobres e libertos na constituição do mercado livre de trabalho. Para o parque industrial que se desenvolvia em São Paulo, o braço estrangeiro dispensou o trabalhador nacional [...]. O Segmento nacional, vítima de fortes preconceitos raciais – principalmente o trabalhador negro e o mestiço que ‘traziam estampada na pele a pecha que a escravidão tão fortemente sedimentada’ -, foi considerado inapto e indisciplinado para o trabalho. É providenciada a criação – tanto por parte do estado como da iniciativa privada – de inúmeras instituições assistenciais, os denominados asilos: asilos para mendigos, para alienados, para órfãos, para tuberculosos etc.

Questões de ordem política, econômica e social sedimentam o clima de transformações tanto na paisagem urbana, quanto na própria essência das feições de um país que se pretendia. No meio da nova ordem que se propunha, a educação configurava-se na ponte pela qual se atravessaria a fim de formar as novas gerações, em conformidade com os ideais estabelecidos.

Envolvida por essa atmosfera, Anália participa com suas idéias, sendo “intransigente defensora do direito da mulher de instruir-se, mais que isso, se intelectualizar, pregando a democratização do ensino e os direitos iguais de homens e mulheres” (MONTEIRO, 2004, p.49).

Já no início do século XX - quando cria o chamado *Albergue Diurno para os Filhos de Mães Jornaleiras*, um dos braços da AFBI, na cidade de São Paulo -, Anália demonstra preocupação com as mães trabalhadoras daquele período. E ao pensar na mãe, ela pensa no filho e, assim, criança e mulher são postos à frente na ordem de prioridade da sua prática.

Para Tizuko Kishimoto (1988, p.54), o fato de Anália ter sido membro do Partido Republicano Paulista, teria facilitado o apoio da equipe instalada no poder no início da República. Este apoio, segundo ela, não vinculava as obras sociais de Anália às metas do partido, pelo menos no plano financeiro. “Suas atividades apresentam como motivação básica a própria sensibilidade para os problemas sociais da época. A ausência de proteção à mãe pobre e à criança é a mola propulsora que leva Anália à criação de creches, asilos e escolas maternais”.

A presença do secretário do interior, Bento Bueno, na inauguração das atividades da Associação - além da autorização concedida por Bernardino de Campos para que os liceus da capital e de Santos funcionassem nos prédios dos grupos escolares - e a concessão dos passes para o transporte das professoras e diretoras de escolas da capital e interior, segundo Kishimoto, são indicativos de que havia comunhão de idéias entre Anália e o grupo que estava no poder.

O senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho também teria sido um admirador da obra presidida por Anália. É importante lembrar que nomes como o de Bernardino de Campos e de Paulo Egydio eram vistos como “livres-pensadores” pelos católicos, por serem favoráveis ao ensino leigo. Ao falar a favor da AFBI, o senador Paulo Egydio assim se pronunciou:

[...] Mas agora, vamos à outra Instituição, a Associação Feminina.
 Sr. Presidente, peço ao Senado que me ouça com um pouco de atenção porque essa Instituição não tem rival, não pode ter rival entre nós na grandeza, na magnificência e nos resultados que se deve dela esperar.
 Eu não conhecia a Associação Feminina para a promoção da Instrução Pública no Estado. Não tinha notícia alguma. Conheci-a por acaso, em uma ocasião que me procurava, em casa, uma senhora que apresentou-me uma lista de subscrição consistente na consignação de quantias de 500 réis, 1\$000, 2\$000, sendo a máxima de 5\$000.
 Apresentada que foi essa senhora, em minha casa, lendo a sua subscrição começou por mostrar-me estatutos, projetos, etc.
 Eu fui lendo, interessando-me, interessando-me, interessando-me, até que, Sr. Presidente, eu disse a essa senhora: senhora, ide dizer àquela que vos enviou a mim que eu desejo associar-me a esse seu empreendimento, e que estou pronto, por todos os modos ao meu alcance, como escritor, como orador, como legislador, como senador, a acoroçoar, a dar-lhe a mão, ide dizer ainda a quem vos enviou cá, ide dizer a essa senhora, que o papel, que o serviço que ela vai prestar por meio da sua Associação é de alta relevância: ide dizer-lhe que esse serviço nenhum Presidente de Estado, nenhum político nenhum Presidente da República o tem feito e o poderá fazer.
 Eis aqui, Sr. Presidente, como recebi e como respondi ao apelo dessa senhora.
 Essa senhora é a distinta paulista D. Anália Franco, que fundou uma Associação Feminina para promover a instrução particular das crianças do Estado.
 Em um espaço inferior a um ano, esta senhora e a Associação que ela dirige fundaram no Estado e na capital e n’algumas cidades do interior 25 escolas e, há quatro meses mais ou menos, essas 25 escolas tinham uma população escolar de mil crianças de ambos os sexos, de todas as origens e procedências.
 Ali estão juntos o turco, o judeu, o maometano, o católico e o calvinista [...] ⁸.

⁸ Discurso do Senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, registrado nos Anais do Senado, no final de 1903, (Cf MONTEIRO, 2004, p.84) e publicado no jornal *A Voz Maternal*. São Paulo, janeiro, 1904. O conteúdo desse discurso é recorrente em várias publicações que tratam da AFBI, de modo a legitimar as atividades desenvolvidas pela Associação.

Outros discursos foram feitos pelo senador, ressaltando a importância da presença da AFBI para a instrução do país. Em uma dessas situações, seu pronunciamento foi visto pela revista *Miniatura* de Santos, como uma iniciativa que demonstrava justiça aos esforços praticados por Anália Franco. O texto da revista, reproduzido no jornal *A Voz Maternal*, em outubro de 1904, referia-se ao fato como algo inusitado:

Não sei o que mais admire e de que maior orgulho devemos ter. A intelligencia e valor da mulher ou o reconhecimento dos homens e attenção que lhes acaba de merecer esse mérito.

Os dois fatos são tão raros em nossa sociedade actual que devemos vangloriamonos com esse principio de conquista.

Tanto escasseam as senhoras de reconhecido valor, como são raros os cidadãos que sabem respeitar, acatar e auxiliar as theorias e idéas de uma mulher.

Anália enxergava na educação a emancipação e a liberdade, não só com relação ao regime escravista, mas à ideologia patriarcal. Suas ações, apoiando as classes populares e parcelas discriminadas, como mulheres e crianças negras, pobres e órfãs, diferenciavam-na do tipo de mulher que pouco participava da vida pública e das decisões políticas e sociais.

Ao consolidar um projeto educacional, a educadora expõe-se social e politicamente, ocupando papel importante na história da AFBI. Professora, mulher e solteira com quase 50 anos, as convenções sociais pareciam não a preocupar. Conheceu Francisco Antônio Bastos quando já presidia a Associação, em 1902, e com ele viveu maritalmente até 1906, ocasião em que oficializou o casamento. De acordo com Monteiro, os dois teriam se conhecido quando Anália fundou a AFBI e precisou contratar um guarda-livros, cargo então preenchido por Bastos.

Pelo seu comportamento, pela sua forma de viver, dividindo-se entre capital e interior, nos faz crer que levava uma vida independente, ainda que a atitude não fosse comum no contexto em que vivia. Ao contrário das moças que eram criadas para assumir lar, marido e filhos, Anália, segundo o que observamos, encontrava no magistério, na escrita e leitura os mecanismos de relacionamento e de diálogo com a sociedade em que vivia. Intrínseco a esta questão é possível supor, estava o valor que ela dava à educação, como veículo de transformação de vida e aquisição de auto-estima e dignidade. Percebe-se uma mulher em sintonia com os pensamentos de médicos, juristas e religiosos. A forma redentora atribuída ao ensino atravessou o século XIX em direção

ao XX. Daí, concluíam-se que os bancos escolares seriam capazes de tornar as crianças – principalmente as pertencentes às classes populares – disciplinadas e civilizadas. Uma civilização, baseada no modelo europeu.

Pela escola, seria possível afastar crianças e jovens do ambiente degenerativo das ruas, aproximando-os, pela instrução, de valores que correspondessem aos de uma nação avançada que construiria a sociedade moderna desejada. Era preciso, no entanto, despertar desde cedo a infância para o sentimento de patriotismo. Patriotismo este, construído nos ambientes escolares. Os discursos das professoras, em torno da ordem e da disciplina, deveriam ter a força de se reproduzir entre a população infantil - base de formação da sociedade.

Povo brasileiro, a tua causa é a da Educação porque só ela é que pode aperfeiçoar a saúde, a moralidade e o trabalho dos seus filhos, o que lhes há de permitir amealhar patrimônio, fundar família, envelhecer no remanso da paz, morrer nos braços da felicidade. Fonte inesgotável, onde se vai buscar não só a pureza da linguagem, mas o sentimento, a poesia, a tradição, o amor nacional, a riqueza, o tributo de sangue, o trabalho, tudo o que há de grande. Cooperar para o progresso esforçando-se especialmente para a tua instrução, não só pela glória do Brasil, não só pela civilização sul-americana, mas também por necessidade porque a Humanidade é nossa irmã a Pátria é nossa mãe⁹.

Em conferência proferida durante um festival em benefício do asilo e creche da AFBI, a médica Marie Rennotte, ao falar da condição da mulher e situá-la no contexto internacional da época, traz para a discussão a atuação de Anália, assim se referindo à educadora:

Antes de fazer ponto final, porém, seja-me permitido chamar a vossa atenção sobre o trabalho ingente de vossa illustre patricia, a qual, não obstante as immensas dificuldades com as quaes tem de lutar, responde a cada novo obstaculo com uma nova dose de energia e continua sua obra altruistica e moralizadora a força de ardor e tenacidade. Ponderai bem a obra bemfazeja desta senhora! Lembrai-vos semeia idéas onde o vicio brotaria, que ella afasta da perdição offerecendo asylo, que ella previne o mal hospedando áquelles que de outro modo vagando pela rua seriam expostos ás influencias nefastas da libertinagem e do crime, que ella resguarda da malicia e perversidade, creanças que de outro modo não escapariam a perdição! (*A Voz Maternal*, julho de 1904 p.3)

⁹ Texto de Anália Franco, divulgado em 19 de julho de 1908, em Limeira, SP (Cf. MONTEIRO, 2004, p.15)

1.3 Educação e nação moderna

Kuhlmann Jr (2001, p.9), apresenta-nos um estudo sobre as exposições internacionais, onde analisa a relação existente entre elas e a temática educacional, bem como a participação do Brasil num processo que passa a considerar a educação como um dos pilares centrais para a normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna. Escreve ele:

[...] Notamos que as Exposições tiveram uma repercussão significativa em seu tempo, e que na sua organização transparecia uma intenção didática, normatizadora, ‘civilizadora’, junto a diferentes países e setores sociais. Além disso, elas prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcava materiais didáticos e diferentes instituições – da creche ao ensino superior, passando pelo ensino profissional e pela educação especial.

De acordo com a análise de Kuhlmann Jr, no Brasil, esse movimento ocorreu com algumas especificidades condicionadas à situação política, Império e República, e social, caracterizada pelos altos índices de exclusão, além do lugar ocupado pelo país no plano internacional.

Com vistas a fazer parte da sociedade moderna, diferentes grupos sociais se reuniam no Brasil para debater sobre as propostas relacionadas às instituições educacionais. No centro da discussão, a educação moral e a incorporação dos indivíduos na sociedade de classes. Ao participar das exposições internacionais, o país redimensionava e redirecionava suas propostas, à medida que tinha como parâmetro os avanços alcançados pelas civilizações tidas como modelo de desenvolvimento. Modelos esses que não prescindiam da eugenia como solução para se atingir o progresso, uma vez que o fator da qualidade da raça estava diretamente associado ao avanço tecnológico.

O Brasil e seus porta-vozes, formados pela elite intelectual, estavam com o olhar voltado para outras nações. A fim de tornar o império conhecido e apreciado, levava-se para as exposições um cenário brasileiro colorido e exótico, no meio do qual as desigualdades sociais desapareciam. A solução era pensada a partir do viés da higienização.

Conforme Schueler (1998, p.26), a intenção de higienistas, médicos e demais dirigentes imperiais não era de apenas transformar e modernizar a cidade, “mas atingir os costumes e hábitos da população. Os seus ideais almejavam a ‘civilização’ e o ‘progresso’ e tinham como base os modelos estrangeiros, os países então considerados ‘civilizados’, principalmente Europa e Estados Unidos”.

A reconstrução da nação e a formação de um povo - homogêneo e harmônico -, por meio da educação e a partir da imagem de um Estado organizado e neutro, segundo Schueler, era a resposta para disciplinar os imigrantes e homens livres e pobres, enfim, a população heterogênea.

A ação pedagógica dos setores dominantes, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX, estava voltada para a “ ‘reconstrução nacional’, a conformação da cidadania e para a questão da organização do trabalho”, de acordo com Moraes. Por conta disso, segundo a autora, inúmeras estratégias são desenvolvidas, com o objetivo de ajustar e moralizar o trabalhador à nova ordem.

A educação – ao lado de outros modelos “didáticos” como leis e novas regras de convívio social - carregava a responsabilidade de regenerar a população e, assim, era um dos principais alvos modelares. Todas as mazelas sociais, portanto, deveriam ser enquadradas e solucionadas dentro de uma perspectiva educacional.

Nos anos 60 do século XIX, por influência do darwinismo social, estava posta a cientificidade na definição da raça, associando cor a outras características. Partia-se da premissa da desigualdade das raças e da construção de hierarquias baseadas na superioridade da raça branca sobre a raça de cor. A mestiçagem no Brasil configurava-se num prejuízo para o progresso da nação - um progresso pautado na ciência, na indústria e na técnica.

O caráter nacional e a especificidade brasileira baseavam-se em dois pilares fundamentais: raça e natureza. Através desses conceitos, marcantes nas teorias evolucionistas e darwinistas do século XIX, alguns intelectuais e dirigentes imperiais procuravam explicar o ‘atraso’ e buscar os caminhos para a constituição da nacionalidade e do “progresso”. (SCHUELER, 1998, p.92)

A eugenia colocava-se como uma solução para o desenvolvimento e para a evolução da população brasileira, à medida que a sua pretensão centrava-se no branqueamento, entendendo a raça branca como superior. Mas, fugindo ao controle cientificista, o branqueamento não ocorreu e

o desenvolvimento da indústria exigiu a formação de uma mão-de-obra qualificada e tecnicamente preparada. Conforme Alessandra Schueler “a educação pública era vista como alternativa para solucionar o problema da constituição de uma mão-de-obra livre, moralizada e dependente, em contraponto com o fim da escravidão que vinha a acontecer no período”.

O cenário das cidades era protagonizado por uma população livre, em que a maioria era negra e mestiça. Neste contexto, confundiam-se livres e escravos, nacionais e os recém-chegados. O crescimento demográfico aumentava e as ruas também eram ocupadas por crianças e jovens populares, escravas, livres nacionais ou estrangeiras, que desempenhavam pequenas atividades, como vendedores ambulantes “moleques de recado”, criados e aprendizes. Devido a essa exposição, muitas crianças e jovens eram presos sob a acusação de vadiagem, crimes de roubo, furto, desordens, injúrias e capoeiragem, conforme registra Schueler.

Com base nesse contexto, os projetos educacionais, que se apoiavam em modelos de países estrangeiros, começavam a ser elaborados e readaptados a partir da realidade local, imersa em diferenças sociais, étnicas e culturais das cidades.

É esta ‘sociedade abandonada, privada de possibilidades’, que se defronta com as crianças órfãs, abandonadas, infratoras, filhas de pais pobres, oprimidos, explorados. ‘Crianças e adultos abandonados’, transformados em ‘população sobranete’ pela forma assumida pelo desenvolvimento capitalista (MARTINS apud MORAES, 2003, p.73)

O modelo da instrução não se furtava a acompanhar as exigências impostas pelo ritmo da industrialização, em uma sociedade que pretendia alcançar o *status* de civilização moderna. A escola empregava o ritmo manifesto da indústria, tendo como parâmetro uma educação moral voltada para a disciplina e obediência.

A programação das atividades diárias evidenciava um estrito controle do tempo. A própria divisão do tempo na escola acabava também por controlar as crianças, além da vigilância que vinha dos adultos. Como coloca Thompson (1998, p.292), havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o “uso econômico do tempo”, a escola. As ruas estavam cheias de crianças vadias, aprendendo hábitos de jogos e desperdiçando o tempo. A educação era vista como um treinamento para adquirir o “hábito do trabalho”. Ritmos do cotidiano das fábricas,

como a sirene que sinaliza para intervalos e retomadas de atividades são até hoje um símbolo compartilhado nas instituições de ensino.

Se fizermos uma retrospectiva do período Imperial e da sua transição para o Republicano conseguiremos identificar, mesmo que tênue, uma linha de continuidade no que se refere ao contexto do analfabetismo e de alguns projetos educacionais voltados para a instrução das classes populares, mesmo em se tratando de brancos e livres. O aprendizado não ultrapassava as primeiras letras. “Instruir as ‘classes inferiores’ era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação” (FARIA FILHO, 2000, p.137).

Nas palavras de Carvalho (2003, p.143), a escola foi o marco que sinalizou a ruptura entre um passado sombrio e um futuro luminoso. Escola era sinônimo de progresso instaurado pelo novo regime.

[...] Na monumentalidade de seus edifícios, ela *deveria fazer ver a República inaugurada*. Mas o ritmo e a extensão do processo de escolarização instaurado foram marcados por uma concepção restrita de cidadania e pela exigüidade de recursos materiais e humanos disponíveis para instituir a escola nos moldes então julgados necessários à formação do cidadão republicano.[...] (Grifos da autora).



Figura 5 – Rua 15 de novembro, no centro da capital. Década de 1900.
(Fonte: Arquivo do Estado, foto de Guilherme Gaensly)

A cidade de São Paulo, que até o final do século XIX, preservava características provincianas, passa, segundo Monarcha (1997, p.102), por “um processo de transfiguração urbana”.

Graças ao dinheiro do café, das fábricas e do comércio, São Paulo aprofunda as transformações iniciadas na década de 1870, colocando-se sob o signo do progresso econômico, cujos índices mais aparentes são: o adensamento populacional – entre 1890 e 1893 o número de habitantes da capital passa de 65.000 para 130.775; e a concentração de moradias – em 1887 há 7.012 prédios construídos na capital e, em 1895, o número se eleva para 16.205.

Ao despedir-se do passado colonial e monárquico - e vestir-se de modelo cosmopolita e retórica republicana -, Monarcha (1997, p. 104) observa que há uma tentativa de dissimular a existência de uma atmosfera de tensões, encontrada na concentração progressiva da população, na eclosão de epidemias, pobreza e indigência das massas urbanas. É uma São Paulo rica em contrastes sociais, onde o centro urbano é marcado por *boulevards* aristocráticos e luminosos e as aglomerações operárias constituídas em ruas sombrias, com populações se apinhando em cortiços.

A política sanitária praticada pelo Estado, conforme Moraes (2000, p.71), pautava-se em uma série de medidas profiláticas de intervenção no espaço urbano para que focos epidêmicos fossem eliminados.

Através da inculcação de hábitos de higiene, normas de saúde, justificadas e legitimadas pelas recentes descobertas da ciência, a medicina urbana adotada pelo Estado no final do século XIX procura disciplinar os trabalhadores e eliminar os perigos que eles representam tanto à saúde dos dominantes como à sua propriedade[...]. É muito forte o objetivo pedagógico e moralizador atribuído pelo discurso médico às práticas higiênicas [...]. No discurso da medicina higienista e da engenharia sanitária, a doença assume a dimensão do problema econômico, político e moral [...].



Figura 6 – Rua São Bento no centro da capital. Década de 1900.
(Fonte: Arquivo do Estado, foto de Guilherme Gaensly)

A culpa pela disseminação de epidemias era atribuída aos “maus” hábitos da população. Bastava, portanto, ser pobre para fazer parte de um contingente que oferecia risco à saúde. Daí, tão fortemente, os discursos se valerem de evidenciar as condições de moradias e hábitos das classes populares, para dizer que só pela higiene e mudanças desses “maus” hábitos seria possível erradicar as epidemias. As normas para a assimilação de novos hábitos, que incluíam a disciplina,

só poderiam ser ditadas pelos conhecedores da ciência. Adotava-se, assim, uma política sanitária baseada nos efeitos e não nas causas reais do aparecimento e disseminação de doenças. Braço forte no combate a esses efeitos, a educação se incumbia de inculcar valores nas classes populares e oferecer noções de higiene e de hábitos condizentes com os pressupostos da ordem.

Ao receber nas suas escolas, asilos e creches, a infância “desvalida” e mulheres “arrendidas”, a AFBI - como parte da sociedade e das idéias que nela circulava – estava envolvida por essa ordem. Porém, seguiu no ritmo do seu próprio movimento, manifestado pela defesa ao acesso indiscriminado de crianças e mulheres ao ensino. Importava menos a opção religiosa, origem étnica e social do seu público, e mais a condição de criança e valorização da mulher.

Quase dez anos após a morte de Anália Franco, a questão da higiene relacionada à educação ainda estava presente nos debates nacionais. Médicos como o professor Dr. Ulysses Paranhos, titular da Academia Paulista de Letras, apropriaram-se do seu pensamento e obra para discutir a educação pelo viés médico-higienista.

Por ocasião do *Festival em benefício do Asylo Anália Franco*, na cidade de Santos, Paranhos proferiu conferência¹⁰ em tom enaltecedor, em que se reportava à situação da infância pobre e reclamava a importância de pessoas comprometidas com essa causa.

Somente quem conhece, como conheço na qualidade de médico, a situação precária das crianças pertencentes às classes pobres é que pode avaliar o mérito imenso dos que desinteressadamente se dedicam à santa cruzada de melhorar as condições de vida desses pequeninos seres, que entram na vida entre queixas de dor e lágrimas de sofrimento. Descendendo, na sua maioria, de Paes estafados pelo trabalho, quando não envenenados pelo álcool ou combatidos pelas doenças, ingressam essas crianças no mundo sem ar nem luz e, muitas vezes o seu primeiro grito de fome, não é satisfeito pelo leite materno, que minguia em seios flácidos e ressequidos pela miséria.

Depois envolvem ao desamparo, deformados pelo rachitismo ou poluídas pelos vermes, e peregrinam pelos cortiços ou pelas ‘villas’, que como parasitas, corroem a alma do infante, fazendo nella germinar o instinto do vício, da maldade e da revolta. [...] Assim sendo, bemditos sois vós, beneméritos directores da ‘Creche-Asylo Anália Franco’, pelo muito que fizertes pelas crianças da nossa terra [...].

¹⁰ O texto foi transcrito e publicado no jornal *A Tribuna*, de Santos, de 9 de setembro de 1928.

Seu discurso segue referindo-se à personalidade moral de Anália, como notável educadora. Fala do seu trabalho no combate ao analfabetismo, que era para o médico um dos maiores flagelos sociais. Para Paranhos um povo que não sabia ler era um povo desgraçado e os seus males seriam mais graves que as pragas egípcias. Na visão do médico, o ser que desconhecesse as vinte e cinco letras do abecedário deixava de experimentar, pelas suas variadas combinações, todas as sensações e todos os pensamentos humanos. Seria como um microcéfalo, porque embora enxergasse como os demais, ignorava a imensa massa de noções que só pela palavra escrita se aprenderia.

[...] Cada senhora brasileira precisa ser um Pedro Eremita desta nova cruzada, que salvará os destinos da pátria e para isso basta ter fé, tenacidade e perseverança e recordar-se que muito merecem as crianças, esses pequeninos seres de *almas brancas* [...]. A prova do que afirmamos nós a temos numa mulher brasileira vinda de classe modesta, franzina de corpo mas robustíssima de espírito, que meditando sobre as misérias e as desventuras que causam o analfabetismo, reagiu contra o *indifferentismo musulmano* do meio[...]. Essa senhora guardai bem seu nome, chamava-se Anália Franco[...]¹¹. (Grifos nosso)

¹¹ Apesar de um discurso progressista, percebe-se um tom preconceituoso.

CAPÍTULO 2

A FORÇA DA PALAVRA NAS PÁGINAS IMPRESSAS

2.1 Com a palavra a mulher

“Um texto descoberto em um arquivo empoeirado não será bom e interessante, só porque foi escrito por uma mulher. É bom e interessante porque nos permite chegar a novas conclusões sobre a tradição literária das mulheres, saber mais sobre como as mulheres desde sempre enfrentaram seus temores, desejos e fantasias e também as estratégias que adotaram para se expressarem publicamente, apesar de seu confinamento ao pessoal e ao privado”.

(Sigrid Weigel)

Palco de grandes mudanças, o final do século XIX e início do XX coloca-se para a história como um período também marcante para a relação, distinção e mistura de papéis, entre homens e mulheres, e de questionamento do papel feminino pela própria mulher, que focaliza um outro universo, pautado na luta pela emancipação. De um lado, o ideal burguês reforça a idéia da permanência da mulher no lar. De outro, a mulher pertencente às classes populares assume também o papel de provedora. Ao passo que se valoriza um ideal de mulher, habilidosa com as coisas do lar, com o gerenciamento da casa, civilmente e juridicamente esta mesma mulher será marcada pela incapacidade como se fosse uma criança.

Obstinado pela meta de atingir o status de nação, o Brasil atravessou a ponte do período imperial para o republicano esforçando-se para formar o povo, por meio da instrução pública; incorporando ou mudando os métodos de ensino; criando tipos diferenciados de escolas, editando compêndios e, sobretudo, valorizando o papel do professor.

Nesse contexto mulheres que, como Anália Franco, se lançaram no mercado de trabalho pelo magistério, tinham como ferramentas a literatura didática, que liam e que produziam, assim como contos, crônicas, romances e poesias. Jornalismo e literatura caminhavam juntos nesse

período histórico e, portanto, a imprensa feminina surge como um braço de acesso para as mulheres à vida pública.

Se bem pouco tempo antes, ler já era uma atitude pouco recomendada e subversiva para senhoras, escrever, então, parecia atividade distante de ser alcançada pela mulher, mas elas chegaram lá e emprestaram suas “penas” a favor dos direitos sociais. Conforme Barthes, a linguagem é o objeto onde se inscreve o poder. Ao adotar o recurso da escrita para se colocar, a mulher rompe do silêncio e da exclusão, a ela imposta, e ganha visibilidade pública.

Pelo acesso à escola normal, já que Direito, Engenharia e Medicina eram profissões reservadas aos homens, Anália e outras mulheres do seu tempo encontraram no exercício do magistério e no jornalismo um trampolim para escrever suas idéias e expressar seus pensamentos. A concretização dessa expressão foi muitas vezes por meio de páginas de revistas femininas.

Importante destacar, porém, que apesar de os cursos que nos referimos não serem acessíveis às mulheres, o contrário acontecia, ou seja, alguns homens eram colaboradores assíduos em revistas, principalmente aquelas com uma linha editorial voltada para a educação. Vieira de Mello e Alberto Seabra são exemplos dessa aproximação que se fazia, entre homens e mulheres, em torno do debate de um tema, no caso a educação e a instrução.

Luca (2005, p.140), ao abordar os periódicos como fonte histórica, traz a observação feita pelo historiador Jean-François Sirinelli que diz que “uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”. Segundo Luca, esta observação pode ser extensiva também aos jornais:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. [...]

Presciliana Duarte de Almeida, Marie Rennotte, Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida, assim como Alberto Seabra, faziam parte desse “conjunto de indivíduos”, junto com Anália. De procedências diferentes, tanto de origem étnica (caso de Rennotte), social e profissional, quanto opção religiosa, esses indivíduos, médicos, professores e literatos tinham

idéias que convergiam. Falavam a “mesma língua” quando o assunto era a educação das crianças e a emancipação da mulher.

De acordo com Monteiro, provavelmente em 1887, Anália teria se mudado para Taubaté, onde fundou seu primeiro abrigo de órfãos e iniciou no jornalismo, passando a colaborar em jornais e revistas literárias, como: *A Família* e *Eco das Damas*. Entre 1897 e 1900 participou em alguns dos números de *A Mensageira* e lançou, em 1898, a revista *Álbum das Meninas*, dedicado às jovens brasileiras.

Meses antes de Anália colocar em circulação o *Álbum das Meninas*, Presciliana Duarte de Almeida publicou na revista *A Mensageira* a seguinte nota:

Anália Franco – desejando obter a colaboração dessa notável brasileira que tantas e tão belas páginas escreveu sobre a educação, e ignorando o seu paradeiro, dirijome à ilustre escritora Josephina Álvares de Azevedo, redatora da ‘Família’, pedindo-lhe informações a respeito; e foi com a mais profunda mágoa que tivemos então conhecimento de que Anália Franco se recolhera à vida privada ferida por terrível cegueira. Sem poder amenizar as agruras da sorte daquela que tão agradáveis leituras nos proporcionou, guardamo-lhe todavia em nossa alma profunda simpatia e indelével recordação.¹²

Na edição 12 da mesma revista, datada de 31 de março de 1898, publica-se a resposta de Anália:

Ao regressar de uma das cidades do interior deste Estado casualmente deparouse-me com um número interessante da revista *A Mensageira*, na qual a sua ilustre redatora, inserindo algumas palavras assaz lisonjeiras em referências à minha humilde individualidade, assevera ter eu abandonado a pena por achar-me privada da vista.

Em retificação à verdade, cumpre-me declarar que felizmente acho-me restabelecida, conquanto minha vista esteja bastante diminuída do que foi.

O texto extenso continua, agradecendo e explicando a sua ausência não só por conta do estado precário de saúde, como “pelas afanosas lides do magistério”. Nas suas palavras, faltaria-se com um dever sagrado, se voltando à publicidade, não externasse as suas sinceras saudações à “simpática revista”, que de forma proficiente era dirigida, auxiliada por “uma plêiade de

¹² Texto publicado na revista *A Mensageira*, edição nº 3 de 15 de novembro de 1897

brilhantes talentos”. Entre as colaboradoras de *A Mensageira* estavam Júlia Lopes de Almeida, Maria Clara da Cunha Santos e Guiomar Torrezão.

A contar a data da revista, em que o texto foi publicado, pode-se deduzir, conforme seu biógrafo (2004, p.61), que Anália tenha perdido a visão temporariamente entre os anos de 1897 e 1898 (ocasião da publicação). A cura seria responsável por Anália converter-se ao espiritismo.

A ausência de registro sobre sua atuação entre os anos de 1878 e 1898 pode apontar para a possibilidade de, nesse tempo, Anália ter estabelecido e fortalecido relações com diferentes grupos, incluindo-se profissionais da educação e do jornalismo, bem como autoridades políticas, tanto no interior de São Paulo, quanto na capital e em estados vizinhos. A sua produção literária - que mais tarde será publicada em fascículo no *Álbum das Meninas* - pode sugerir que Anália tenha trabalhado nela nos anos passados.

É preciso lembrar ainda que o endereço da revista, no Largo do Arouche nº 58, é o mesmo ocupado pela sede da AFBI e por uma das escolas maternas da capital, no início das atividades, em 1902. Destacamos esse fato por entender que havia uma boa relação entre Anália e autoridades públicas, uma vez que o prédio localizado no endereço do Largo do Arouche, segundo Monteiro (2004, p.77), era público.

Trazer para a discussão o *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*¹³, é antes de tudo chamar a atenção para a força da palavra e das relações de poder que os meios impressos representavam naquele contexto, assim como em qualquer momento histórico desde Gutemberg.

Referindo-se a atuação de Anália na literatura e ao artigo publicado por ela na revista *A Família*, em 19 de janeiro de 1889, intitulado *Educação Feminina*, Muzart (2000, p.620) escreve:

É admirável que Anália Franco, desenvolvendo a enorme quantidade de trabalhos com objetivos sociais, tenha tido tempo para escrever páginas de literatura. É importante a presença de Anália Franco nesta Antologia de resgate de mulheres

¹³ Embora a distribuição da revista *Álbum das Meninas* fosse gratuita para todas as escolas públicas do sexo feminino, trazia uma sugestão de preço para assinatura: o semestre custava 5\$000 e exemplar avulso, 1\$000. O aspecto gráfico da revista estava de acordo com os critérios da imprensa, ao adotar a tipografia como recurso de impressão. A publicação era mensal e cada edição apresentava uma média de 24 páginas, num formato aproximado de 21 de altura por 16 de largura, em que eram dispostos artigos, poesias e notas. Não havia anúncios, fotografias ou ilustrações. As tipografias que rodaram as edições que estamos trabalhando são: *Typ. Andrade & Mello* - Rua do Carmo, 7 e *Typ. King* - Rua do Commercio, 39. Não há qualquer menção quanto à tiragem da revista, nem a uma comissão editorial. O *Álbum das Meninas* era financiado pela própria Anália Franco.

que se ligaram mesmo de modo circunstancial à Literatura, sobretudo por sua ação feminista em prol da educação da mulher. Em artigo aqui reproduzido, sobre a educação feminina, transparece o profundo engajamento de Anália nessa luta sem quartel que foi a aquisição de certos direitos para as mulheres, entre os quais o da educação. Transparece, igualmente, nesse artigo, a mulher cultivada, que lia em francês e que conhecia perfeitamente a bibliografia da época sobre o feminismo. A sua presença constante, nas páginas da revista feminista de Josefina Álvares de Azevedo mostra o quanto seus artigos eram lidos e acatados.

Além de *A Família* (1888), fundado por Josefina Álvares de Azevedo, Anália teria colaborado, segundo Muzart, com *A Semana*, de Valentim Magalhães; *A Educação* (1902); *A Mensageira*, dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida; *Eco das Damas*, dirigido por Zalina Rolim, Inês Sabino e outras, além de *O Estado de São Paulo* e do *Almanaque das Senhoras*, de Lisboa.

Ao reunir conhecimento pedagógico, literatura, domínio da escrita e uma boa dose de influência junto ao poder público, Anália teve, a nosso ver, um veículo a seu favor na difusão de suas idéias e pensamentos, relacionados às práticas educativas. Pelo *Álbum das Meninas*, entende-se que ela plantou a semente da AFBI.

Em São Paulo, em 1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Anália Franco, espírita, filiada ao Partido Republicano, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim-de-infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher (KUHLMANN JR., 1998, p. 87).

Na presidência da Associação, por sua vez, mais que disseminar asilos, creches, escolas maternais, liceu feminino e colônia regeneradora, assumiu a causa indissociável: criança e mulher, ganhando o reconhecimento de suas “patrícias” e representando, ao mesmo tempo, uma ameaça para outros grupos que buscavam tomar a educação apenas como mecanismo de controle, nem sempre como meio para acessar direitos.

Na passagem do século XIX para o XX, avaliamos que o *Álbum das Meninas* estabeleceu-se como uma espécie de ponte para Anália, que havia se debruçado com afinco nos estudos das questões sociais e queria, então, lançar sua “pedra fundamental” no novo século.

Ao tomarmos a ponte como metáfora para a revista, dizemos que as suas bases estavam fincadas em questões sociais e religiosas, subdivididas em temas que discutiam: educação e instrução; mulher; família; criança; higiene e moral.

A primeira vez que o *Álbum das Meninas* circulou foi no dia 30 de abril de 1898. Sobre a última, não há data precisa. Neste trabalho, analisamos dezenove números não sequenciais, sendo a data limite 1º de outubro de 1901, portanto, pouco tempo antes da fundação da AFBI que foi em 17 de novembro daquele ano.

De acordo Muzart (2000, p. 621), *Álbum das Meninas* teria tido uma duração de 25 anos, o que poderia significar que mesmo após a morte de Anália, a revista teria circulado por mais uns quatro anos ainda. Não há, no entanto, documentos que confirmem esta informação. Se estiver correta, podemos atestar que Anália colocou paralelamente por um bom tempo em circulação duas publicações no segmento de educação: a revista *Álbum das Meninas* e o jornal *A Voz Maternal*.

Sob o título “Mães e Educadores”, Anália abre as páginas do seu *Álbum das Meninas*, anunciando a que vinha a publicação. Era preciso retomar os bons princípios para salvar os costumes da decadência. Convocavam-se, assim, mães e educadoras a formar uma cruzada contra a descrença.

Não despresemos os meios que se nos manifestam por tantos modos, pela imprensa, pelos folhetos, pelas conferencias especiais, pelos conselhos dos parochos pelas prelecções dos professores, pelas leituras das escolas e no lar...Sim, não percamos uma hora, porque o momento é solemne, e todos temos o dever de lutar nobremente, visto que nas sociedades modernas cada um de nós tem uma parcella de dever e de responsabilidade. A nossa missão é pois evangelisar a rasão, e levantar bem alto o estandarte da virtude e do bello, inoculando no coração da mocidade confiada ás nossas mãos, as grandes qualidades que nos vão faltando: - a ordem, o trabalho, a noção exacta do dever, o verdadeiro amor da pátria, a comprehensão da vida humana com um destino elevado e serio e sobre tudo fazer-lhe conceber o bem absoluto, a eterna justiça, o Espirito Supremo que anima e vivifica toda a natureza. [...]

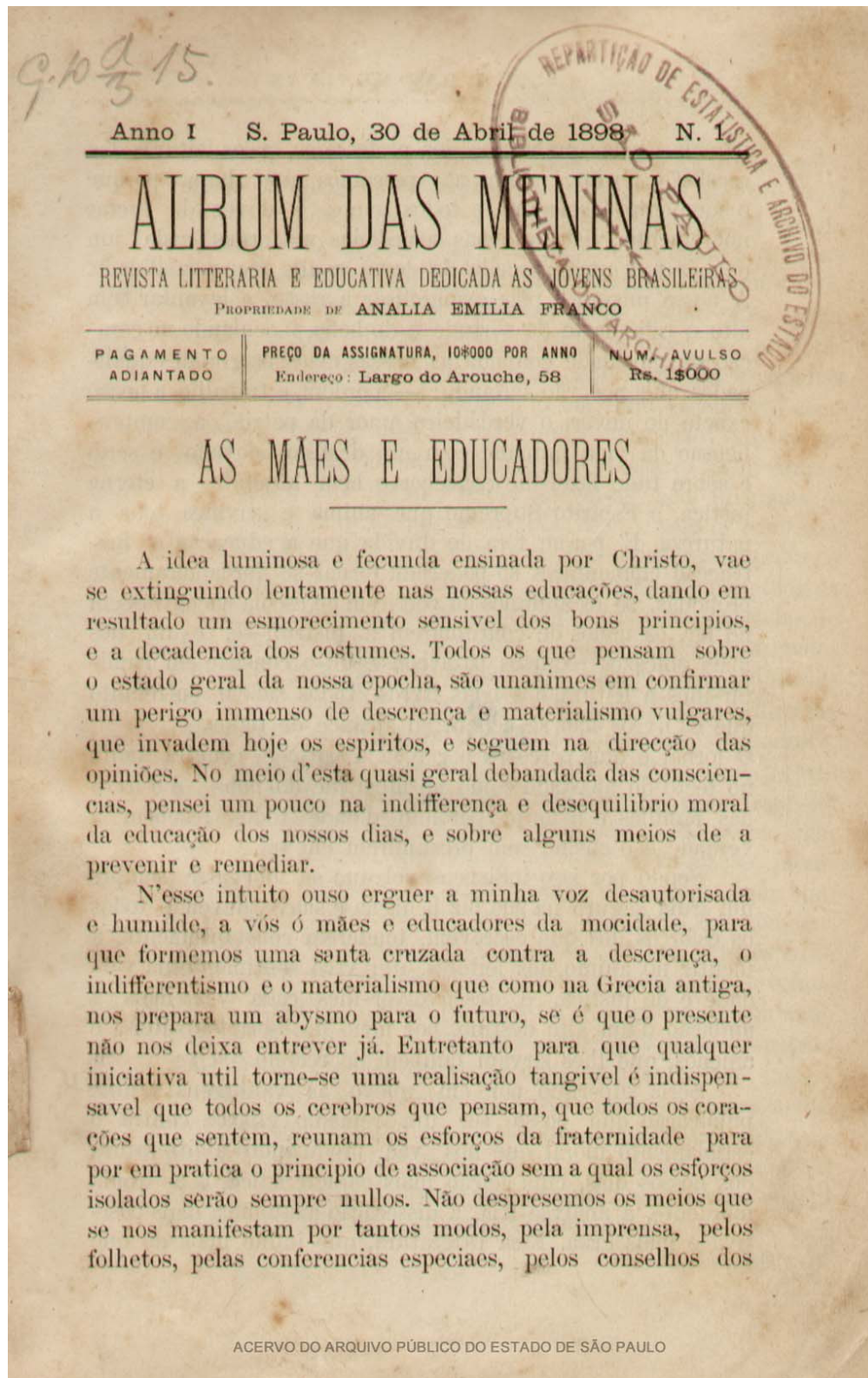


Figura 7 – Primeiro número da revista Álbum das Meninas – data: 30 de abril de 1898

(Fonte: Arquivo do Estado)

O trecho citado sintetiza a “linha editorial” que a revista imprimiu nas suas edições, prescrevendo orientações que não prescindiam da educação, da instrução, da moral, da razão mediada pela fé, do sentimento de pertença, dos deveres e do patriotismo.

Ao comentar a então nova revista, a imprensa paulista assim se manifesta, segundo texto reproduzido no próprio *Álbum das Meninas*, em maio de 1898:

Começou a publicar-se em São Paulo uma nova revista litteraria, que nos afigura de um grande alcance para a educação do sexo feminino, a quem a nova publicação é dedicada.

Denomina-se *O Álbum das Meninas* e é dirigida pela distinta professora e escriptora d. Anália Emilia Franco.

Todo o texto da revista é de largo intuito moral e educativo, assumptos que na sua natureza e forma coadunam com o fim a que é destinada essa publicação.

Este número abre com um bom estudo de d. Anália Franco sobre as mães de educadores, seguindo-se-lhe trabalhos de escriptoras conhecidas taes como Amélia Janny, E. Pitoresca, Ferdinand Diniz, Zalina Rolim, d. Antonio da Costa, Elisa Mattos e Nansen.

Com taes combatentes, tanta dedicação e tal intuito, *O Álbum das Meninas* está destinado a desempenhar um papel de saliencia na educação feminina. (D’A Nação).

Na perspectiva da mensagem passada pela revista, a educação e a instrução elementares só seriam profícuas, se nos lares fossem promovidos meios de continuidade do aprendizado obtido na escola. Os meios a que se refere eram as leituras dos “bons livros”. Justificava, no entanto, que se sabia que eles não eram acessíveis a todos. Desta forma, o jornal que percorria por toda parte e que penetrava “tanto no tecto do abastado como no albergue do pobre” era o livro das famílias “e a fonte perenne d’onde todos recebem a verdade e o ensino sem presumirem em tal”.

À medida que defendia o jornal como uma fonte fidedigna, o texto orientava para a necessidade da escolha de um guia seguro. Apelava ainda para os que escreviam: seus esforços deveriam ser voltados para o ânimo, para o sentimento da verdade e para a justiça, despertando no leitor a crença no futuro e no sucesso. Além de amenos, esses escritos deveriam servir também

de recreio ao leitor. Era preciso combater a literatura que estava sendo produzida naqueles dias¹⁴, influenciando para a decadência dos costumes e para a derrocada dos alicerces familiares.

Foi por isso que resolvi a fazer uso da imprensa para dar á publicidade esta modesta revista intitulada ‘O Album das Meninas’ expendendo as minhas ideas sobre educação, e procurando traduzir, e mesmo transcrever tudo quanto os espíritos mais esclarecidos teem escrito sobre este assumpto. Ao tomar sobre os hombros esta tarefa de tão magno alcance, não consultei as minhas forças, nem a incompetencia que em mim reconheço para todas as cousas; mas tão sómente á convicção que tenho na Providência Divina, ao amor que consagro ás creanças, e ao desejo ardente que tenho de vel-as bem dirigidas e fortalecidas para as provas da liberdade e para os combates da vida.

Como todos sabem, dizia Anália, “a litteratura presentemente tem assumido proporções deploráveis”. Ao fazer referência ao pensamento da escritora portuguesa, Guiomar Torrezão, sobre os romances de então, Anália lembrava as palavras da escritora: “o romance tornou-se o que é hoje o theatro de Sardou e Dumas Filho, e a Madame Bovary de G. Flaubert, isto é, um transumpto de realidades hediondas, uma espécie de fiel resenha do que se passa de pior (de melhor nunca!) em cada *ménage* dissolvente mordida pela lepra do adultério” (TORREZÃO apud FRANCO, maio, 1898, *Álbum das Meninas*, p. 83)

Ainda se referindo à importância das leituras “sãs”, Anália destaca a notícia sobre operárias de um país estrangeiro, cujo nome não lhe ocorre, mas que dá conta de informar de que havia nessas mulheres o desejo de se instruírem pela leitura.

“Dividem-se entre si o trabalho de qualquer das companheiras que leem bem, e enquanto as suas mãos occupam-se nos mais rudes misteres das officinas, os seus ouvidos seguem attentamente a leitura, e assim sem perderem um só minuto de trabalho, nem por isso deixam de cultivar o seu espírito. (FRANCO, maio, 1898, *Álbum das Meninas*, p. 83)

¹⁴ Tânia Regina de Luca (2005, p 126), ao analisar a história dos periódicos, destaca o livro de Alessandra El Far, que recompõe a literatura popular e pornográfica que circulou no Rio de Janeiro entre 1870-1924. É possível que Anália estivesse se referindo ao combate desse gênero de literatura .

Para enfrentar esse quadro, no que tange à literatura, então em circulação, Anália convidava seus colegas da imprensa, da educação e da literatura, para que viessem para as páginas daquela revista imprimir seus conhecimentos, colaborando, dessa maneira, para que a educação da mocidade entrasse no caminho. O caminho sugerido era aquele que estava de acordo com os preceitos religiosos - naquele momento, católico - e com os exemplos dos mais “einentes” pensadores. Reconhecia, no entanto, que não haveria de ser fácil a “luta”, porque eram poucos aqueles que reconheciam as vantagens que a “cultura de espírito” - baseada na educação moral e religiosa do povo - poderia trazer para o trabalho, para a indústria, para a paz e prosperidade da pátria.

Assim, o *Álbum das Meninas* propunha-se a publicar artigos e poesias de autores, tanto contemporâneos a Anália - que defendessem a mesma causa da instrução -, quanto aqueles que produziam uma literatura de referência para o pensamento da educação. Entre eles estavam¹⁵: D. Antonio Costa, A. Pittoresco, Elisa de Mattos, A. Martim, Maria Amália, Maria Zalina Rolim, Amélia Janny, Amélia Rodrigues, Marie Rennotte, Adelina Lopes Vieira, Antonio Candido, Ignez Sabino, Guiomar Torrezão, Victor Hugo e Nansen.

Esses nomes - uns de maneira mais intensa, outros menos – colaboraram para que Anália pudesse registrar em sua revista um pouco do pensamento, que estava em evidência naquele final de século XIX e início do XX. Graças ao recurso da imprensa, este fragmento da história pôde ser gravado, nos oferecendo a possibilidade de tentar entender mais um dos espaços de sociabilidade de Anália, bem como os pensamentos que defendia.

Não temos, no entanto, a pretensão de fazer um estudo detalhado envolvendo análise de discurso, nem tampouco fazer uma leitura exaustiva do periódico em questão. Nosso objetivo neste capítulo é poder discutir a atuação de Anália na imprensa feminina, recuperando os temas veiculados no *Álbum das Meninas* - especialmente os que discutem a educação e a instrução, a condição da mulher e da criança -, de modo a contribuir para a discussão no conjunto deste trabalho.

¹⁵ Ferdinand Diniz, Maria Cândida Pereira de Vasconcellos, Daniela, Maria Carmo Sene D’ Andrade, Alves Mendes, Clorinda de Macedo, Júlia de Gusmão, Caetano de Moura, Almeida D’Oliveira, C. Mariano Froes, Albertina Paraizo, , Olympio Catão, Coelho Neto, M.R. Garcia Junior, Luiza Amélia, D. Puchesse, Máxima Figueiredo, Jose Rodrigues de Carvalho Maria Freitas, , Maria Conceição Flaques, Lucinda de Andrade, Mariana Eduardo, Presciliana Duarte de Almeida, Tullio de Campos, Servulo Gonçalves, Mares de Souza, Bernardo Lucas, Francisca Clotilde, Alves Lemes, Julieta Monteiro, , Carolina Von Koeseritz e D. Isabel Ferreira.

2.2 Em pauta a educação e a instrução

Como revista literária e educativa, o *Álbum das Meninas* empenhou-se fortemente para manter acesas as discussões voltadas para a educação e para a instrução. No bojo desse debate mais amplo, defendeu a educação para as mulheres, e a creche e escola maternal para as crianças pequenas. A relação mulher-educação-criança era, portanto, indissociável, à medida que a revista tinha como público-alvo prioritário as “jovens brasileiras”. Elas que, de certa forma, representavam a síntese dessa relação.

[...] Poderá ser mãe quem ignora o que significa sel-o? Poderá ser feliz o homem instruído tendo ao seu lado uma mulher que automaticamente cose, engomma, lhe acaricia, sem que suas mãos toquem jamais, nos momentos de ócio, livros científicos que arrancando a venda de seus olhos lhe indique qual deve ser a sua missão no mundo?[...] (FRANCO, outubro, 1898, *Álbum das Meninas*, p.1).

O futuro da criança e, portanto, da nação estava nas mãos da boa educação e da instrução apreendidas e transmitidas pela mulher. Cabia a essa mãe e professora a responsabilidade de formar homens para os desafios impostos pela sociedade civilizada, na qual estava presente o materialismo, a indiferença e o desequilíbrio moral. A indiferença era, nas palavras de Anália, a chaga que devorava a sociedade e a verdadeira doença daquele século. Para combatê-la, era preciso inculcar ânimo na mocidade confiada às mãos da mulher. Esse ânimo, no entanto, só brotaria da educação moral, senão a geração que brincava descuidada não teria como governar o mundo nem tampouco formar aquela que lhe sucederia.

Na voz autorizada de quem também era professora: empregar esforços para imprimir no coração da juventude “os princípios da moral cristã” era a melhor maneira de revelar seu patriotismo. “Deus animará por certo os que se empregarem em cultivar a rica sementeira da regeneração da pátria” (FRANCO, agosto, 1899, *Álbum das Meninas*, p. 392).

Nessa fala, Anália estabelecia uma estreita relação entre patriotismo e religiosidade, configurando o dever, tanto de cidadão quanto de cristão, como mediador das relações sociais.

No dever de ensinar e orientar residiria uma espécie de caridade, pela qual se combateria a indiferença e se libertaria a sociedade do egoísmo.

Educar e instruir era, assim, um sacerdócio, uma missão, para a qual deveriam estar preparadas as mães e professoras. Se havia tanto apreço pelo material, era preciso atingir a alma da sociedade. Nessa configuração, o estágio de valorização do material a que havia chegado a sociedade estava para o homem, na mesma proporção a que a regeneração dessa situação estava para a sensibilidade da alma feminina. “Um facto incontestavel é que no meio de tanto progresso material, e mesmo intellectual, o senso moral se rebaixa; a razão é que se esqueceram da educação da alma”.

Portanto, mais que educar essas mulheres - mães e professoras – para representar a virtude, a tranqüilidade e a ordem familiar, era preciso pensar para elas uma educação desenvolvida. A educação feminina, defendida por Anália, deveria libertar as mulheres das “trevas” da ignorância e combater a educação rotineira, representadas pelo apego excessivo à vaidade e ao luxo.

Hoje que a investigação da natureza avança cada vez mais, e inopinadas invenções vêm estender e aclamar o horisonte da sciencia e levantar o espírito á mais justa e brilhante concepção da unidade e harmonia do universo, abrindo aos nossos olhos deslumbrados as perspectivas illimitadas do infinito e a astronomia projecta os seus telescópios sobre os espaços sideraes, torna-se mais urgente instruir e educar a mulher levando a sua intelligencia á idea e o seu coração á virtude (FRANCO, agosto, 1901 *Álbum das Meninas*, p.3).

Na ordem de prioridade do progresso das luzes, deveria estar a educação da mulher. Segundo Anália, por motivo de um preconceito predominante entre os homens, as mulheres eram obrigadas a conviver com um modelo de educação legado pela Idade Média. Não desprezava a existência de uma instrução “variada e profícua”. Porém, lamentava-se pelo escasso ensino que era oferecido e que consistia em: leitura, escrita, contabilidade, música, canto e dança. Pelo artigo “A nossa educação”, ela reivindicava para as mulheres o que chamou de estudo das leis naturais, o qual compreendia higiene, psicologia, história natural, economia e moral. (FRANCO, maio, 1899, *Álbum das Meninas*, p. 319).

Na mesma edição da revista, a médica Marie Rennotte falava sobre a “Liberdade da mulher”. O artigo sintetizava o contexto de busca de legitimidade de direito. Se o homem possui

a razão, escreveu a médica, a mulher a possui igualmente. “A imaginação é tão forte no bello sexo como no sexo que se denomina de forte; á mulher não falta a memoria; a vontade, quem pode duvidar que ella não a tenha?”.

Para Rennotte, a instrução nunca teria raízes profundas se não chegasse aos filhos por meio das mães, “as quaes têm tanta precisão de escavar os segredos do livro universal como o homem, mas os quaes não lhes concede nem direito, nem liberdade, quero dizer que o pae acha penoso gastar dinheiro para educar a filha mas prodigaliza o de mais quanto aos filhos, e assim frustra em proveito do outro”. Havia nesse texto uma “denúncia” em relação ao descaso com a instrução naqueles dias, que beiravam o século XX. Defendia-se a instrução como um instrumento a ser operado pelas mãos femininas, sob pena de não atingir seu objetivo.

Ao lado de Rennotte, Anália punha também em discussão o descaso com a educação moral e intelectual do sexo feminino. A ignorância, segundo ela, era a responsável pela falta de firmeza de caráter, privando a mulher da independência e da liberdade de ação. Nas suas palavras, eram acanhados os pensamentos femininos, não permitindo a livre iniciativa, o que associado à timidez da inteligência reduzia a vida da mulher a uma “impotência real”. A falta de instrução profissional, segundo Anália, teria mais influência do que se supunha nos costumes e na prosperidade de um país.

Ao abordar a instrução obrigatória, em tom de indignação, Anália reclamava sobre a falta de seriedade com que o assunto estava sendo tratado. O Estado era chamado ao comprometimento. De acordo com a educadora, havia um certo menosprezo com a instrução, o que facilitava o aumento do número de mendigos, de vagabundos e criminosos. Como medida preventiva para esse quadro, Anália defendia que pai algum tinha o direito de privar o filho do que ela chamava de “saudavel alimento da instrução primaria, tão indispensável como o pão quotidiano”. Para ela, entre as obrigações daqueles que se dedicavam ao magistério, estava a de lutar para que a instrução do povo se materializasse e não fosse aviltada.

Nas bases dessa luta estava também a defesa às creches. Entre as qualidades desse tipo de instituição, segundo Anália, estava a segurança para a criança pequena, que muitas vezes acabava sofrendo acidentes domésticos, enquanto a mãe estava trabalhando. Segurança para criança e tranqüilidade para a mãe, a creche vinha ao encontro de uma necessidade que havia se instalado, à medida que as mulheres saíam para trabalhar fora de casa.

A criação de creches evitaria que as mães trabalhadoras fossem forçadas pelas circunstâncias a deixar suas crianças sem qualquer cuidado. Nas palavras da educadora, era indispensável que se procurasse um meio de aliviar os braços e os cuidados da mulher laboriosa, para que ela pudesse mais livremente trabalhar. Este meio, se materializaria pela implantação de creches.

Pelas suas gloriosas tradições São Paulo tem sido a terra das grandes iniciativas, dos cometimentos mais arrojados no heroísmo da dedicação e no trabalho além disso este povo tem tido sempre uma virtude que o recommenda e o engrandece, é a beneficencia, por isso temos esperança e confiamos que a luz serena do bem alumie o pensamento commum de todos para a realização da benefica instituição das creches que ainda não existe entre nós e assim provará nossa cara pátria que nunca mentiu na iniciativa dos pensamentos elevados. (edição n.4, 1898, p.79).

Desafiava-se assim, a sociedade paulistana para que afirmasse suas convicções em torno da beneficência. Com a urbanização e a industrialização, a cidade havia solicitado a mão-de-obra feminina, mas não estava preparada para cuidar dos filhos dessas mulheres, a maioria operária. Se por um lado, Anália defendia que a mulher ganhasse autonomia pela educação e pelo trabalho, entendia que a criança não poderia ficar sozinha em casa sem receber os cuidados necessários. Do seu ponto de vista, a creche, além de poder assumir durante algumas horas do dia os cuidados dos filhos das trabalhadoras, prestaria ao mesmo tempo serviço para a mulher e para a criança.

Anos mais tarde, já na presidência da AFBI, Anália assim se referia à creche:

Depois do asylo, a creche é a que maior número de benefícios presta ás mães jornaleiras, que vêem amparados e educados seus filhinhos sem cortarem os laços de família, que todos os dias teem a satisfação de abraçarem e beijarem os seus filhos, recebendo-os muito limpos, bem tratados, e com uma educação desvelada que não encontrariam nos cortiços onde outr'ora deixavam a sua prole. Oxalá que todos compreendessem o vasto alcance social desta espécie de salas-asylos, onde a infância que vagueia abandonada pelas ruas encontrasse refugio seguro, e educação desvelada (FRANCO, Relatório da AFBI de 1907, p.13).

Entre uma discussão e outra, Anália foi imprimindo nas páginas do Álbum das Meninas as suas marcas na defesa de temas, nos quais estavam presentes a educação e a instrução de

mulheres e crianças. Ao difundir essas questões, a educadora tornava sua imagem indissociável dos debates em torno de projetos educacionais e sociais. Quando dentro de Anália falava a professora - que pensava a criança na condição de aluno -, estava posta a defesa do ensino intuitivo nas escolas.

Todos sabemos quanta dificuldade há no ensino da leitura para as classes infantis, porque a atenção das crianças ao que se lhes quer demonstrar não só é difícil de exercitar, como também de se sustentar por algum tempo. [...] Deve-se fallar aos sentidos, e dar ao alumno o conhecimento directo do objeto, pela intuição, porque não ha cousa alguma na intelligencia que primeiro não passe pelos sentidos, isto é, não ha pensamento que não se derive de uma sensação.

Para a educadora, por mais úteis que fossem os contos científicos, em moda na época, eles não podiam competir com a feição pitoresca das lendas e contos populares. O essencial nos contos, segundo ela, era que ensinassem uma moral viril. “Não é com o mal que se deve captivar a imaginação das crianças, mas sim como o bem”.

O livro “Contos Infantis” de Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes de Almeida, segundo Vidal (2005, p.86) foi publicado inicialmente em Portugal, no ano de 1886, e teve a sua segunda edição impressa no Rio de Janeiro, alcançando no fim do século XIX quatro edições. Por meio de narrações singelas, “Contos Infantis” anunciava que estava focado na educação moral e estética da criança. Conforme Vidal, as autoras alertavam para o estilo da escrita:

Temos lido muitos livros injustamente classificados, ou antes, destinados *para a infância*. Que contem, na sua maior parte? Histórias insulsas e banaes, ou phantasias absurdas e intrincadas, que só uma intelligencia amadurecida pode entender.

Para a compreensão das crianças toda a violência é má. Se lêem com atença, fatigam-se em busca da verdadeira idea occulta entre os labyrinthos da phrase, se não lêem com atenção, se o fazem machinalmente, perdem um trabalho, que as enfada, e que nada de bom lhes deixa (VIEIRA e ALMEIDA, pp. 6-7, apud VIDAL, grifos das autoras)

Nos contos publicados na revista, de autoria de Anália, percebe-se uma narrativa que propõe modos de agir, pensar e sentir. O comportamento recomendado é aquele que está de

acordo com as virtudes. Está presente ainda o maniqueísmo, onde o bem vence o mal. A recompensa chega à medida que os esforços são postos em prática. O arrependimento também é proposto como caminho para a salvação. Condena-se a ambição e enaltece-se a docilidade, a devoção e a bondade. Estão presentes propostas de comportamentos e valores aceitáveis no convívio social. Pela literatura tentava-se moralizar.

A ex-interna da AFBI, Maria Cândida Silveira Barros (1982, p.94), no seu livro de memórias, nos dá um panorama de quais leituras eram sugeridas por Anália às internas, no ano de 1910 na AFBI. Segundo ela:

Os nossos prêmios eram livros. Livros morais e instrutivos como só ela os poderia escolher. Foi assim que lemos: Júlia Lopes Almeida, Zalina Rolim, Amália Soler, Maria Amália Vazole, Carvalho, Maurício de Maeleslink, Mardeu, Tesouro de Meninos do Padre X, Coração de Amicis e vários outros morais que pudessem nos aumentar o bom caráter e recreiar nossos espíritos.

A literatura, para Anália, teria grande responsabilidade na formação da mocidade, por influenciar sobre os costumes. Para ela, as leituras publicadas na França e na Inglaterra - traduzidas para várias outras línguas - matavam a crença nos ideais e no amor, dando lugar ao marasmo intelectual e ao cinismo. A sociedade brasileira, na sua visão, era mal preparada pela sua educação religiosa, pela falta de espírito de livre exame, “para tudo que exige a ordem, a previdência, o discernimento e a perseverança do trabalho, se tornando cada vez menos apta para as coisas sérias e profundas”.

Como uma espécie de antídoto, para a apatia mental, Anália valeu-se dos seus romances sobre costumes, que eram publicados em fascículos nas páginas do *Álbum das Meninas*, entre eles *A filha do artista* e *A égide materna*, nos quais os exemplos da virtude e das verdades consoladoras eram romantizados.

A educadora tinha consciência, no entanto, de que haveria aqueles que desdenhariam a sua iniciativa, pelo fato dela fazer uma idéia diferente da arte. Consolava-lhe, porém, a idéia de que seus romances servissem ao menos de protesto contra o que chamava de “ação dissolvente e desmoralizadora da escola realista”. Percebe-se nos romances de Anália, que a caracterização de

suas personagens é feita pela predominância de adjetivos e por um realce indisfarçável das qualidades morais, valorização da amizade, da gratidão, da docilidade e, principalmente, da devoção a Deus.

Antes e durante a AFBI, Anália não prescindiu de ferramentas encontradas principalmente na literatura e no jornalismo, onde exercitou sua escrita, deixando uma obra, que inclui romances, contos, poesias, peças teatrais, crônicas, opúsculos, dissertações evangélicas, hinos, livros didáticos e opúsculos diversos. Seu biógrafo nos apresenta uma bibliografia de Anália, que considera incompleta. Entre as publicações da educadora, conforme Monteiro (2004, p.237), estão: 3 romances; 23 contos; 9 poesias; 9 peças de teatro; 37 crônicas, 5 opúsculos, duas dissertações evangélicas, 3 hinos, 9 livros didáticos e 23 opúsculos diversos (Ver Anexos).

Conforme acabamos de listar, a obra de Anália Franco vai além da literatura e das páginas escritas na imprensa feminina. Ao fundar a AFBI ela criou em paralelo uma estrutura para suportar a produção do seu material didático, que orientava seus cursos na Associação, incluindo uma tipografia para rodar suas publicações.

É dessa fase que se falará a partir do próximo capítulo. Nosso esforço será no sentido de fazer uma leitura das fontes, buscando identificar os métodos que influenciaram o pensamento predominante na linha que a AFBI adotou, para conduzir o ensino nas suas escolas, entendendo que seu método mistura-se à própria história da educação e do país, naquele início do século XX.

CAPÍTULO 3

3. ASPECTOS DA HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUTIVA

3.1 Anália Franco abre caminhos para fundar a Associação Feminina

“É pois incontestável que a mulher, especialmente a pobre, seja educada como exige o estado atual da sociedade. É esta a educação que damos as nossas asyladas, preparando-as pelo estudo e pelo ensino profissional para que possam viver sozinhas movendo-se na sua esphera própria, quando lhes seja preciso fazerem o seu próprio destino, independente de qualquer protecção”.

(Anália Franco)

A perspectiva de análise deste trabalho entende que Anália Franco, ao lançar-se pelo caminho da literatura e da imprensa feminina, pretendia um ganho de visibilidade e reconhecimento de sua atuação como mulher e educadora na vida social e cultural do país. Seus textos e suas ações indicam que havia a preocupação em garantir a cidadania às classes “desvalidas” - incluindo crianças, negros e a mulher. Essa garantia, no entanto, segundo seu discurso, só seria possível com a aquisição do saber proporcionado pela escola.

Quando Anália escreve, registra seu descontentamento com relação à condição atribuída à mulher e aponta para o desejo de mudança dessa situação. Essa mudança, segundo seu pensamento, estava pautada na educação feminina. É de supor que, pela via de acesso da educação das mulheres, Anália pretendia educar as crianças e os jovens.

O seu espaço de sociabilidade no magistério e na imprensa constituiu-se em aliado para as conquistas que pretendia no campo social. Não foi sem sentido que ela se atirou a uma intensa produção literária, criando sua própria revista e colaborando amplamente com a imprensa feminina. Se pela via de acesso da educação, ela focava a educação da criança, pela via da comunicação e da literatura, ela projetava-se como sujeito emissor de mensagens e pensamentos em que acreditava.

Ao visualizar a trajetória de Anália, entendemos que as suas ações, de educadora e de mulher das letras, eram bem articuladas. Essa boa articulação foi responsável pela sua projeção no espaço público e pelo respaldo de vários grupos sociais - incluindo a imprensa - que apóiam sua iniciativa para a implantação de um instituto educacional.

Entende-se que a AFBI não nasceu de um projeto prematuro. Há uma espécie de tênue fio condutor nas ações de Anália. Sua articulação política - como se observa pelos pronunciamentos públicos da época em que a AFBI foi fundada - também é um fato que não pode ser desprezado.

Se a virada do século foi um período de grandes debates, conflitos e mudanças, Anália estava bem à época. Testemunhou uma série de acontecimentos históricos; circulou entre distintos grupos; recebeu críticas e pressões; assumiu muitas vezes o papel de formadora de opinião e esteve à frente de causas sociais, consolidando, enfim, um projeto educacional traduzido na fundação da AFBI. Dentro de uma história maior, construiu a da Associação, em meio aos efeitos da urbanização e da industrialização; das disputas e descasos do poder público; das epidemias e da Primeira Guerra. Foi em meio a esse processo que a AFBI foi criada e se desenvolveu no estado de São Paulo.

O ar que se respirava era o de uma República brasileira recém-instalada, que apontava para a construção de uma nova sociedade - em que estavam presentes os discursos e pensamentos médico-higienista, jurídico-policial e religioso, sem prescindir do apoio de educadores (Kuhlmann Jr, 1998). Desde a década de 1870, os médicos ganharam papel preponderante nas discussões sobre a criança, influenciando em vários aspectos na educação, assim como os juristas e os religiosos.

[...] Do ponto de vista médico-higienista, o grande tema associado à assistência à infância era a mortalidade infantil. Além disso, as propostas se integravam ao projeto mais geral de saneamento para atingir a civilidade e a modernidade [...]. Do ponto de vista jurídico-policial, as preocupações com as legislações trabalhista e criminal trazem o tema da chamada infância moralmente abandonada [...]. Os religiosos apresentavam a Igreja como um sustentáculo na sociedade capitalista, enfatizando que a sua experiência secular na caridade, o seu know-how não deveria ser desprezado (Id., 1998, p.91-96).

Nesse período, questões de relações internacionais, de produção, trabalho e mercado, de ciência e técnica, de política e de organização do Estado e das instituições sociais, de grupos e

classes sociais, de relações de força, estão presentes nos debates sobre as concepções e as definições legais e normativas de um conjunto de iniciativas para a infância, com a contribuição de médicos, juristas, religiosos, engenheiros, educadores entre tantos outros. A distribuição de competências, das atribuições do Estado e da sociedade, com a delimitação dos campos jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como o debate sobre as definições legais e normativas, não é algo estanque e corporativo, como se nota pela ampla gama de setores sociais que interagem em torno das propostas para a infância. Do ponto de vista da abrangência e do conteúdo das suas propostas, a educação – pelo que é e pelo que deixa de ser, pelo que significa e pelo que produz – aparece como um fator estruturante da sociedade “moderna” (Kuhlmann Jr., 2002).

Em sintonia com essa atmosfera e por todo um histórico anterior - marcado por ações que privilegiavam a criança e a mulher -, Anália Franco tem diante de si, ao presidir a AFBI, um desafio que lhe demandará uma dedicação integral entre os anos de 1901 e 1919. De acordo com seus estatutos, a AFBI foi fundada para proteger e educar as crianças das classes “desvalidas”, bem como mães desamparadas. Educação e assistência, porém, caminhavam lado a lado nas instituições de Anália, que incluíam asilos, creches, escolas maternais, liceus femininos e noturnos. Sem prescindir de cuidados de saúde e higiene, a educadora contou com a colaboração voluntária de médicos amigos, como de Marie Rennotte e dos homeopatas Alberto Seabra e Militão Pacheco.

Inicialmente, Anália reuniu um pequeno grupo de senhoras. Juntas fundaram, em 17 de novembro de 1901, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. De acordo com Monteiro, essas mulheres pertenciam a extratos sociais diferentes. Em dois meses, a lista de sócios da AFBI atingiu 2 mil signatários de nacionalidades e crenças diversas.

Conforme a ata de fundação, presidida por Anália Franco, estavam presentes as seguintes sócias: Anália Rangel, Carolina Dória de A. Góes, Aracy Paranhos, Emília Silva, Isabel Gonçalves, Francisca de Carvalho, Maria de Moura Azevedo, Ophélia Cresciume de Carvalho, Rosinha Nogueira Soares, Maria Pinto Alves, Porfíria Pinto, Alice de Salles, Alzira de Salles, Anália de Salles, Benedita de Queiroz, Thereza de Jesus, Anália Franco e Brasilina Machado¹⁶.

¹⁶ Não foi possível identificar cada uma dessas mulheres no contexto da época. Apenas Alice de Salles, Alzira de Salles e Anália de Salles – as três eram sobrinhas de Anália Franco, filhas de sua irmã, Ambrosina e do Coronel Júlio de Salles (Cf. MONTEIRO, 2004, p.22).

A contar o fato dessas sócias fazerem parte de diferentes grupos e pertencerem a classes sociais distintas, imagina-se que a simpatia do poder público derivava daí, uma vez que algumas dessas mulheres poderiam ser esposas de políticos influentes, ou mesmo, fazer parte da rede de relacionamentos desses.

Inicialmente, o apoio governamental que a Associação recebeu foi caracterizado pelo auxílio financeiro, cessão de prédios para o funcionamento das escolas, dos liceus (capital e Santos) e pelo fornecimento de passes para transporte gratuito às professoras e diretoras das escolas (MONTEIRO, 2004, p.74).

No despacho, assinado em 29 de outubro de 1901, antecedendo a fundação da AFBI, o secretário do interior, Dr. Bento Bueno, escreve o seguinte:

Revelando o vosso programa um grau de civilização que honra, sobremaneira, o nosso Estado e preenchendo, realmente, os reclamos de uma cidade populosa e industrial como São Paulo, tenho a satisfação de vos declarar que, para a realização dele, podeis contar com todas as facilidades do meu alcance (BARROS, 1982, p.103).

Nomes que estavam ao lado de Anália, no período em que era atuante na imprensa Feminina, surgem novamente - agora para apoiar o andamento dos trabalhos da AFBI. Pela leitura das atas, pudemos constatar que Presciliana Duarte de Almeida, da revista *A Mensageira*, era presença assídua nas reuniões da Associação, assim como a médica Marie Rennotte¹⁷.

De qualquer forma, o fato interessante é que essas mesmas mulheres tornam a se encontrar em um grupo diferente, o que nos leva a entender que havia entre elas uma parceria que ia além do ambiente literário. A articulação de idéias em torno de questões sociais, voltados para a defesa da educação e da participação feminina nas decisões, acerca desse tema, por certo circulava entre esses diferentes grupos.

¹⁷ Outra pessoa é a escritora portuguesa Guiomar Torrezão. Numa primeira análise dos *Relatórios* da AFBI e depois em atas que tivemos acesso, havíamos localizado esse nome entre as participantes de assembleias e como tesoureira, em 1907. Porém, apesar de não ser um sobrenome comum, pudemos perceber que se tratava de homônimo, tendo em vista que a escritora faleceu em 1902 - conforme notícia dada pela revista *A Mensageira*, nº 26, de 15 de maio daquele ano - e não poderia estar ocupando cargo algum em 1907.

Na *Assembléia Geral Extraordinária* da AFBI - realizada em 27 de novembro de 1902 e presidida por Presciliana Duarte de Almeida -, além de outras questões descritas, consta que o tenente Coronel Septimo Werner apresentou-se como procurador de algumas associadas, sendo lhe permitido votar em nome das mesmas, bem como ler uma moção de confiança a Anália.

Diante do fato, de acordo com a ata, a presidente da mesa, Presciliana Duarte de Almeida propôs, e foi aprovada em assembléia, uma emenda aos estatutos. Por essa emenda, a partir daquele dia não seria mais permitido que as associadas passassem procuração:

A cavalheiros para represental-as ou votar em seus nomes nas Assembléias desta Associação, bem como uma outra emenda em que se declara que nenhum homem pode tomar parte nas discussões, para que as associadas não se vejam tolhidas na manifestação franca de suas idéias, pelo natural receio de travar polemicas desagradáveis ao natural melindre feminino.

Na mesma ocasião, em apoio à proposta de Presciliana, Antonia Almeida pediu a palavra e convidou as associadas a darem seus votos livremente, sem obedecer instigações de pessoa alguma, “visto ser a causa dos males que oprimem o nosso paiz a falta de consciencia e liberdade nas eleições: e como a mulher deve ser a regeneradora da sociedade, a ella compete proceder com independencia”.

Além de demonstrar a extensão do relacionamento mantido por Anália com colegas de imprensa, a situação relatada pela ata demonstra que havia propósitos que as uniam: a defesa do direito da mulher com vistas à liberdade e à concretização de projetos voltados para sociedade.

3.2 O jornal *A Voz Maternal* como meio de divulgação da AFBI

Traço marcante na trajetória de Anália Franco, a articulação é fato que não se pode contestar. Desde os tempos em que atuava na imprensa feminina, e durante sua permanência enquanto presidente da AFBI, Anália foi exímia propagandista da educação, recebendo apoio incondicional de vários jornais e revistas, tanto do estado de São Paulo, como do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Bahia, Mato grosso, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Alagoas e Pernambuco.

Periódicos desses estados e do interior de São Paulo, bem como do exterior - caso dos jornais italianos *Luce e Ombra* e *Il Vessillo Spiritista* e do argentino *El Infierno* - enviavam seus correspondentes para conferir o trabalho realizado pela AFBI em suas escolas maternais, asilos, creches e Liceus, e escrever a respeito desses.

Os textos publicados - que davam conta de informar sobre o trabalho desenvolvido pela AFBI - eram reproduzidos no jornal *A Voz Maternal*¹⁸ - órgão de comunicação da Associação. O uso desse informativo para se comunicar com o público demonstra – assim como pôde se ver pelo *Álbum das Meninas* - que Anália valorizava esse tipo de recurso. Não se limitando a um canal de comunicação com potenciais contribuintes, *A Voz Maternal* atraía o olhar de outros jornais e, conseqüentemente, da população de outras cidades e estados. À medida que noticiava a presença de correspondentes de jornais nas suas escolas e, posteriormente, reproduzia os textos desses formadores de opinião no *A Voz Maternal*, a presidente da AFBI buscava legitimar suas ações perante a sociedade. Textos publicados pelos jornais como o *Diário de Jahu*, *Correio de Jahu*, *D'A Cidade de Dois Córregos*, são alguns dos exemplos, assim como a divulgação do conteúdo de relatórios, de atas de assembléias e de balanços da AFBI.

Ao dirigir-se ao seu público, por meio do jornal, Anália apelava para os bons sentimentos. Não rotulava sua fé nesse apelo. Dirigia-se a todos pelo caminho de um único Deus, a fim de não ferir suscetibilidade de credos dos apoiadores de sua obra. O fio condutor de sua mensagem tinha como mote a situação da infância “desvalida” e a regeneração desse contingente e das mulheres “arrepentidas”¹⁹.

Eram muitos os correspondentes de jornais e revistas que visitavam a AFBI todos os meses. Entre eles, representantes de *A Palavra*, *O Debate*, *O Arauto*, *O Paladino*, *Vinte de Julho*, *O Industrial*, *O Atalaya*, *A Imprensa*, *Jornal do Brazil*, *O Democrata*, *Correio Popular*, *O Estado de São Paulo*, *O Itaúna*, *A Lanceta*, *O Astro*, *O Oásis*, *Oitenta e Nove*, *Revista Espírita*, *Tribuna de Franca*, *O Mercantil*, *O Colibri*, *A Tribuna*, *Gazeta de Cordeiro*.

¹⁸ Inicialmente era distribuído gratuitamente. No decorrer do tempo, devido às despesas aumentarem, passou a aceitar assinaturas e propagandas. Suas edições eram enviadas para todo o Brasil e também para o exterior.

¹⁹ Mulheres casadas e que haviam sido abandonadas ou deixado o marido, bem como moças solteiras que não se submetiam às determinações dos pais, sobretudo em relação a casamento. Entre as “arrepentidas” estavam, ainda, mães solteiras, viúvas e prostitutas (esta interpretação é nossa, a contar as menções feitas nos documentos).



Figura 8 – Colônia Regeneradora em São Paulo: crianças e mulheres, entre Anália e Bastos (os dois aparecem sentados, vestidos de roupa escura). Percebe-se que as mulheres usam uniforme que remete àqueles usados por enfermeiras. Ao mesmo tempo, os instrumentos que algumas delas trazem nas mãos nos fazem pensar que eram os mesmos que se utilizam nas lavouras, como enxadas, por exemplo. Os meninos, no canto direito da fotografia, também seguram instrumentos semelhantes.

Data provável: entre 1912 e 1918. - (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)

Assim, a notícia de que havia em São Paulo uma instituição preocupada com a educação de crianças, pertencentes às classes populares, bem como com o atendimento a “mulheres arrependidas”, rompia território. Ao se referir às mulheres que chagavam à Colônia Regeneradora, a ex-interna da AFBI, Maria Cândida, assim escreve em seu livro de memórias:

Ninguém, nunca soube de qual queda veio alguém! Ninguém, nunca soube, de que mar de lágrimas alguém deixou de ser ... o naufrago. Poucas, pouquíssimas de nós ficou sabendo de que dor ou de que martírio uma senhora veio para o recesso daquele “Lar Fazenda” (1982, p.90).



Figura 9 – Capa do jornal *A Voz Maternal* de 1º de maio de 1904 - Fonte: AFBI Anália Franco. Com periodicidade mensal, este jornal em seu formato original aberto mede 48 cm de largura X 66 cm de altura, ficando 4 páginas de cada lado, medindo cada uma delas 24 cm de largura X 33 de altura. Não é possível fazer uma leitura página á página, pelo método de folhear, uma vez que no formato desse jornal é aplicado o recurso de dobradura: uma na horizontal e outra na vertical (Verificar nos anexos a imagem que traz esse formato).

O texto *Educação* publicado no *Jornal do Recife*, assinado por Fly, reproduzido no *A Voz Maternal* refere-se à AFBI como um espaço onde crianças e senhoras desamparadas conseguiriam modificar os costumes, adquirir o saber para lutar pela vida e, por fim, tornar-se honestas, trabalhadoras e dignas de uma sociedade civilizada. Ao referir-se à fundação de um asilo em Recife - aos moldes daquele da AFBI em São Paulo, que acolhia também as “mulheres arrependidas” -, o jornalista assim se expressa:

[...]Guiando-me pelas informações que tenho, vejo que trata-se de fundar aqui no Recife um recolhimento para mulheres arrependidas. Um recolhimento para essas criaturas que depois de terem consumido a actividade e os encantos da juventude na expansão de instinctos naturaes, depois de terem despendido toda a energia animal sem respeito ás leis da educação e sem a menor referencia aos deveres sociaes, vivendo fora, bem fora, desse convencionalismo que todos condemnam, mas a quem todos se submettem, buscam, já na decadência do organismo gasto pelos excessos, pelas molestias e pelo tempo, no exgottamento completo das forças, na penosa situação de todas as misérias, um abrigo para o corpo e um pedaço de pão para o estomago. Não há duvida alguma, a idea de amparar essa gente é digna de applausos, mesmo porque encerra um bellissimo principio de humanidade [...].²⁰

Outra matéria reproduzida no jornal *A Voz Maternal* - que faz menção a criação de uma instituição, seguindo o modelo da AFBI - é sobre a iniciativa da redatora do jornal *Escrínio*, dedicado à mulher, Andradina d’Oliveira. De acordo com a notícia, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em maio de 1904, ela estava organizando uma associação para promover a educação de crianças pertencentes às classes “desvalidas”.

O periódico semanal *Albor* de Laguna, Santa Catarina – em texto reproduzido na *Voz Maternal* nº 12, informava em novembro de 1904 que, imitando o exemplo da AFBI de São Paulo, Maria Hoffmann Davila pretendia abrir naquela cidade uma sociedade de beneficência e instrução. Deixava à disposição a casa e a chácara para esse fim, com o objetivo inicial de atender crianças de 5 a 8 anos de idade.

Cypriano de Campos, do jornal *O Rebate*, de Cuiabá, atribuía o acolhimento que a AFBI estava tendo ao fato de Anália ser uma pessoa de bom conceito entre a população. De acordo com

²⁰ Trecho do texto *Educação* publicado no *Jornal do Recife* e reproduzido no jornal *A Voz Maternal*, agosto, 1904, p.2.

o jornalista, o Brasil tinha muita dívida com a educadora, pelos serviços valiosos que esta prestava à instrução e às letras.

Quer como proecta professora ou eximia escriptora, dona Anália Franco tem gosado o inefável prazer de ver o seu nome recommendado á benemerência de seus patrícios, como lutadora pela causa do bem de suas irmãs – com predilecção as desprotegidas e desvalidas. A não ser o Instituto de Protecção e Assistência á Infância, existente no Rio de Janeiro, fundado pelo dr. Moncorvo Filho, do qual auctorizada e competente pessoa tratou no “O Estado” desta capital, só existe na nossa Republica e conhecido por nós como estabelecimento cujos alicerces fundam-se em princípios conciliadores da moral christã com os ensinios cívicos que vivificam o espírito – essa associação em São Paulo. (CAMPOS, *A Voz Maternal*, junho, 1904, p.3)

Conforme o próprio texto menciona, havia naquele período, além da AFBI, outras instituições que defendiam a causa dos desprotegidos e desvalidos. Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p.100), era comum o engajamento de pessoas que se preocupavam com a educação infantil em várias associações. Essas participavam de entidades específicas da educação ou da assistência, como “a Sociedade Amante da Instrução ou o Instituto de Protecção e Assistência à Infância, e também de outros grupos, como o Instituto Histórico e Geográfico, ligas de combate à tuberculose, a Sociedade Francesa de Eugenia e muitas outras”.

De acordo com o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1908-1909, a AFBI mantinha e dirigia àquela época, 38 instituições. Na capital estavam 17 escolas maternais, uma escola noturna para operários e um liceu feminino, além de asilos e creches, albergue diurno para crianças, escola de música, gabinete de arte dentária e oficinas de costura, de flores, chapéus e tipografia. No interior, estavam outras 9 escolas maternais. O total de crianças atendidas pela Associação naquele momento era de 1.140, entre as quais 127 internas, sendo o ensino inteiramente gratuito.

Pelo mesmo Anuário, pode-se observar ao lado da AFBI, outras instituições que recebiam subvenção do Estado. Entre elas: Asylo Bom Pastor; Casa Pia de São Vicente de Paula e Externato Patrocínio São José; Orfanato Santa Anna, Instituição da SS^a Família do Ypiranga; Escolas do Círculo de São José; Asylo de Orph. Desamp. de Nossa Senhora Auxiliadora – Ypiranga; Casa da Divina Providência; Externato Santa Cecília; Abrigo Santa Maria; Lyceu do Sagrado Coração de Jesus e Lyceu de Artes e Ofícios.

Apesar de a AFBI não ser a única atuante naquele momento, é importante destacar algumas das suas peculiaridades que caracterizavam seu trabalho na discussão da educação dos pobres. Além da dimensão disciplinadora, controladora e emancipadora, que fazia parte das políticas das instituições, a AFBI preocupava-se também com aspectos educacionais. Suas escolas abriam-se para crianças e mulheres, negros e brancos, católicos ou não. Essa característica diferenciava a AFBI do quadro das instituições a ela contemporâneas, uma vez que a sua perspectiva de abrangência buscava incluir diferentes públicos, para os quais desenvolvia propostas educativas de acordo com suas necessidades, tanto de gênero quanto de faixa-etária.

INSTITUIÇÕES SUBVENCIONADAS DA CAPITAL	TOTAL DE ALUNOS	MASC.	FEM.	GRATUITO	SUBVENÇÃO DO ESTADO
Asylo Bom Pastor	96	-	96	96	12:000\$000
*Casa Pia S. Vicente de Paula	334	120	214	Não informa	6:000\$000
*Externato Patrocínio de S. José	220	100	120	Não informa	
Orphanato Santa Anna	49	-	49	49	3:000\$000
Instituição da SS ^a Fam ^a do Ypiranga	30	-	30	23	3:600\$000
Escolas do Círculo de S. José	138 de ambos os sexos			138	2:400\$000
Asylo de Orph. Desamp. de N ^a . S ^a Auxiliadora Ypiranga	50	-	50	50	14:000\$000
Casa da Divina Providência	58	-	58	58	1:200\$000
Externato Santa Cícilia	Não informa				3:000\$000
Orphanato Cristoforo Colombo	263	187	76	263	14:000\$000
Escola Parochial Sta Cecília	142	-	142	Não informa	1:200\$000
Abrigo Sta Maria	96 de ambos os sexos			96	5:000\$000
Lyceu do Sagrado Coração de Jesus	698	698	-	250	6:000\$000
Associação Fem ^a Beneficente e Instructiva	543 de ambos os sexos			543 ²¹	15:000\$000

* Essas instituições juntas recebiam a subvenção de 6:000\$000

²¹ Importante perceber que o mesmo Anuário 1908-1909 atribui à AFBI dois números diferentes de alunos atendidos. Uma vez aparece com sendo 1.140 e a outra (no quadro) como 543.

3.3 Os primeiros passos da AFBI

As atividades da AFBI começaram em prédio público no Largo do Arouche nº 58 e 60, concomitantemente às da sua primeira escola maternal. Era o mesmo endereço, onde dois anos antes funcionara a revista *Álbum das Meninas*. A informação de que o prédio no endereço do Largo do Arouche era público é trazida por Monteiro. Suspeitávamos que ali pudesse ter sido a casa de Anália, mas, pelo visto já à época em que iniciou com a publicação da sua revista, de alguma forma, recebia o apoio público, pela cessão de espaço físico.

Pela AFBI foram fundadas escolas maternais, asilos, creches, liceus femininos, escolas noturnas e ainda a *Colônia Regeneradora*. Anália privilegiava nessas instituições a educação moral. Acreditava que pelas “classes desvalidas” poderia se regenerar uma grande parte da sociedade.

De acordo com Monteiro, a Associação teria se espreado para outros estados, como: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, embora tenha sido em São Paulo o maior número de escolas implantadas.

Na cidade de São Paulo, a AFBI instalou-se, além do prédio no Largo do Arouche, na Ladeira dos Piques nº 13 e 21 (1903); na rua São Paulo nº 47 (1906); na rua dos Estudantes nº 19 (1908), atual XV de novembro. Funcionou também numa chácara em Pinheiros, em 1910, e a partir de 1911 na Fazenda Paraíso, no Tatuapé, onde permaneceu até 1997. Depois dessa data, foi transferida para o município de Itapetininga, no interior de São Paulo, onde continua em atividade.

A Associação manteve também um Bazar na rua do Rosário nº 18, e uma sucursal na Ladeira dos Piques nº 24. Suas escolas funcionaram em diversos bairros operários como Brás, Bom Retiro e Moóca.

Os recursos financeiros para a subsistência do empreendimento social de Anália eram provenientes da venda dos produtos das oficinas de costura, de flores e chapéu, da tipografia e de ingressos de teatros infantis. A tipografia, além da demanda interna, realizava serviços para fora, proporcionando lucro à Associação. Em 1910 foi importado um “moderníssimo” prelo francês para melhor atender à demanda dos serviços. Quanto à produção da oficina de flores, era vendida pelas alunas no centro da cidade e no Cemitério da 4ª Parada (próximo à Colônia Regeneradora).

Os direitos autorais da revista *Álbum das Meninas*, dos romances e outras publicações assinadas por Anália eram revertidos a favor da AFBI. Contava-se, ainda, com o pagamento das taxas pelos sócios, de donativos de simpatizantes e de subvenções estaduais e municipais, além da colaboração de lojas maçônicas como a Grande Oriente de São Paulo. Pela leitura dos documentos, é possível perceber o esforço de Anália para sensibilizar e mobilizar os cidadãos a contribuírem com a manutenção da AFBI. Nas cartas que ela recebia, vindas de várias cidades do interior, pode-se identificar alguns dos efeitos da propaganda em torno da instituição.

A participação popular para a manutenção e ampliação das escolas - voltadas para as classes trabalhadoras e “desvalidas” -, segundo pudemos observar pelos documentos, era importante para que a Associação se mantivesse. Quermesses, realizadas em março e abril de 1903, teriam rendido uma arrecadação líquida de 4:089\$630. Com o dinheiro foi possível fundar o *Asylo e Creche*. Nas palavras de Anália, para a instalação do espaço, os critérios eleitos foram em primeiro lugar, a localização central - “em localidade onde natural e facilmente podessem convergir tanto as operarias como as jornaleiras afim de collocarem seus filhos na creche” (*A Voz Maternal*, 1904, p.3).



Figura 10 – Largo do Rosário, Capital. Década de 1900 (Fonte: Arquivo do Estado – Foto de Guilherme Gaensky)

O aluguel da casa custava 350\$000, valor pago com dificuldade pela Associação, segundo Anália, mas que “teem aberto as portas do ensino e da educação onde na paz do estudo e do trabalho serão sem treguas combatidas a ignorância e a vagabundagem”.

As salas do *Asylo e Creche*, conforme segue o relato de Anália, eram arejadas e a capacidade do ar renovado estava em conformidade com o exigido pela higiene. A decoração era feita de maneira simples com uma mobília pobre, mas adequada aos princípios pedagógicos²². Todas as vagas estavam preenchidas pelos 29 órfãos e por muitas viúvas com seus filhos. Segundo o texto, inúmeras crianças e viúvas esperavam por vagas.

A necessidade da ampliação do número de vagas era defendida por Anália. Mas, para isso, só se fosse adquirido um prédio amplo, em que pudessem ser realizadas aulas práticas e oficinas. Seu apelo era feito aos “espíritos humanitários”, para que se sensibilizassem com a situação dos pobres “desvalidos”. Não só as doações, mas os recursos arrecadados em quermesses constituíam-se em grande ajuda para o andamento da obra da AFBI.

No entendimento de Anália, caridade verdadeira era aquela que tornava o asilado elemento construtivo do grupo social. “Não parasita a recolher migalhas que sobram dos que as possuem em excesso. Os Asilos-Creche ‘Anália Franco’ lutarão sempre para dar independência a seus asilados [...]. Queremos formar cidadãos úteis, com iniciativa e capacidade, prontos a colaborar, nunca a pedir” (FRANCO apud MONTEIRO, 2004, p.89).

As atividades da Associação voltavam-se para a educação infantil - implantando creches e escolas maternas destinadas às crianças de 2 a 8 anos - e para a profissionalização de mães e órfãos de maior idade - por meio de asilos, abertos a mulheres pobres e “arrepentidas”, com ou sem filhos, que recebiam formação profissional. Havia também, de acordo com os estatutos da AFBI, os *Liceus Femininos* destinados a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas do sexo feminino que se propusessem à profissão do magistério nas *Escolas Maternais e elementares da Associação Feminina*.

Primeiro curso paulista destinado a preparar professores para escolas maternas, o *Liceu Feminino de São Paulo*, foi fundado em 1902. Nesse mesmo ano criou-se o *Liceu Feminino*, em Santos. Ao proporcionar a formação de jovens no magistério, Anália previa a disseminação do seu plano de trabalho entre as escolas e asilos da capital e do interior, ligados à AFBI. Três anos

²² Em visita a uma das *Escolas Maternais*, B. Rodrigues do jornal *Do Diário de Jahu*, refere-se à mobília da escola, como “miniatura dos próprios móveis escolares, de conformidade com o tamanho dos alunos”, então entre 2 e 7 anos (jornal *A Voz Maternal*, Anno I, Nº3).

durava o curso que habilitava professoras para dar aulas ao primário. Para as *Escolas Maternais*, o tempo de duração do curso era de dois anos.

Ao se preparar para atuar nas *Escolas Maternais*, as futuras professoras cursavam as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Noções de Geografia, Pedagogia e Moral, Desenho, História do Brasil, elementos de História Natural e Francês, Geometria, Ginástica e Trabalhos Manuais. Os exercícios práticos eram feitos nas escolas da Associação e para se habilitarem prestavam exame diante de uma banca examinadora composta de presidente e de dois membros. As aulas do Liceu eram dadas por professoras diplomadas pela Escola Normal da Praça, como Helena Bulcão, Elisa de Abreu, Antonieta de Castro e Rosina Nogueira Soares. Esta última foi organizadora do Jardim de Infância, anexo à Escola Normal da Praça.

Anália elaborou e publicou várias obras didáticas com a finalidade de orientar os cursos promovidos pela AFBI, entre eles o *Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, de 1902. O que analisamos é referente ao terceiro trimestre daquele ano e foi escrito em conjunto com Eunice Caldas²³. O prefácio do manual, assinado por Anália, diz que as escolas maternais não se propunham a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas desenvolvê-las harmonicamente.

Não seguimos com rigor nenhum dos methodos que se fundam sobre um systema exclusivo e artificial. Pelo contrário colhemos dos melhores methodos, os exercícos mais simples e formamos com o auxilio destes diversos elementos em conjuncto mais ou menos apropriado às necessidades da creança, pondo em jogo todas as suas faculdades. (FRANCO, 1902, p.3)

No contexto histórico da educação, em que o *Manual para as Escolas Maternaes* foi escrito, estavam presentes iniciativas voltadas para a institucionalização da escola, consolidadas pela *pedagogia moderna*. De acordo com Carvalho (2003, p.126):

[...] Nessa *pedagogia de faculdades da alma*, ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte de saber-fazer-com*, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetivos que lhes servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais

²³ Eunice Caldas foi recomendada por Anália publicamente, por meio do jornal *A Tribuna*, de Santos para ficar a frente do *Lyceu Feminino*, naquela cidade (A TRIBUNA, 20 de maio de 1902).

guardam forte relação com uma pedagogia em que tal *arte* é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica. Também a minudência modelarmente prescrita dos assuntos arrolados nos manuais de pedagogia que compendiam as artes de ensinar as mantém. No âmbito dessa pedagogia, ensinar a ensinar é fortalecer esses modelos, seja na forma de roteiros de lições, seja na forma de práticas exemplares cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente, preferencialmente dadas a ver em Escolas Modelo, anexas às Escolas Normais. (Grifos do autor)

No programa das *Escolas Maternae*, consta que todos os exercícios da escola maternal seriam regulados pelo princípio geral, voltado ao desenvolvimento das diversas faculdades da criança, sem as fatigar, nem constrangê-la por excesso. O objetivo era fazer com que as crianças amassem a escola, despertando-lhes o gosto pelo trabalho, porém com a ressalva: “não lhes impor jamais um gênero de trabalho incompatível com a fraqueza e mobilidade das crianças na primeira idade” (FRANCO, 1902, p.17).

Pudemos observar no *Manual para as Escolas Maternae* - quando são sugeridas algumas lições como *Systema Métrico* (pp. 56-59) - a indicação de que o texto havia sido extraído da *Revista do Jardim da Infância*. Segundo Monarcha (2001, pp. 92-95), a *Revista Jardim da Infância* teve suas edições publicadas em dois volumes, um em 1896 e o outro em 1897. De acordo com ele, o conjunto formado pelos dois volumes da revista “propiciou a floração de um repertório de concepções e práticas sobre o chamado ‘ensino infantil’, objetivando fundamentar institucional e didaticamente o jardim-de-infância, segundo ‘os processos de Fröebel’[...]”.

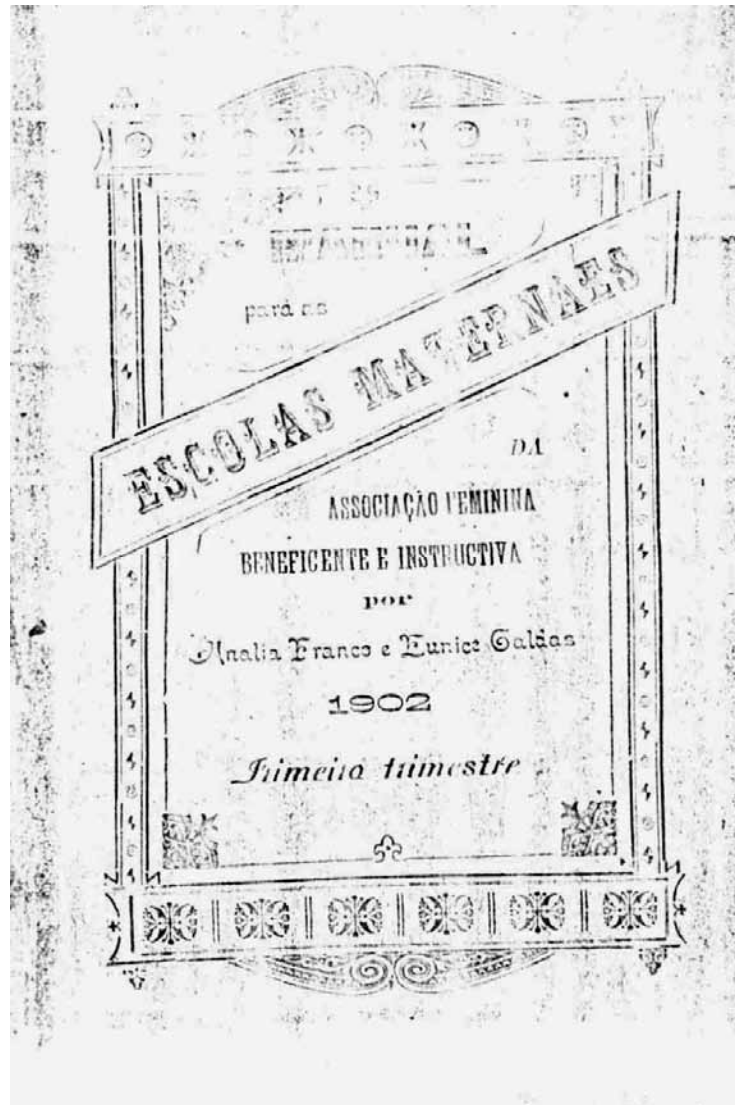


Figura 11 - Capa do *Manual para as Escolas Maternas* 1902 (Fonte Labrimp)

A orientação do *Manual para as Escolas Maternas*, quanto aos exercícios de linguagem para crianças, era para que fossem feitos oralmente, a considerar que os alunos das classes infantis não eram habilitados ainda a escrever. Sugeria-se que as conversações fossem sobre seres e objetos úteis ao universo da criança e que atraíssem a sua atenção. A realização de pequenos exercícios de memória, contos, fábulas, narrações e questionários também eram propostos.

Os exercícios de linguagem que não devem ser separados de outros ensinos, tem por fim habilitar os meninos a exprimir suas idéias de uma maneira simples e correcta, de augmentar o seu vocabulário a medida do desenvolvimento da sua intelligencia e de suas necessidades. (FRANCO, 1902, p. 17)

O objetivo era que o aluno adquirisse noções gerais e variadas e, ao mesmo tempo, desenvolvesse o raciocínio e a observação, além de aumentar o vocabulário e estimular a expressão de suas idéias. Sentenças, como as que seguem, eram sugeridas ao aluno para que as completassem oralmente:

Eu vejo nesta sala.....
Eu ponho em minha bolsa.....
A costureira faz.....
Na padaria faz-se.....

Conhecimento de cores, de gêneros, natureza dos corpos, conversação, lições de botânica e de zoologia também estavam previstos no *Manual*, sem prescindir da educação moral, por meio de historietas contadas e seguidas de questionários, com o intuito de tirar das crianças o sentido e verificar se elas haviam compreendido. Para as crianças até 7 anos, previa-se exercícios de escrita, avançando da letra, passando pelos ditongos e chegando, por fim, às palavras curtas.



Figura 12 - Sala de aula na capital – Data provável: década de 1900 (Fonte: AFBI Anália Franco).

Nos exercícios de matemática, deveria se avançar do número dez, utilizando cubos, e realizar exercícios fáceis de adição e subtração. Em Desenho, usavam-se varetas de linhas retas, prevendo o exercício de geometria, uma vez que a orientação era que, por meio das varetas formassem ângulos, triângulos, quadrados e figuras diversas. Pontos cardeais e colaterais, ruas conhecidas, mediam a capacidade de orientação da criança nos exercícios de Geografia. Em História do Brasil estava contemplado o descobrimento, os índios e Pedro Álvares Cabral.

O fim a atingir, nas escolas maternas, tendo em conta as diversidades de temperamentos, a precocidade de uns e a lentidão de outros, não é os fazer alcançar a tal gráo de saber em leitura, escripta ou cálculo; é que ellas saibam bem o pouco que souberem, que amem os sues trabalhos, seus jogos, suas lições de todos os gêneros e, sobre tudo que não tomem aborrecimento a estes primeiros exercícios escolares que serão logo desagradáveis, se a paciência, o divertimento,

a afeição engenhosa da professora não encontrar meios de os variar, de os attrahir, ou d'elles tirar algum prazer para a creança. [...] Manter a boa saúde, educar o ouvido, a vista, o tacto, que serão exercitados por um seguimento de pequenos jogos, destas pequenas experiências proprias a fazer a educação dos sentidos, darão idéas infantis, mas breves e claras, dos primeiros elementos, do que será mais tarde a instrucção primaria[...]. (FRANCO, 1902, p.29-30)

Ao examinar as características do plano de trabalho de Anália, Kishimoto conclui que - apesar da preocupação da educadora de não transformar a escola maternal em escola primária - o programa adotado reveste-se de um alto grau de memorização, pouco adequado a crianças de 5 a 7 anos. O fato de misturar crianças de diferentes idades na mesma sala também é criticado por Kishimoto. Porém, no Relatório de 1910 da AFBI, Anália demonstra o seu desejo de que as *Escolas Maternais* pudessem ser organizadas como em outros países, isto é:

Tão somente com crianças menores de 7 anos, a fim de que melhor fossem aproveitados os nossos methodos de ensino destinados à classe infantil; infelizmente, porém, a aglomeração de creanças maiores de 7 anos, que ficavam fora da matrícula nos grupos escolares, vinha perturbar a marcha dos trabalhos escolares prejudicando o ensino infantil (1910, p.4).

Pelo depoimento de Anália, é de supor que, havia um excesso de contingente infantil que não conseguia vaga no ensino oferecido pelo Estado, os então grupos escolares. Diante do fato, a educadora sensibilizada recolhia as crianças na *Escola Maternal*, a fim de não deixá-las longe do ambiente escolar.

Quanto à atuação da AFBI nos bairros operários – constituídos pela população pobre e “marginal” e por muitos imigrantes, -, oferecendo instrução gratuita às crianças que ali viviam, o inspetor escolar, Emílio Mário de Arante, assim escreve:

[...] Na falta dos grupos escolares há tanto reclamados – no Belenzinho, na Mooca, no Pary, na Consolação, Bom Retiro, Santa Cecília e Liberdade – as Escolas Maternaes, instituídas por d. Anália, apparecem em uma epocha em que podem prestar relevantes serviços, principalmente se ellas conseguirem ensinar a fallar a língua portugueza a tantas creanças que sem ella jamais serão brasileiras [...] ²⁴.

²⁴ Trecho do relatório produzido pelo inspetor Emílio Mário de Arante, entregue a Bento Bueno. O texto foi reproduzido na íntegra no jornal *A Voz Maternal* de 1º de fevereiro de 1904.



Figura 13 – Recreio na Colônia Regeneradora: Vêm-se apenas meninas.
Data provável: entre 1912 e 1918 (Fonte AFBI Anália Franco).

A população atendida pela AFBI descendia daquela que havia assistido ao crescimento vertiginoso de São Paulo, iniciado a partir de 1870, protagonizado pelo sucesso da economia cafeeira e chegada dos imigrantes. A política imigrantista - promovida pelo Estado brasileiro, a fim de importar uma mão-de-obra especializada e disciplinada, além de promover o branqueamento - havia trazido resultados inesperados.

Com o aumento da densidade populacional, surgiam também focos epidêmicos, dados principalmente pelas condições de habitação da população. O modo de viver das classes populares era associado a maus hábitos e, portanto, inadequado para uma sociedade que mirava o status de nação. Uma maneira indireta de responsabilizar as classes populares, por se verem essas as voltas com as epidemias, era atribuir o fato aos seus maus hábitos. Com isso a onda higienista atinge todos os formadores de opinião, incluindo aqueles que se ocupavam de educar e instruir.

Num dos artigos publicados em 1908, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, o jornalista Manoel Leiroz ao abordar as *Escolas Maternaes* da AFBI escreve:

[...] É preciso que nos convençamos de uma coisa: São Paulo ainda não tem escolas em número condizentes com a sua importância de Capital de um dos mais ricos, senão o mais rico, Estado da União.

As escolas públicas da Capital não bastam à população infantil que dia a dia cresce espantosamente.

Não é novidade o dizer-se que a ação do Estado, neste particular, tem sido, de molde a querer promover de todos os recursos o ensino, mas também não é coisa ignorada que, por maior que seja a sua boa vontade, os poderes públicos ainda não conseguiram por completo a realização do seu ideal de perfectibilidade.

Nas escolas da Capital, todos os anos, deixam de ser admitidas à matrícula milhares e milhares de crianças por falta de lotação [...]. (SUCCINTO RESUMO HISTÓRICO – AFBI, 1910, p.5)

Pela Estatística Escolar de 1910, segundo o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo 1910-1911, o número de grupos escolares no interior e capital, bem como de alunos, era o que segue:

Número de Grupos e Escola Modelo			Número de Classes			Alunos Matriculados		
Na Capital	No Interior	Total	Capital	Interior	Total	Masc.	Fem.	Total
26	77	103	304	807	1.162	27.244	26.201	53.445

A falta de escolas, em número condizente para atender às crianças em idade escolar, criticada pelo jornalista Leiroz não teria sido solucionada em curto espaço de tempo. Em 1920, quando Sampaio Dória assumiu a Diretoria da Instrução Pública do estado de São Paulo, o ensino primário ainda era altamente deficitário.

Nas palavras de Carvalho (2003, pp.148-149), ao reduzir a escolaridade de quatro para dois anos, Sampaio Dória pretendia a erradicação do analfabetismo. Este que caracterizava o Brasil como um país inapto para o Progresso.

Um dos objetivos principais da Reforma era reorganizar as escolas que, localizadas principalmente nas zonas rurais, funcionavam em uma única sala de aula em que eram reunidas turmas de alunos de adiantamento desigual. Para aumentar a eficácia do ensino ministrado nessas escolas, o Reformador propôs a redução da jornada escolar dos alunos e a duplicação das classes, de modo que, no

mesmo espaço, mas em horários sucessivos, uma formação básica de 2 anos pudesse ser ministrada a duas turmas diferentes, constituídas segundo o seu grau de adiantamento. Com essas medidas de reorganização do tempo e do espaço escolares, Sampaio Dória propunha um modelo de escola que, segundo seu ponto de vista, seria capaz de equacionar o problema da educação popular no Estado, por sua capacidade de viabilizar a escolarização massiva da população em idade escolar nas condições determinadas por dificuldades de toda ordem: o alto grau de dispersão populacional das zonas rurais, a exigüidade de recursos; a elevada taxa de analfabetismo; a precariedade das condições materiais com que se defrontavam os professores nas salas de aula.

Carvalho destaca, ainda, que havia em Sampaio Dória a convicção, tanto política quanto pedagógica, de que o modelo escolar proposto daria conta de promover em dois anos a escolarização básica para toda a população, requisito necessário ao exercício da cidadania.

3.4 Influência eclética na adoção do método

Ao definir a escola maternal não como uma escola, mas como uma organização que tem como objetivo a educação dos sentidos; o desenvolvimento intelectual; a aquisição de hábitos e o atendimento das diferenças individuais; Kishimoto avalia que Anália estava coerente com princípios de pensadores como Froebel, Pestalozzi, Pape-Carpantier, Kergomard, Montessori e outros. Na sua visão, o pensamento de Anália valorizava a formação do professor de educação infantil, orientado para a busca do desenvolvimento da criança.

A contar pela preocupação com o desenvolvimento físico, moral e intelectual do educando, inclusão das atividades lúdicas no processo educativo e leve preparo para a escola primária, Monteiro conclui que Anália teria se aproximado das idéias de Froebel, embora tivesse maior inclinação para adotar o modelo francês para suas escolas maternais. Mesmo assim, pondera o biógrafo, é possível identificar a presença do pensamento de Pestalozzi nas atividades diárias desenvolvidas nas escolas maternais da AFBI. Conforme ele:

Em Iverdum cantava-se nos intervalos das lições, nos recreios, nos passeios, e o teatro ocupava lugar de destaque; o mesmo acontecia nas casas de Anália, onde essas Artes encontravam-se muito vivas. Os cantos geralmente tinham em suas

letras temas ligados a Deus e à Natureza. Froebel também assimilou essas nuances do método de Pestalozzi. (2004, p. 56)

Outros nomes que teriam influenciado no método de ensino adotado por Anália, conforme Monteiro, seriam Herbert Spencer (1820–1903) e o filósofo americano John Dewey (1850-1952). A carga curricular seria semelhante à de educadores franceses, como Pape-Carpantier e Pauline Kergomard, ao reforçar a formação de seus alunos com informações substanciais de Geografia, de História do Brasil, de Geometria e lições variadas. O fato de ela ler e escrever bem o francês, favoreceu o estudo das obras dos responsáveis pela fundamentação e expansão da escola maternal na França, acredita Monteiro. Nas palavras de Anália:

Os jardins de infância adotados com proveito na raça anglo-saxônica, cujo desenvolvimento das crianças é mais moroso do que as da raça latina, ainda não conseguiu tornar-se uma instituição popular. As escolas maternas adaptam-se melhor à nossa índole e costumes, e prova temo-la na sua difusão em tão rápido espaço de tempo. (FRANCO, 1907, p.6)



Foto 14 – Meninas e meninos, pequenos e maiores, são fotografados no pátio da Colônia Regeneradora, de maneira organizada. S/data (Fonte AFBI Anália Franco).



Figura 15 - Meninos pequenos posam para foto de maneira descontraída no pátio da Colônia Regeneradora. Os olhares curiosos talvez estivessem voltados para o instrumento nada comum: no caso, a câmara fotográfica. Data provável: entre 1912 e 1918 (Fonte: AFBI Anália Franco).

Kishimoto reconhece que a primeira educadora a utilizar termos como creches²⁵ e escolas maternas, para denominar suas instituições destinadas à infância, foi Anália Franco, porém considera que tais instituições não chegam a se constituir em estabelecimentos típicos de educação infantil, devido a dificuldades de ordem pedagógica e financeira, que levam a rede assistencial da educadora a ter como finalidade a proteção e a guarda da criança.

²⁵ Uma das primeiras referências à creche no Brasil, apareceu em janeiro de 1879 - no jornal *Mãe de Família* - e a primeira creche brasileira foi inaugurada pela Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, para os filhos de seus operários, em 1899.(Kuhlmann Jr. 1998, pp.82-83).

Kuhlmann Jr (2001, p.26), em estudo sobre o jardim-de-infância e a educação das crianças pobres, avalia que:

Os estudos que atribuem aos jardins-de-infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim-de-infância foi uma delas, assim como a creche e as escolas maternais.



Figura 16 – Meninos e meninas compartilham o aprendizado na mesma sala de aula. Ao fundo, pode-se ver, além do quadro negro, um outro, onde estão expostas fotografias de outras escolas maternais, asilos e creches, da AFBI – uma espécie de propaganda das suas escolas. S/data (Fonte: AFBI Anália Franco).

No ano de 1904 - quando publica informações relativas às suas escolas - Anália fala que à altura era mais de mil o número de crianças atendidas, nas 28 escolas. Lembra ainda que poderiam concorrer às matrículas nessas escolas crianças de ambos os sexos, de 2 a 12 anos.

É realmente comovedor o espetáculo que nos oferece essas 28 escolas no geral muito pobres, simplesmente mobiliadas com uma população de mil e tantas crianças, muitas descalças de remendadas, porém, na mais liberal amplitude, sem distinção de classe de seitas ou de sexo, recebendo em commum a educação que os paizes civilizados conferem e reconhecem em todos os seus concidadãos. Da necessidade de atender às reclamações dos que pedião escolas para crianças maiores de 7 annos, e da impossibilidade de se crearem aulas separadas e elementares como estão estabelecidas nos nossos Estatutos, já pela falta de professores, já pela falta de recursos, nasceu a resolução de se estabelecer nas escolas maternas classes especiaes para alumnos até 12 annos duplicando assim consideravelmente os trabalhos das professoras. N'essas classes o programma é o mesmo das escolas maternas, porém mais desenvolvido e ampliado (FRANCO, *A Voz Maternal*, fevereiro, 1904, p.2).

Anália justifica que, a organização do programa, teria como princípio facilitar o ensino e dar à instrução um caráter essencialmente prático. Segundo ela, o ensino seria progressivo, atraente e fácil. Processos pueris de métodos seriam abolidos, de modo a despertar a infância para a reflexão e para o raciocínio, tendo em vista principalmente a educação moral. Conforme o relato, além do *Lyceu*, a AFBI contava à época, na parte instrutiva, com escolas noturnas para adultos analfabetos; três escolas isoladas no interior; dois grupos de escolas reunidas e 14 escolas isoladas na capital. A manutenção das 28 escolas, segundo Anália, só era possível devido as doações que a AFBI recebia e às verbas concedidas pelo Grande Oriente de São Paulo, para o pagamento dos aluguéis das casas, onde funcionavam as escolas.

No *Relatório de 1912*, ao escrever sobre as *Escolas Maternais*, apesar da aceitação que tinham, Anália lamenta que ainda não correspondessem ao ideal almejado. Relata que as mães, ao contrário do que ocorria em outros países, não compreendiam seus benefícios. Nas palavras de Anália, havia uma má compreensão do seu alcance.

Querem a força transformá-las em escolas primarias, quando as escolas maternas só têm por fim iniciar as crianças nos primeiros rudimentos do ensino, enfim o seu plano é tão somente educar a criança e encaminhá-la nos seus primeiros

passos para entrarem nos Grupos escolares com um pequeno preparo que lhes facilite nos trabalhos do 1º ano (FRANCO, Relatório de 1912, p.5).

No programa de atividades, voltado para crianças de até 5 anos, que consta no *Manual para as Escolas Maternae*, Anália sugere - além de princípios de educação moral, de primeiras noções do bem e do mal, exercícios de linguagem, exercícios sobre vogais utilizando varetas, contagem de números com cubinhos, cores primárias e secundárias - as seguintes práticas educativas: entrelaçamento com varetas, tecelagem, dobraduras de papel, cantos, ginástica, movimento de cabeça e dos dedos, marcha com movimentos das mãos, jogos e evoluções no pátio de recreio. Sobre essas atividades, assim escreveu a ex-interna, Maria Cândida Silveira Barros (1982, p.38):

A música – na forma de marchas; os cânticos iniciais e finais das aulas; entremeios alegres durante o correr das operações de leitura e cálculos – era a constante desse processo cultural.

Qual a criança que não gosta de cantar?

Varetas e cubos coloridos mais alguns semi-círculos eram os instrumentos das operações infantis, que mais pareciam brinquedos de armar. Que bom!...Assim, na maior parte das vezes, acompanhando pelo piano da classe, os pequeninos cantavam, marcando compasso ao bater das palmas e arrumando os seus pertences de estudos – pertences interessantes e coloridos. Aprendiam, brincando, a ler e a escrever.

As práticas sugeridas, além da reprodução de algumas lições da *Revista Jardim da Infância*, podem ser um indicativo de que o método de Froebel estaria presente no programa das *Escolas Maternae* da ABFI. Ao se referir ao jardim da infância em São Paulo, Monarcha (2001, p. 120) diz que este era teoricamente fundamentado no pensamento de Friedrich Wilhelm August Fröbel. “O jardim da infância está organizado segundo as diretrizes desse pedagogo alemão: jogos, cantos, danças, marchas, narrações de contos e pinturas com a finalidade de propiciar a educação dos sentidos das crianças [...]”.

Em estudo sobre a pedagogia e as rotinas no jardim de infância, Kuhlmann Jr (1998, pp.112-113), assinala que pela *Revista do Jardim de Infância* - dedicada à formação dos professores – pretendia-se realizar uma divulgação orientada, transmitindo maior conhecimento teórico e prático sobre as ações pedagógicas. Entre os artigos publicados estavam aqueles de

cunho teórico, que tratavam, por exemplo, de Fröbel e os jardins de infância – biografia, princípios pedagógicos, materiais e atividades. Propunha-se também, por meio da publicação, atividades e materiais para serem utilizados na prática escolar, como: cantos, contos, versos, poesias e jogos. Cada volume da revista trazia em anexo partituras das músicas que eram sugeridas. De acordo com o autor, as imagens presentes na *Revista* funcionam como complemento dos textos. “Aparecem fotos dos *grandes pedagogos*, da Escola Normal e do jardim, planta baixa do prédio, assim como exemplos de materiais, desenhos, brinquedos e artefatos para serem confeccionados e trabalhados com as crianças” (grifos do autor).



Figura 17 – Ao ar livre, meninas fazem atividades físicas. Sem data. (Fonte: AFBI Anália Franco)

Anália defendia ainda a prática da Educação Física também para as meninas. Para ela, a falta de prática de uma atividade física colaborava para o aumento das doenças pulmonares em progressões assustadoras. A respeito, declarou (FRANCO apud MONTEIRO, 2004, p.51):

Privadas de uma completa liberdade de ação, tolhidas na sua atividade física, ora por mero erro de pedagogia ora pela estulta e impiedosa vaidade de torná-las admiráveis e agradáveis à vista, prejudicam gravemente a constituição das meninas [...] Sem essa atividade alegre que lhes fortifica os pulmões e garante-lhes um salutar desenvolvimento, não só se tornam incapazes de dirigirem ou acautelarem-se a si mesmas nas horas de perigo, como também apresentam uma aparência de palidez doentia, junto a uma certa timidez que geralmente acompanha a fraqueza [...].

Opinião semelhante tinha também Marie Rennotte. Num de seus artigos, em que aborda questões de higiene²⁶, a médica, entre outras considerações, critica o uso de espartilho - na época tão em moda - e defende o exercício físico regular.

Mas de que servirá funde a Assistência Pública (cousa em que deve ser louvada) laboratórios nos quaes se examinem os gêneros alimentícios; esmere-se em afastar dos centros os estabelecimentos que possam prejudicar a hygiene de seus habitantes; de que proveito será as Câmaras que as creanças não entrem nas fabricas senão com uma certa idade, e que as horas de labor dos pequenos e das mulheres sejam limitadas; que benefícios se derivarão da auctoridade exercida sobre as fabricas de maus alcools e onde se adultere productos alimentares: si não se opõem à venda de ENGENHOS QUE DEFORMAM O CORPO, DESLOCAM OS ORGAMS E OBSTAM ÁS FUNÇÕES PHYSIOLOGICAS MAIS IMPORTANTES? [...]. Como, digam-nos, pode se dilatar o thorax? Que hematose (phenomeno indispensável á vida) pode haver em pulmões assim esmagados, porque ha moças que nem se contentam de cumprimi-los?![...] Si, portanto, os movimentos regulares e regularizados favorecem as funções dos vários orgams internos e equilibram o desenvolvimento dos diversos systemas, o ESPARTILHO que impede o livre funcionamento do corpo é, *ipso facto*, NOCIVO.[...]

²⁶ Trecho do artigo publicado na revista *A Educação*, Ano I n.3, p. 7-8, intitulado: “Higiyene Feminina, questão capital da higiyene da mulher e da prole”.

3.5 Nas páginas dos relatórios e das cartas



Figura 18 – Relatório de 1905 da AFBI (Fonte Labrimp)

Segundo o *Relatório de 1905* da AFBI, a capital paulista contava com 22 *Escolas Maternais* e no interior estavam outras cinco, totalizando uma frequência de 1.900 crianças. O *Liceu Feminino* em São Paulo estava funcionando regularmente com uma frequência de 25

alunas no 1º ano, seis no 2º e quinze no 3º ano. No *Asilo e Creche* havia 85 pessoas, entre senhoras e órfãos de ambos os sexos.

Entre as instituições fundadas pela Associação, conforme o documento, o Asilo era o que mais atraía simpatias, não só na capital e interior de São Paulo, mas em estados como Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Sergipe, Maranhão, Pará e Amazonas.



Figura 19 – Creche e asilo de São José do Rio Pardo, interior de São Paulo. A maioria das personagens da foto é menina. É possível perceber um bom número de crianças bem pequenas, entre as quais, também os meninos. Assim como as professoras, algumas meninas maiores desviam o olhar. Menores na frente, maiores atrás. Busca-se imprimir ordem e simetria na imagem retratada.

Apesar da expressão que o Asilo da AFBI estava ganhando, mesmo fora do estado de São Paulo, lamentava-se a falta de atenção da sociedade para os resultados das escolas maternas e reclamava-se a escassez de recursos para a manutenção dessas escolas. Os sócios, segundo consta no *Relatório de 1905*, que no início contribuía, estavam rareando. A presidente da AFBI assim se expressa:

Acha-se nesta capital, funcionando com um número regular de alumnos, uma escola maternal para cada classe social. Assim, pois, os Comerciantes, Artistas, Médicos, Advogados, Funcionários Públicos, Operários, etc, etc, todos têm sob os auspícios dos seus nomes uma escola maternal, onde muitas crianças pobres recebem a instrução e a educação da necessária prática da vida. Todas essas escolas vão se mantendo sabe Deus como, a custa de quantos sacrifícios. (FRANCO, 1905, p.6)

Escolas Maternas da Capital (Mapa da matricula geral e frequencia média durante 1905)

Numeros	NOMES		ALUMNO S						
	DAS ESCOLAS	DAS PROFESSORAS	Ma- tricul.	Fre- quent.	Nu- eçõn.	Extr.	Mai. 12	Menor de 12	Freq. méd
1. ^a	Dr. Bento Bueno	D. Gertrudes de Souza Ferreira.	65	300	36	29	26	39	25
2. ^a	D. Eliza de Abreu.	Maria Moura Azevedo	64	359	42	22	0	64	30
3. ^a	Dr. Bernardino de Campos.	Nathalia d'Avila	60	288	50	10	0	60	24
4. ^a	Funcionarios Publicos	Francisca Palhares	63	290	52	11	0	63	24
5. ^a	Comerciantes	Maria José Oliveira	70	310	65	5	0	70	30
6. ^a	D. Dina Munhoz	Carolina Salles Guerra	91	410	74	17	14	77	34
7. ^a	Dr. Cezario Motta	Alzira Salles	63	325	39	24	15	48	27
8. ^a	Academicos	Esther E. Vasconcellos	76	344	63	13	26	50	30
9. ^a	Operarios	Olivia d'Avila	66	278	28	38	0	66	23
10. ^a	Classe Medica	Judith Bittencourt	71	250	50	21	11	60	22
11. ^a	Empregados do Commercio.	Ignéz de Camargo	48	220	37	18	18	30	20
12. ^a	Militares	Brazilina Machado	80	315	78	2	30	50	27
13. ^a	Artistas	Amelia de Godoy	48	202	15	33	20	28	20
14. ^a	Advogados	Maria Gonçalves Musa	56	195	48	8	16	40	19
15. ^a	Dr. Figueiredo	Maria de Souza	59	205	37	22	35	24	18
16. ^a	Dr. Getúlio Monteiro.	Ignacia Vaz Balthazar	121	580	102	19	41	80	48
17. ^a	D. Paulina.	Idalina Filoglia	60	324	48	12	15	45	26
18. ^a	Grande Oriente	Maria Adelaide Guedes.	49	125	25	24	9	40	16
19. ^a	Guilherme Rudge	Nazaria Bueno	90	600	89	1	20	70	50
20. ^a	João Pinto.	Julietta Pereira.	58	230	35	23	23	35	19
21. ^a	Dr Germano Wert	Laura de Castru.	57	200	44	13	0	57	20
22. ^a	Dr. Carlos Botelho	Antonia L. Mendonça	61	353	61	0	21	40	30
			1476	6674	1111	365	340	1136	582

Figura 20 – Relação de Escolas Maternas na capital – Relatório de 1905 da AFBI (Fonte Labrimp)

— 21 —

Escolas Maternaes do Interior

MÁPPA DA MATRICULA E FREQUENCIA MÉDIA
DURANTE O ANNO DE 1905

NOMES		ALUMNOS						
DAS ESCOLAS	DAS PROFES- SORAS	Matric.	Frequen.	Nacion.	Extreang.	Mez. de 12	Mez. de 12	Freq. med.
Dr. Bento Qui- rino - Cam- pinas . . .	D. Esther Si- queira . . .	105	500	60	45	38	67	41
Dr. Rebouças- Campinas . . .	D. Esther Mon- teiro . . .	113	454	100	13	26	87	38
Itapetininga . . .	D. Maria An- tonia da Sil- va . . .	84	340	70	14	40	44	28
Jahú . . .	D. Maria Bene- dicta C. Car- valho . . .	78	352	47	31	28	50	29
São Manuel do Paraizo . . .	D. Fernandina Rodrigues . . .	70	365	25	45	30	40	30
		450	2011	302	148	162	288	166

Figura 21 – Relação de Escolas Maternais no interior - Relatório de 1905 da AFBI (Fonte Labrimp)

Ao batizar suas escolas maternais com nomes de pessoas públicas e de categorias profissionais, é possível que Anália buscasse o envolvimento da sociedade com o seu projeto

educacional ou, com esse gesto, pretendesse fazer homenagem àqueles que de alguma forma estavam ligados a causas que ela também defendia: caso de André Rebouças (Dr Rebouças)²⁷.

Apesar do vínculo que se pretendia estabelecer, parece que não havia um compromisso concreto por parte das categorias profissionais em apoiar o trabalho desenvolvido pelas escolas maternas da AFBI.

Percebe-se pelo relato que havia dificuldade de ordem financeira para que as ações da AFBI fossem desenvolvidas. Quando se refere ao *Albergue Diurno para Crianças* - instituição destinada a receber filhos de mães jornaleras - Anália diz que o *Albergue* havia sido instalado a custa de sacrifícios, com o objetivo de poder atender aos insistentes pedidos de muitas mães, que não encontravam onde “depositar” seus filhos durante as suas horas de trabalho fora de casa.

No *Albergue* as crianças recebiam refeição e eram cuidadas por professoras, encarregadas da sua instrução durante as horas determinadas para tal fim. Entravam às 6 horas da manhã e saíam às 19h30, todos os dias sem exceção de domingos e feriados. Contava à época do relatório com 29 crianças freqüentando. “Pouco mais podemos dizer visto existir apenas há alguns dias” (FRANCO, 1905, p.13).

De acordo com os Estatutos, cobrava-se uma taxa de 5\$000 mensais por cada filho de mãe trabalhadora, para auxiliar no sustento diário das crianças. Filhos de pais inválidos, no entanto, estariam isentos do pagamento da taxa. Embora constasse do Estatuto, acredita-se que essa regra do pagamento não funcionasse efetivamente, conforme pudemos observar pelas cartas que Anália recebia. A maioria delas, quando solicitava vaga para crianças ou mulheres no asilo, explicava de antemão a difícil situação desses candidatos. Havia, no entanto, aquelas crianças que iam para o asilo em outras condições, ou seja, muitas tinham seus protetores que custeavam sua estada. Esse era o caso da protegida de Antônio Bатуira²⁸, que segundo Monteiro (2004, p.203), era paraplégica. Em carta, escrita em 22 de setembro de 1909, Genoveva Lousada assim se dirige a Anália:

Amiga D. Anália.

Saudações

Venho por meio destas linhas vos relembrar o meu pedido há tempos e como estou ansiosa para saber o certo, faço esta reformando meu pedido, eil-o: é ver si a Sra aceita a menina que foi do nosso irmão Antonio Bатуíra.

²⁷ Em contato direto com o movimento abolicionista, André Rebouças teve uma participação intensa na elaboração de diversos projetos em favor dos escravos e contrários à escravidão. (Cf REIS, 2005, p.136)

²⁸ Antônio Gonçalves da Silva (Bатуíra) foi um dos pioneiros do espiritismo no Brasil, tendo fundado o *Grupo Espírita Verdade e Luz*, em São Paulo.

Tenho uma vaga no Collegio Bom Pastor a minha disposição mas com a condição de eu fornecer-lhe roupa que ella necessitar e entrar mensalmente com 10\$000 (dez mil reis) eu poderia fazer isto e farei caso a Sra não queira recebê-la.

Si ainda não a colloquei foi em virtude da minha crença ser opposta as dellas e queria que esta menina seguisse a crença do nosso irmão Batuíra (desencarnado), e porisso queria ver si a collocava no seu collegio debaixo da sua religião e educação pois fareis por ella e lhe auxiliarei naquellas que minhas forças der.

Domingo ou qualquer dia irei conversar com a Sra, mas antes aguardo a sua resposta para o meu governo.

Grata ficará sempre a irmã Genoveva R. A. Lousada.

São Paulo, 22 de Setembro de 1909.

Amiga S. Anália.

Saudações.

Venho por meio destas linhas vos lembrar o meu pedido ha tempos e como estou ansiosa para saber o certo, faço esta reformando o meu pedido, e' o: si a Sra^{te} accita a menina que foi do nosso irmão Antonio Batuíra.

Tenho uma vaga no collegio Bom Pastor a minha disposição, mas com a condição de eu fornecer-lhe roupa que ella necessitar e entrar mensalmente com 10\$000 (dez mil reis) eu poderia fazer isto e farei caso a Sra^{te} não queira recebê-la.

Si ainda não a colloquei foi em virtude da minha crença ser opposta as dellas e queria que esta menina seguisse a crença do nosso irmão Batuíra (desencarnado), e porisso queria ver si a collocava no seu collegio debaixo da sua religião e educação.

Figura 22 – Carta de Genoveva Lousada, 22 de setembro de 1909. Fonte: AFBI Anália Franco

A contar o fato de os donativos não serem freqüentes, como o eram no início, nem as taxas serem representativas, as *Officinas do Asylo e Creche* contribuíam também a geração de renda. Segundo o *Relatório de 1905*, as oficinas que estavam sendo operadas na AFBI eram as de Tipografia, de Flores e de Costura. A de tipografia era dirigida por João Figueira de Freitas, e trabalhavam nela 12 asiladas órfãs, que faziam a composição tipográfica do jornal *A Voz Maternal* - com uma tiragem mensal de 6 mil exemplares - e do *Manual Educativo*, com uma tiragem mensal de 5 mil.



Figura 23 – Meninas na oficina de trabalhos manuais. Sem data. (Fonte: AFBI Anália Franco)

Na oficina de flores, sob a direção de D. Anna Teixeira, trabalhavam todas as internas com idade entre 9 e 12 anos, em horas que não prejudicassem a freqüência na escola maternal do Asilo e Creche. Anália defendia uma educação que preparasse as asiladas pelo estudo e pelo ensino profissional. Acreditava que desta forma estariam sendo preparadas para, se

necessitassem, viver sozinhas com seus próprios recursos, independente de qualquer auxílio ou de qualquer proteção.

Numa perspectiva profissionalizante, a AFBI manteve por um tempo a escola de enfermagem, cujas aulas eram ministradas pela médica Marie Renotte, e o curso intitulado *aula de arte dentária*, que se propunha a formar auxiliares dentistas. Vale destacar que Anália e a médica eram grandes amigas, desde o tempo em que escreviam para revistas femininas e que Renotte colaborava voluntariamente com a AFBI, prestando serviços médicos quando solicitada²⁹.



Figura 24 – Oficina de costura. Sem data. Fonte: AFBI Anália Franco

²⁹ A Escola Profissionalizante de Enfermagem, sob a responsabilidade da médica Marie Renotte, não funcionou por muito tempo por falta de espaço físico. O tratamento odontológico gratuito às asiladas era proporcionado pela Dra Brites Álvares, 2ª tesoureira da AFBI, responsável pelo curso Aula de Arte Dentária. Este curso formava auxiliares odontológicas.

Conforme o Relatório de 1905, a oficina de costura não estava dando resultados, visto que só as costuras para as órfãs absorvia todo o trabalho do pessoal encarregado da rouparia para o Asilo e Creche. Justificava-se também que pelo fato de se tratar de aprendizes, não poderiam se encarregar de trabalhos que exigissem precisão. A falta de uma sala apropriada era outro argumento utilizado para justificar a situação.

O anúncio veiculado, mês a mês, no jornal da *A Voz Maternal*, em 1904, demonstra que havia um esforço da AFBI, no sentido de divulgar os trabalhos executados internamente, por via das oficinas.

No Asylo e Creche faz-se, nas officinas, toda a espécie de costuras, inclusive vestidos, por figurinos. Apromptam-se também cestinhas com doces e flores para festas, leilões, etc..etc., cartões de visita, verdadeira novidade, tudo por preços módicos.” (Edição Nº 7 de junho de 1904)



Figura 25 – Augusta Ormiéres, interna da AFBI, que teria se tornado uma modelista requisitada entre a elite paulistana.

Pelo *Relatório de 1907*, observa-se um otimismo maior em relação às escolas maternas que, naquele ano, haviam tomado maior impulso devido em grande parte às visitas que receberam de uma comissão de professores da Capital Federal, vindos especialmente para estudar as escolas maternas e jardins de infância.

Faziam parte da comissão: Curvello de Mendonça, do Pedagogium do Rio de Janeiro e redator de *O Paiz*, Thiago Guimarães, presidente da comissão, Adelina Lopes Vieira, escritora, Guilhermina Barradas e Alina de Brito, professoras cathedrálicas, as quais, segundo o relato, visitaram as escolas e estudaram todo o programa nelas adotados. “As opiniões que manifestaram e que ficaram constatadas nos livros dos visitantes, e mesmo pela imprensa do Rio e desta capital, honraram excessivamente as nossas instituições” (FRANCO, 1907, P.4).

A escritora Adelina Lopes Vieira³⁰ assim se refere ao que pôde constatar nas escolas de Anália:

Viajando pela Europa, onde fui estudar o melhor método para estabelecer creches e escolas maternas no Rio, não encontrei nenhum instituto que melhor se adaptasse ao nosso meio e índole, do que os congêneres mantidos com verdadeiro êxito pela benemérita Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo. (VIEIRA apud MONTEIRO, 2004, p.59)

Além da escritora, Anália faz referência a outros visitantes, entre eles: Victor Godino que, conforme Anália, havia escrito no *O Estado de São Paulo* um brilhante artigo sobre as escolas maternas da AFBI. São registradas também a presença do mexicano Joaquim Velasco - representante da Sociedade Central de Estudos Psychicos do México - e de Laudro Sodré, então redator-chefe do jornal *Orgam Maçônico* de Campinas. Sodré assim se expressa: “Confesso que excedem a minha expectativa o que acabo de ver no Asylo e Creche da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. Admiro-me pois, que hajam ainda indivíduos que se ufanam de agredir a tão benemérita instituição” (LIVRO DOS VISITANTES, 1907, p.52).

Entendemos que essas visitas constituíam-se também em oportunidades para que as idéias, em torno da educação da infância, pudessem circular entre diferentes pessoas que se ocupavam de funções intelectuais e de caráter administrativo e político, em lugares institucionais

³⁰ Elaborou o livro *Contos infantis*, em parceria com sua irmã Julia Lopes de Almeida (Vidal, 2005, p.71)

distintos. Sobre essa questão, reportando-se ao período de 1870 a 1920, Kuhlmann Jr (2006, p.9) faz as seguintes considerações:

De um lado, ocorrem relações singularizadas, caracterizadas por correspondências e visitas, realizadas por atores sociais que se comunicam e viajam de diferentes lugares, para conhecer experiências institucionais que, posteriormente, são relatadas em seus lugares de origem, com vistas a implementar ações semelhantes. De outro lado, há as relações de caráter social, que difundem as idéias e propostas, por meio das publicações. Além dos livros, que já eram uma tradição nesse tempo, os periódicos, jornais e revistas, começam a aparecer, para, mais tarde, multiplicar-se.

Em artigo sobre as *Escolas Maternaes*, o jornalista Leiroz mostra-se surpreso com o trabalho em sala de aula. Segundo ele, as crianças aprendiam a ler e a escrever simultaneamente, por meio de aparelhos de madeira, que formavam as letras do abecedário. Na sua opinião tratava-se de uma engenhosa invenção da presidente da Associação Feminina, Anália Franco.

Por meio desses aparelhos, que constituem uma vitória sobre o espírito empírico, metaphysico e retrogrado até há pouco tempo applicado às praticas de ensino, a creança forma as syllabas, as palavras e as phrases. As letras também servem para formar as unidades, as dezenas, as centenas e os milhares. (SUCCINTO RESUMO HISTÓRICO – AFBI, 1910, p.7-8)

A presidente da AFBI destaca no *Relatório de 1907*, que estavam sendo assentadas as bases para a fundação de escolas maternas em Franca, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Guaratinguetá, Ribeirãozinho e Santa Cruz do Rio Pardo. Naquele ano, o número de matrícula na capital foi de 966 e no interior, 304. A frequência geral na capital foi de 155.564 e no interior, 50.784, totalizando 206.548. De acordo com o relato de Anália, havia sido fundado em cada localidade um conselho diretor, com a finalidade de fiscalização das escolas. As *Escolas Maternaes Dr Bento Quirino e Dr. Rebouças*, ambas em Campinas, constam nesse relatório como suspensas.

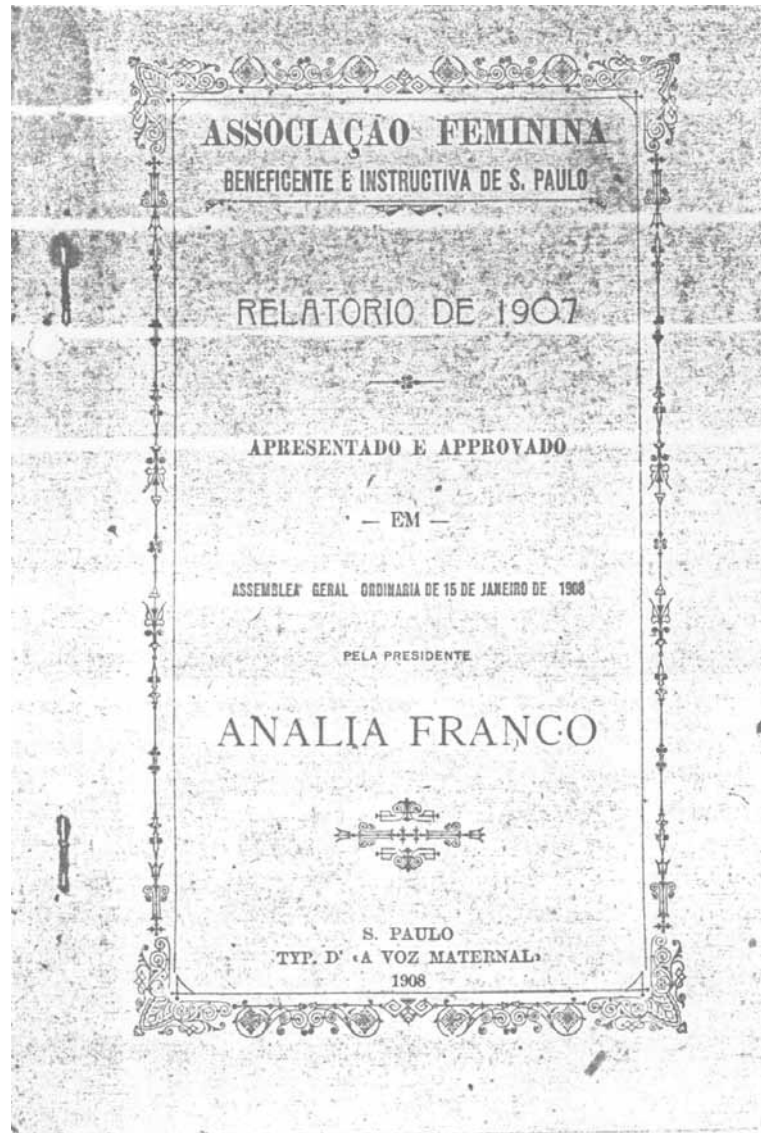


Figura 26 - Relatório de 1907 da AFBI (Fonte Labrimp)

A falta de espaço físico, para desenvolver as atividades da AFBI, é uma das reclamações mais recorrentes entre os relatos. A dificuldade na organização das aulas do *Lyceu Feminino*, segundo o Relatório, também estava relacionada a esse fato. Em 1907, o número de alunas do Liceu era o seguinte: 12 no 1º ano, 15 no 2º e 11 no 3º.

Anália destaca que pela falta de professores - já que muitas moças, embora preparadas não podiam ser nomeadas por falta de idade - ela havia fundado sob a sua direção exclusiva uma aula

teórica de Pedagogia para as senhoras que quisessem dedicar-se ao magistério, atuando apenas como substitutas provisórias nos lugares de professoras maternais, na falta destas. As aulas teóricas eram freqüentadas à noite e durante o dia a parte prática era exercida nas escolas maternais.

Sobre os *Asilos e Creches*, Anália diz que continuavam a preencher seus fins e mantendo a simpatia que tinham da sociedade. Ainda há referência sobre a *Escola Noturna de Analphabetos*, que funcionava na capital, e atendia a 27 alunos de ambos os sexos, os mesmos que freqüentavam, durante o dia, as oficinas de costura, flores e tipografia. A *Escola Profissional de Tipografia* tinha como alunos os órfãos asilados, maiores de 10 anos.

O *Albergue Diurno* que também funcionava na capital, segundo o Relatório, continuava a atender e estava com 10 crianças. De acordo com Anália, depois do Asilo e Creche o Albergue era a instituição que maior número de benefícios prestava às *mães jornaleiras*, que tinham seus filhos ali cuidados enquanto trabalhavam.

Se não fosse a carência de recursos a Associação Feminina transformava cada escola maternal numa espécie de abrigo diurno para as crianças pobres, como são as da Europa e outros paizes, onde já reconhecem a utilidade incontestada destas instituições de verdadeira economia social. (FRANCO, 1907, p.13).

Pelo *Relatório de 1910*, tem-se a notícia de que a Capital Federal havia se juntado à causa da AFBI, mantendo 12 *Escolas Maternais* e um *Asilo e Creche*. A verba investida pelo Governo Federal, para a manutenção dessas instituições, era de 24:000\$000, segundo Anália. A presidente informa pelo mesmo relatório, que a Loja Sete de Setembro havia dado à AFBI a direção das *Escolas Elementares* - fundadas por essa Loja Maçônica. Esse fato havia colaborado para a melhoria do serviço interno das *Escolas Maternais*.

A partir dessa parceria, Anália dividiu o ensino em três cursos, de acordo com o Regimento Interno da AFBI. O curso elementar - composto por crianças maiores de sete anos - manteve o maior número de alunos, ficando pertencente exclusivamente à Benemérita Loja Sete de Setembro e funcionando em sua sala própria, com uma professora de ensino elementar. “Deste modo as *Escolas Maternaes* ficam reduzidas ao fim que lhes é próprio: o ensino tão somente de

creanças menores de sete annos, dando-lhes agora a ordem e a uniformidade indispensáveis de acordo com o nosso programma” (FRANCO, 1910, p.4).

Segundo Anália, em alguns bairros da capital e lugares do interior, onde a população infantil era mais densa, havia sido fundada também uma creche destinada às crianças de dois a cinco annos. Anuncia-se ainda pelo documento a aquisição de uma chácara nos altos da Moóca. De acordo com Anália, devido ao grande número de órfãos recolhidos pelo Asilo e Creche, o espaço onde estavam, cedido pela Vice-Presidente, D. Genebra de Barros, já não dava conta de acomodá-los.



Figura 27 – Creche e asilo de Jaboticabal: meninos e meninas, crianças pequenas e maiores, negros e brancos, dão uma idéia do perfil da clientela das instituições da AFBI. Data provável: 1907
(Fonte: Lar Anália Franco de Jundiaí)

A chácara nos altos da Moóca era um imóvel com 75 alqueires de terras. O valor pago foi 100 contos de réis e o prazo para o pagamento foi estipulado em cinco anos. Ao descrever as características do imóvel, Anália destaca que as suas terras eram cultiváveis e que havia pastos e matas com diversas casas para acomodar 200 pessoas. Além disso, oferecia todas as vantagens, indispensáveis para acomodar melhor o pessoal internado e dar-lhe melhor carreira pelo ensino agrícola e profissional.

A intenção da presidente da AFBI era a de criar naquele espaço uma *colônia regeneradora*, que seria dividida em cinco seções diferentes, separadas umas das outras, destinadas: às órfãs desvalidas de todas as idades; a meninos órfãos; a meninos viciosos e órfãos ou abandonados; a velhos inválidos e a “mulheres arrependidas”. Pelo mesmo relatório, é informado que *O Albergue Diurno* seria substituído por creches, instaladas nos bairros mais populosos da capital. Sobre a *Colônia Regeneradora*, assim escreve Barros (1982, p.90):

Ali estava a “Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas” que estendia a mão e abrigava o infortúnio de viúvas e pobres; de mulheres desamparadas das suas próprias famílias e...com os seus filhinhos. Ali estava, também, o amparo da velhice indesejável e só!

O plano de Anália para o amparo e educação dos menores estava baseado no que havia sido adotado na Inglaterra pelo médico Thomaz Bernardo. Naqueles anos, o médico mantinha colônias na Inglaterra e Canadá, amparando mais de 40 mil órfãos. Daí foi inspirada a *Colônia Regeneradora D. Romualdo*, a qual pode ser vista em alguns dos seus aspectos físicos pela fotografia que segue. Observa-se, além da casa e curral, uma grande área verde. No local foram abrigadas crianças e mulheres. Conforme pudemos identificar, ao longo da análise, um espaço como o da fazenda era necessário, a fim de poder dar conta da subsistência alimentar e também e propiciar o funcionamento de algumas oficinas. Terras cultiváveis e animais, como vacas, por certo garantiam parte do sustento dos órfãos e mulheres que ali viveram.



Figura 28 – Aspectos físicos da Colônia Regeneradora - Data provável: entre 1912 e 1918. (Fonte AFBI Anália Franco)



Figura 29 - Animais, carros e charretes no pátio da Colônia Regeneradora – S/ data – (Fonte: AFBI Anália Franco)

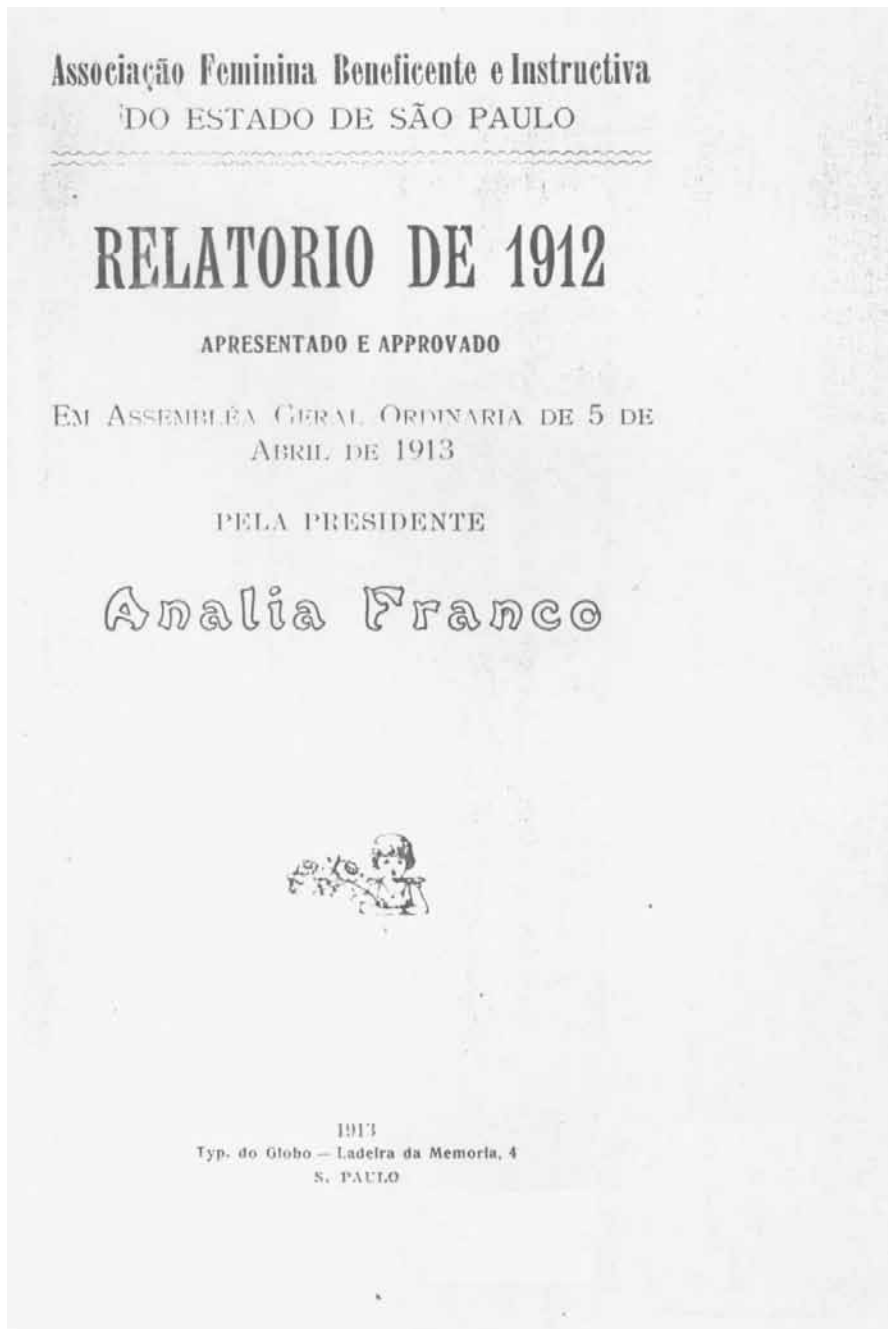


Figura 30 - Relatório de 1912 da AFBI (Fonte Labrimp)

O Grupo Dramático Musical, além do Theatro Infantil, citados no *Relatório de 1912*, constituíam-se naquele momento em importante fonte de renda para a AFBI. Pelo relato temos a informação de que a *Banda Musical Feminina* e a orquestra apresentavam-se nos espetáculos

mensais, oferecidos aos sócios e sócias da AFBI. O teatro era também freqüentado pelas sócias, uma vez por mês quando ocorriam os festivais.

Já implantada, em 1912 a *Colônia Regeneradora* mantinha 68 asilados do sexo masculino e 99 do sexo feminino, totalizando 167, sendo que desse número 63 eram maiores de 14 anos e 104 menores. Eram 166 brasileiros e 1 estrangeiro.

Havia separação por sexo nas escolas, por isso funcionavam duas turmas da *Escola Primária* e duas da *Escola Maternal*. Freqüentavam a *Escola Primária*, 20 pessoas do sexo masculino, sendo 4 maior de 14 anos e 16, menor. As meninas que freqüentavam a *Escola Primária* somavam 16, todas menores de 14 anos. A *Escola Maternal* era freqüentada por 16 meninos, e a destinada às meninas mantinha 24 alunas. Na Creche estavam 14 meninos.



Figura 31 – Meninos e meninas em torno das professoras garantem a simetria à fotografia posada. Detentoras do saber, as professoras não prescindem do livro nas mãos. Data provável: década de 1910 – (Fonte: AFBI Anália Franco)

O número de meninos na *Escola Agrícola* somava 18, todos menores de 14 anos. Na *Escola Secundária* estavam 30 meninas maiores de 14 anos e na *Escola de Música* outras 29 meninas, maiores de 14 anos. Na *Colônia Regeneradora* conviviam crianças de diferentes idades, meninas, meninos, mulheres. Barros (1982, p. 53) assim se lembra:

Tanta vegetação! Tanta disciplina...um Colégio....uma fazenda!
Lembro-me bem que foi ali que estudávamos Botânica. Anita Santos nos ensinava e nos emaranhados bosques de rosas loucas a gente penetrava sem medo dos espinhos e arrancava-lhes algumas flores... “Estames e pistilos, caules, folhas e flores; pedúnculos, cálices e corolas; pétalas e cépalas; raízes e hastes, folhas e pecioladas clorofila e gás carbônico”...e por aí seguíamos com as nossas lições práticas[...].



Figura 32 – Na fotografia estão crianças de ambos os sexos e de idades variadas, além de mulheres, enfileiradas na frente da casa. Meninos de um lado e meninas e mulheres do outro. É possível perceber que as crianças vestem-se de forma semelhante, porém não há evidências de uso de uniformes. Data provável: 1912 (Fonte AFBI Anália Franco).

Apesar das conquistas relatadas em 1912, na apresentação do *Relatório* daquele ano, Anália (1912, p.4) lamenta a tentativa de um certo número de pessoas empenhadas em desacreditar as instituições vinculadas à AFBI. Segundo relata, as acusações atribuíam à Associação o espírito de sectarismo. Para Anália, os acusadores, no entanto, não se davam ao trabalho de examinar os Estatutos da AFBI e verificarem se “realmente em nossas escolas existem ensinamentos contrários, ou que possam ferir as crenças religiosas de quem quer que seja”. Continua ainda:

Como o erro pega depressa e poucos querem se dar ao trabalho de investigar as cousas como ellas são, a pobre orphanade que todos os dias nos bate a porta é que soffre as conseqüências tristissimas da maldade e da calumnia. Sim, as difficuldades inauditas que superamos para manter os que se acham abrigados, nos obrigam a rejeitar muitos que ficam mezes e até annos a espera de vagas, prejudicando assim a sua educação litteraria e profissional.

A acusação à AFBI, atribuindo-lhe o espírito de sectarismo, foi feita por mais de um vez. Pela leitura do jornal *A Voz Maternal*, de 1º de dezembro de 1904, observa-se pelas palavras de Anália um tom de queixa sobre as perseguições feitas à Associação. Ao se referir aos opositores de sua obra, assim escreve:

Até aquelles que, pela santa doutrina que dizem professar de paz e amor, deviam comprehender melhor os sublimes ensinamentos de Jesus, não teem poupado doéstios á Associação, attribuindo-lhe intuitos que ella não tem, ora filiando a Associação Feminina Beneficente e Instructiva á seita Protestante, ora ao espiritismo, e finalmente á Maçonaria; confundindo esta Associação com a Grande Associação de Senhoras do Rio Grande do Sul, que nada tem de commum com a de S. Paulo, a qual cuida exclusivamente da educação e amparo dos desprotegidos, respeitando em seu seio as crenças dos seus soccorridos.

Ainda em 1912, pelo relatório, Anália agradece a quem ela se refere como “um pequeno número de benevolentes”, e indica os nomes dos sócios beneméritos que vieram ao encontro das necessidades da Associação. Na lista de nomes da capital estavam: Francisco Xavier Paes de Barros, Raphael Stamato, Rodolpho de Miranda, a Loja Maçônica Piratininga e Loeb &

Companhia. No interior, os sócios referenciados foram Abílio Manoel, de Bebedouro, e Anna Silveira Barbosa, de Cravinhos.

A interrupção, por alguns meses, da publicação do jornal *A Voz Maternal* também é mencionada no *Relatório de 1912*. A justificativa para o fato estava relacionada à mudança da tipografia para a *Colônia Regeneradora D. Romualdo*. Devido às dificuldades financeiras, enfrentadas pela AFBI, Anália comunica que, em vez de mensal, a publicação do jornal passaria a ser bimestral.

As acusações que a AFBI recebia eram freqüentes, principalmente aquelas que vinculavam a Associação à crença espírita. Lendo os documentos, essas fontes nos apontam várias situações embaraçosas vivenciadas pela presidente da Associação. Se de um lado o Clero vinculava a AFBI à crença espírita - não poupando Anália Franco de ser o alvo do desabafo católico -, do outro, estavam alguns praticantes da religião espírita que, por sua vez, exigiam que Anália tornasse pública a sua fé. Com um tom desafiador, Manoel Felipe de Souza, escreve em 13 de março de 1906, a seguinte correspondência:

[...] Quando V. Excia utilizar a sua instrução e o seu talento na propaganda aberta do Spiritismo, quando praticar a caridade em nome da propaganda, impondo-a deste modo á consideração publica, como faz a federação Spiritica deo Rio e muitos centros e grupos spiritas do Brazil e do estrangeiro, conte com os meus applausos e quem sabe? com o meu insignificante auxilio pecuniário. Transforme *A Voz Maternal* em um jornal spiritica com o seu nome laureado no frontispício , e me offereço a ser agente delle em Uberaba, embora já seja agente d' *A Doutrina* de Curityba e minha esposa agente do *Reformador*. Pedindo indulto pela livre expansão da minha alma, aguardo ensejo de tecer elogios á sua dedicação spiritica, e então com mais prazer e entusiasmo hei de subscrever-me. Manoel Felipe de Souza.

Anália utilizava-se bastante do recurso da correspondência para divulgar a obra da AFBI, com o objetivo de angariar recursos e doações. Isso, por certo, é o que teria feito ao dirigir-se a Manoel Felipe de Souza. Em 6 do mesmo mês e ano, esse mesmo senhor já havia enviado outra carta à presidente da AFBI. Na ocasião, dizia que nada poderia doar, a não ser que o “Asylo e Creche fosse um estabelecimento puramente spiritica”. Ao finalizar a carta, dizia-se sabedor de que Anália não participava de sessões espíritas e que evitava falar do espiritismo. Na parte

superior dessas cartas, um carimbo informa que Manoel era escrivão de órfãos em Uberaba, estado de Minas Gerais.

Pelo que se observa nas correspondências, Anália costumava escrever no verso de cada uma: “respondida”. Excepcionalmente, na carta de Manoel Felipe de Souza, a inscrição é: “não tem resposta” (conforme figura que segue), o que pode denotar que Anália não teria dado atenção ao “convite”.

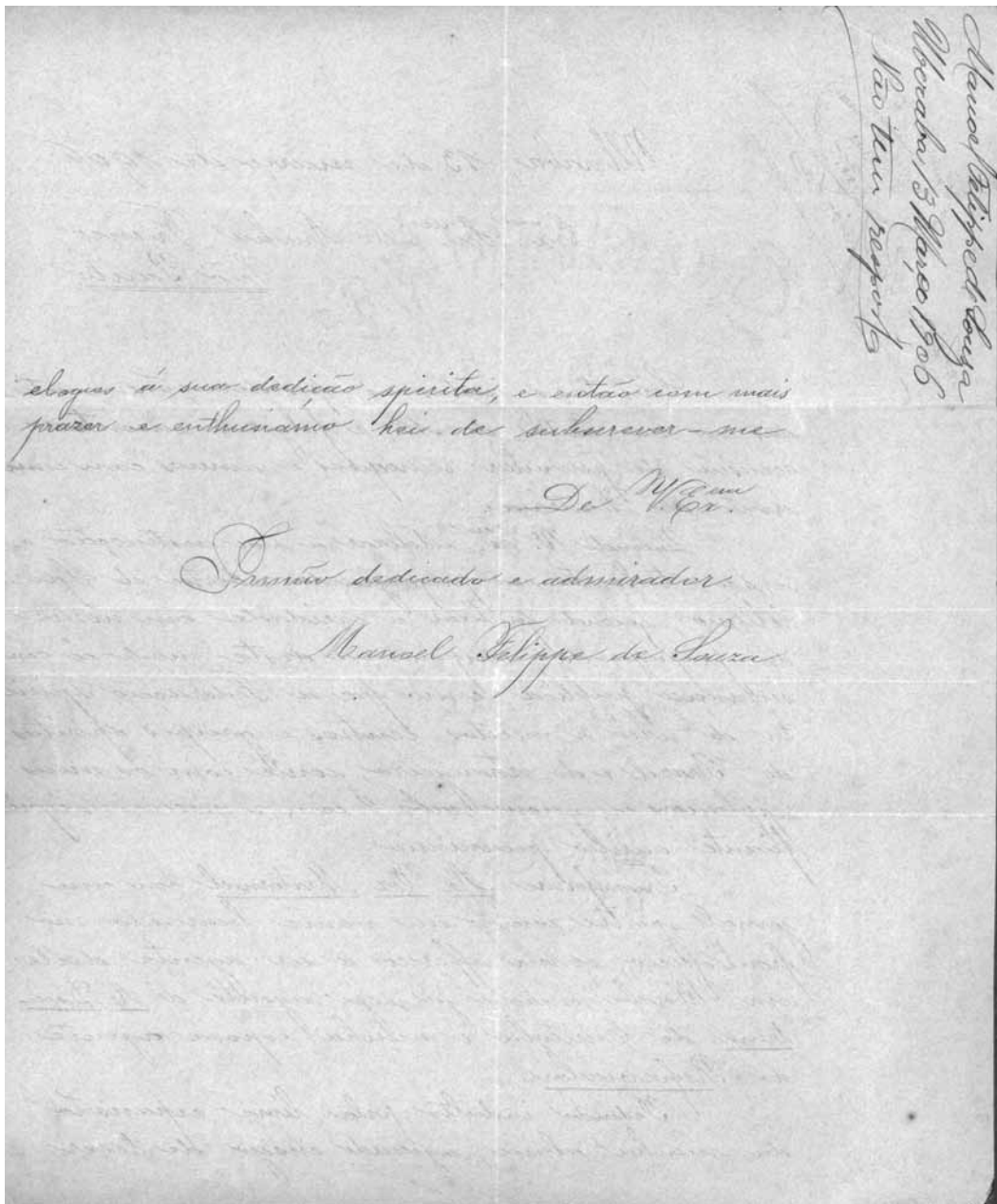


Figura 33 – Verso da carta enviada por Manoel Felipe de Souza. Data: 13 de março de 1906 – (Fonte: AFBI Anália Franco)

Pelas respostas das correspondências que analisamos, supomos que Anália, ao enviar as cartas, mandava também alguns números do jornal *A Voz Maternal*, a fim de que as pessoas pudessem ter noção das atividades da AFBI, tornando-se, quem sabe, colaboradoras ou mesmo divulgadoras da obra.

Por outro lado, as cartas eram também um meio de se pedir vagas para órfãos nas instituições da AFBI. Apesar das críticas, a Associação sobrevivia e ganhava projeção. Junto, crescia a procura, como bem pode ser demonstrado pela carta, assinada por Firmino Rocha, datada de 11 de março de 1906 na cidade de Parocínio de Sapucahy, estado de São Paulo.

Respeitável irmã, saúdo-vos.

Tendo em minha companhia uma menina filha de uma meritriz, aquella tem nove annos de idade reconhece a mim como pai visto ter vindo para minha companhia com idade de três annos; Acontece porem que a minha família tem augmentado muito tornando-se muito pesada a educação de crianças, esta criança a quem desejo muito bem visto ser uma orpha sem pai e sem mãe, pois a dita Meritriz mãe dela desapareceu daqui desde a data em que me fez a entrega da menina; sabendo que a Irmã é Directora de um estabelecimento de ensino de primeira ordem e que procura a fazer feliz as pessoas desamparadas da sorte, dando a educação precisa, venho por este meio pedir um lugar para a minha orphazinha a quem desejo bem. Aguardando vossa resposta para meu governo. Sem mas, Vosso respeitador Sr Firmino Rocha.

Em 6 de julho de 1911, Anália recebia mais uma carta. Desta vez, os assuntos se misturam, em meio a favores pedidos e a contribuições prometidas. A correspondência assinada por Anna Delphina Gomes, vinha da cidade de São Pedro.

Exma Sra D. Anália Franco

Tenho à vista suas presada carta de 16 do passado que não tem sido possível responder por encomodos de saúde que tenho soffrido, como também mamãe que acha-se gravemente doente, accrescendo a este estado a sua avançada idade de 90 annos.

Fico certa do que me dis sobre a ida da vacca que offereci p^a os seus orphãosinhos e logo que dêis cria lhe avisarei para mandar os passes. Creio que se lembrará de que lhe fallei em uma menina de 2 annos que lhe pedi p^a ses acceita em seu caridoso estabelecimento e disse-lhe que tinha mãe, chegando mandei procural-a para dar-me a menina e disse que a Snr^a recebe também pessoas regeneradas, então pedio-me fervorosamente p^a ir também, fasendo as mais ardentes promessas de que não daria nunca motivo de me arrepender de a ter feito entrar para esse asylo, tem mais uma pequena de 2 meses e veio p^a aqui até poder seguir com as

filhinhas para ahi para o seu asylo o que será por todo este mês avisando dias antes para ir alguém esperal-a na estação.

A Laura (é o seu nome) esteve aqui 6 annos, sempre foi muito bem comportada é bem prestimosa e trabalhadeira, cosinha bem, lava, engomma, passa roupa, costura alguma cousa; acredito que possa se regenerar ahi. Quando fallei para ella ir disse-me que era a maior caridade que eu tenho feito em minha vida. Em vista de tudo o que eu venho de dizer-lhe achei que era bom mandal-a e assim pretendo fazer logo que receba a resposta desta.

Termino desejando-lhe muita saúde, pás e todas as satisfações possíveis, por ser com affectuosa.

Amisade sua admiradora, Anna Delphina Gomes

Outra carta, escrita em 19 de março de 1905, remetida por Carlos Fernandes, de Assunção, República do Paraguai, refere-se ao recebimento do jornal *A Voz Maternal* e avisa sobre o envio de dez mil réis, como donativo.

Exma Sra Dona Anália Franco.

Saúde e felicidades

Accuso o recebimento de um *Álbum das Meninas* numero este o qual lhe fico imensamente grato pela attenção a mim dispensada n'estas paragens longe de minha Pátria, em serviço do meu governo para o bem da paz entre nossos irmãos. Acho-me também de posse de um panfleto cujo teor li e sinto não poder ser mais attencioso para tão sublime Associação, entretanto remetto junto a esta a pequena dádiva de dez mil reis, por não poder mandar uma prenda para a *kermesse* e mesmo crer que não chegará mais a tempo pois conforme li deveria ter-se realizado em 1º do corrente.

Sem mais assumpto.

Carlos Fernandes

Recebida
 Assumpção, Republica do Paraguay
 19 de Março de 1905.

10/11/05 Com Sr^a J. Anália Franco.

Laude e felicidades.
 Recebo o recebimento de um Album dos
Moments numero oito, o qual lhe fica
 sumamente grato pela attenção a minha
 dispensada, nestas paragens, tanto de mi-
 nha Gatin, em serviço do meu governo pa-
 ra o bem da paz entre nossos irmãos
 e sobre, me tambem de parte de um pamphletto
 cujo teor li e sinto não poder ser mais atten-
 ção para tão sublime Associaçã, entretan-
 to remetto junto a esta a pequena dadi-
 ra de dez mil reis, por não poder
 mandar uma prenda para a Remessa
 e mesmo creio que não defari mais a
 tempo pois comparece li, deviam ter-se
 realizado em 1.º de corrente.
 Sou mais assumpto.

Sou de V.ª Anália Franco.

Carlos Fernandes S.

Bord do Obis^o Fernandes Viçim,
 estacionado provisoriamente neste porto.

Figura 34 – Carta de Carlos Fernandes. É possível observar, junto da sua assinatura, a informação de que ele estava a bordo de um navio, naquele momento em território paraguaio. Data: 19 de março de 1905 (Fonte: AFBI Anália Franco)

Assinando apenas “Elisa”³¹, uma correspondente de Anália envia-lhe uma carta em 30 de outubro de 1910, pedindo que interviesse a seu favor para que pudesse lecionar em um grupo escolar da capital.

[...] Conforme lhe disse no cartão, o meu desejo todo é residir ahi, lugar de recursos e lecionar num grupo, onde o ordenado é maior e trabalhar ainda em aulas particulares. Estes dias li um abaixo assignado do povo do Braz, pedindo ao governo o desdobramento das aulas do Grupo. É uma boa occasião para eu ser nomeada e peço-lhe encarecidamente que disponha de sua influencia para obter-me um lugar. A Sr^a obtem tudo quanto quer e estou certa que, advogando a minha causa, fazendo ver a justiça da minha pretensão será não muito difficil arranjar a minha remoção para o Grupo do Braz.

Em princípios do p. mez, lhe remetterei a importância dos sellos da licença, a qual, conforme já lhe escrevi, vae ser averbada pro dia 1, levada ao thesouro pelo collecter d’aqui: Muitos e muitos agradecimentos da sincera amiga admiradora. Elisa.

Carada D. Anália Franco
 Recebo de receber o seu cartão e vejo que
 não recibu um cartão enviado na me
 ma occasião em que escrevi a Sr^a An
 lia. Agradeço-lhe o interesse que
 tem mostrado sempre por mim e arisa
 ra-lhe que a cadeira de Saboana não
 me va conviente, porque tenho de residir
 lá, não não posso ir para a
 capital não dar faze. Não sei como a Sr^a
 amiga não sabia, pois eu não era capaz
 de deixar de responder-lhe immediatamente
 dando solucão sobre o que a Sr^a me consulto
 ara. Conforme lhe disse no cartão, o meu desejo
 todo é residir ahi, lugar de recursos e lecionar
 num grupo, onde o ordenado é maior e traba
 lhar ainda em aulas particulares. Na dia li
 um abaixo assignado do povo do Braz, pedindo
 ao governo o desdobramento das aulas do Grupo.
 É uma boa occasião para eu ser nomeada e pe
 ço-lhe encarecidamente que disponha de sua influ
 encia para obter-me um lugar. A Sr^a obtem tudo
 quanto quer e estou certa que, advogando a minha
 causa, fazendo ver a justiça da minha pretensão
 será não muito difficil arranjar a minha
 remoção para o grupo do Braz.
 Em princípios do p. mez, lhe remetterei a impor
 tancia dos sellos da licença, a qual, conforme já lhe
 escrevi, va ser averbada pro dia 1, levada ao thesouro
 pelo collecter d’aqui. Muitos e muitos agradecimentos
 da sincera amiga admiradora.
 Elisa 30-10-10

REPUBLICA DOS
 E.U. DO BRAZIL
 IN ESTE LADO DOB ENDEREÇO
 200
 SÃO PAULO
 30 OCT 1910
 Sr^a Anália Franco
 Rua de São Paulo 47 (Anexo)
 BRAZIL São Paulo
 Elisa
 30 Outubro de 1910

Figura 35 e 36 – Correspondência de Elisa

³¹ É possível se tratar de Elisa de Abreu, uma das professoras do Liceu Feminino. Elisa de Abreu também estava sempre presente nas reuniões da AFBI, conforme as atas.

As correspondências assinalam alguns aspectos da história da AFBI. Por elas podem ser lidas, por exemplo, que enquanto instituição educacional a Associação era tida em alto conceito pela população, independente de classe social. Homens e mulheres demonstravam, pelos seus escritos, uma certa intimidade com Anália, embora o teor dos discursos estivesse sempre revestido de muitos elogios e enaltecimentos, com exceção de um ou outro caso em que a presidente da AFBI recebia críticas ferinas pelo fato de não professar publicamente a fé espírita e não participar de sessões mediúnicas.

O conteúdo das cartas ia do mais corriqueiro cotidiano - em que se relatavam problemas conjugais e se pediam conselhos para Anália - até abordagens mais complexas que se lidas pelo Clero, na época, poderiam comprometer a AFBI, à medida que as informações davam conta de envolver tanto Anália, quanto seu marido, nas questões espíritas. Chegavam também as cartas, em que estavam presentes os desabafos, relacionados ao difícil andamento dos trabalhos nas escolas do interior. Muitas das escolas da AFBI eram visadas, conforme relata Isaltino Costa, da cidade de São Manoel:

Além do vigário, aqui estão actualmente uns padres missionários que, entre outras instituições, estão atacando de preferência o registro civil, o casamento civil e o ensino da Republica. A mim, doe-me profundamente ser as folhas locais, por preocupação de ordem partidária, não tomarem peito essa magna questão.

Relativamente a Escola Maternal disse-me um cavalheiro que priva com o vigário e que o censurou pela campanha empreendida que, em resposta, dissera o vigário “que se atacava a Escola Maternal, etc. era por ordem do governo diocesano, - por ordem do Bispo”. – Veja V. Ex. como são hypocritas estes sacerdotes que privam com o governo e o bajulam para obterem favores para a Igreja e subsídios para as suas instituições – em São Paulo, na capital, em quanto que no interior mandam até injuriar esse mesmo governo...

Acredito, entretanto, D. Anália que eles não conseguirão senão atrair a atenção para as instituições que atacam. Aqui já há muitos catholicos que censuram o procedimento de taes padres.[...] É possível, que, em meados do corrente anno, comece aqui a publicar uma revista; se isso acontecer terá V. Ex. novamente a minha penna em serviço da escola maternal. Com subta consideração. Isaltino Costa.

3.6 A Colônia Regeneradora e a expansão da AFBI

A AFBI expandiu-se e chegou a implantar cerca de 110 instituições (Anexo 2). Quando Anália morreu, em 1919, a Associação teve continuidade e ainda hoje funciona no município de Itapetininga, no interior de São Paulo.

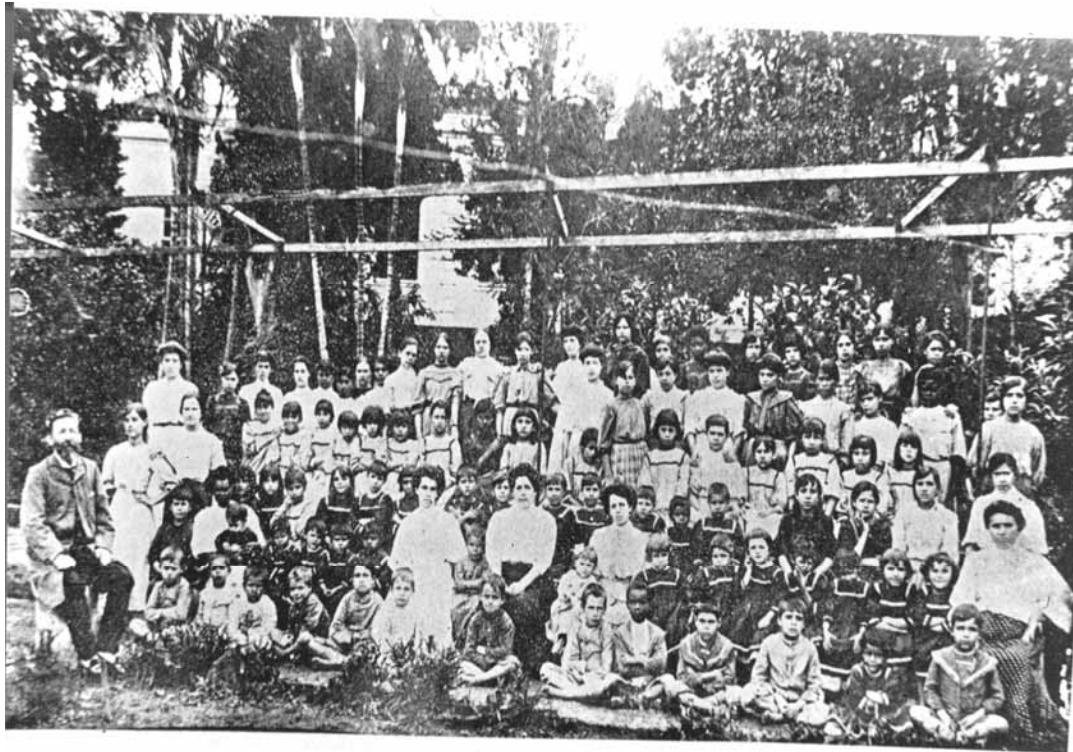


Figura 37 – Cena do cotidiano na Colônia Regeneradora. Data provável: entre 1912 e 1918 - Esta cena mostra a convivência entre crianças, que brincam de maneira espontânea no quintal da Colônia; e o trabalho doméstico pela mulher, que carrega o balde seguindo em direção a casa. Uma cena cotidiana que nos faz refletir sobre qual a intenção do fotógrafo. O movimento dos personagens, cada qual à sua maneira, nos faz acreditar que havia a intenção de um registro flagrante e espontâneo do dia-a-dia da Colônia, diferente de fotos posadas, como outras que fazem parte deste trabalho. (Fonte AFBI Anália Franco)

O Lar Anália Franco de Jundiaí, fundado em 1912, e o Lar Anália Franco de São Manuel, fundado em 1924, ainda estão em atividade, assim como o asilo de Santos. Monteiro (2004, p.

247-251) apresenta alguns mapas de 1916 – portanto, três anos antes da morte de Anália -, que registram naquele ano, um total de 42 instituições, incluindo a Colônia Regeneradora, escolas maternais, creches e asilos, escola primária, escola de agricultura e tipográfica, do interior e capital.

A *Colônia Regeneradora D. Romualdo* parece ter concretizado uma série de projetos da AFBI, a começar pelo espaço físico da casa e extensão das terras, que possibilitaram a implantação de várias oficinas e ensino profissionalizante. É importante destacar que quando Anália adquiriu a Fazenda Paraíso - ou Sítio do Capão como também era conhecida - do Coronel Serafim Leme da Silva, abrigou inicialmente “mulheres arrependidas” com o objetivo de profissionalizá-las. As atividades, porém, foram se diversificando e abriram espaço para outras faixas etárias.



ASYLO E CRÉCHE DA CAPITAL – INTERNATO

Figura 38 – Asilo e Creche da capital, onde conviviam meninas, meninos e mulheres. No canto esquerdo, aparece Bastos, marido de Anália Franco. O uso de uniforme pode ser verificado neste registro, feito provavelmente entre os anos de 1907 e 1918. É possível observar também uma certa proporção na distribuição das pessoas fotografadas. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá).

Aproveitou-se toda a estrutura física do velho Solar do Regente Feijó – a fazenda pertenceu também ao Regente -, além da estrebaria e senzalas. Esses espaços foram readaptados e pôde-se receber mais de 400 abrigados. Anália contou com auxílio dos poderes públicos, donativos da sociedade e colaboração dos sócios. Porém, pelas oficinas e pela produção da Fazenda, ela queria tornar a AFBI auto-sustentável. (MONTEIRO, 2004, p.144)

A oficina de costura, além das roupas e uniformes para as próprias asiladas, eram confeccionados chapéus, aventais, paletós, porta-jóias, vestidos, bonecas, brinquedos, estojos, almofadas, toucas, copos trabalhados e vasos, que eram vendidos nos Bazares da Caridade, mantidos pela AFBI na rua dos Piques e rua do Rosário.

Parte da alimentação dos abrigados das Casas de Anália, provinha do cultivo de cereais e hortifrutigranjeiros da fazenda, produzidos pelos jovens da escola agrícola. À oficina de carpintaria cabia a profissionalização dos meninos, além de prestar manutenção nas instituições da AFBI.

De acordo com Barros, a criação de uma banda - composta exclusivamente por meninas - foi algo inédito não só no Brasil, como no mundo. A banda excursionava pelo interior, permanecendo por meses fora da capital. O marido de Anália, Francisco Antônio Bastos, também acompanhava as internas durante as excursões.

Barros (1982, p.94), ex-interna e integrante da Banda, assim se refere ao período das excursões da banda: “Viajávamos – é certo; nossos trabalhos eram outros, mas nossos estudos nunca foram interrompidos. Viajou conosco, durante muito tempo, uma professora e, na falta dela, todos os meses, a própria Diretora nos lecionava português, geografia, matemática e outras”.

Anos mais tarde, as excursões da banda feminina renderiam críticas da nova presidente da AFBI, Eleonora Cintra. Para ela, o fato de as órfãs viajarem continuamente para as apresentações seria responsável por uma espécie de indisciplina entre elas. A crítica, não indica que tipo de indisciplina havia.



Figura 39 - Grupo Dramático Musical em excursão. No centro da fotografia, Bastos, marido de Anália Franco, que sempre acompanhava a Banda nas viagens pelo estado de São Paulo e Minas Gerais. A Banda era organizada pelo professor Oscar Cruz e dirigida pelo maestro Eduardo Bourdot. Data provável: entre 1913 e 1918 (Fonte Lar Anália Franco de Jundiá).

Para que o Grupo Dramático-Musical pudesse desempenhar suas atividades, em excursões, Anália comprou dois pianos, uma harmônica, dois baixos, um bombardino, três trombones, três sax, dois pistões, quatro clarinetes, um bumbo, três pares de prato, um contrabaixo, um violoncelo, dois violinos, três flautas, um flautim, três bandolins e uma viola.



**Grupo Dramatico Musical do Asylo e Crèche
da Associação Feminina Beneficente
e Instructiva do E. de S. Paulo -**

Em excursão a favor dos Asylos, das Crèches da Colonia Regeneradora "D. Romualdo", construcção de 2 enfermarias e em favor de outras instituições fundadas e mantidas pela mesma Associação, no

REAL CENTRO PORTUGUEZ DE SANTOS

HOJE HOJE
PROGRAMMA

1.ª PARTE

Antes de começar o espectáculo, a banda musical feminina "Regente Fejó", da Colonia Regeneradora "D. Romualdo" executará diversas peças do seu repertorio sob a direcção do maestro E. Bourdot.

2.ª PARTE

Orchestra — O PERIQUITO — Symphonia de F. Bourdot
O JUDAS — Scena do Martyr do Calvario.
Pela alumna do Asylo e Crèche — Augusta de Andrade

3.ª PARTE

A BORBOLETA NEGRA
Comedia em 1 acto de Olavo Bilac

PERSONAGENS

Mathilde	Anna Santos
Leonor, filha de Mathilde	Olympia Gallo
Maria, creada	Maria Candida

INTERVALLO DE 15 MINUTOS

4.ª PARTE

O Viveiro do Frei Anselmo
Comedia em 2 actos com 17 peças de musica
Traducção do francez por Joaquim José Annaya

PERSONAGENS

D. Damiro, Aio de Fernando	Maria Feraz
D. Fernando, Filho do duque Herrera	Augusta de Andrade
Condessa Izabel	Anna Santos
D. Franca, Primo de D. Fernando.	Hermanina Soares
D. Elvira, Amiga de D. Branca	Jandyra Duarte
Leonarda, Aia de D. Branca	Maria Cordeiro
Frei Anselmo, Cosinheiro	Olympia Gallo

Meninas que não falam
A scena passa-se numa hospedaria nas montanhas de Granada em 1560

Nos intervallos, a orchestra da Colonia Regeneradora "D. Romualdo" executará escolhidas peças do seu repertorio.

Começará ás 8 1/2 horas da noite.

Figura 40 – Programa do Grupo Dramático Musical do Asilo e Creche da AFBI. Entre os nomes das personagens da comédia "A Borboleta Negra", consta o da ex-interna Maria Cândida, a qual escreveu o livro "Vida e Obra de Anália Franco", o qual fizemos referência neste trabalho. (Fonte Labrimp).



Figura 41 – Bazar, onde era vendida a produção das oficinas da AFBI. Ao fundo, o quadro com foto das escolas, asilos e creches: um recurso para fazer propaganda. S/ data (Fonte AFBI Anália Franco).

Pelos projetos implantados na AFBI, avaliamos que Anália ocupava-se de planejar não só as questões de ordem pedagógica. Havia nela a preocupação de criar condições adequadas para o desenvolvimento de seus projetos de auto-sustento. Exemplos disso são: a criação da tipografia, para suportar a sua produção didática e literária e a compra dos instrumentos para que as meninas da banda pudessem ensaiar.

Entre as atividades comerciais da Associação estavam; tipografia, oficina de flores artificiais, oficina de costura e bordados, produtos da fazenda, carpintaria, trabalhos manuais e *A Voz Maternal*. Cursos de enfermagem, arte dentária e escritura mercantil eram também ministrados numa perspectiva profissionalizante.

Na história da AFBI, entendemos que a *Colônia Regeneradora* imprimiu fortemente sua marca. Ali, entendemos que Anália formou um verdadeiro laboratório, que serviu de sustentáculo para a sua obra.

A difusão das *Escolas Maternais e Asilos e Creches* pelo interior de São Paulo e por outros estados ocorreu não só por sua vontade. A criação de “sucursais” – conforme Anália costumava falar – era uma sugestão também de outros educadores, espíritas e maçons. (MONTEIRO, 2004, p.100). Era comum a presidente da AFBI ser procurada por autoridades municipais do interior, que lhe ofereciam a infra-estrutura para a fundação de filiais da AFBI em suas cidades. Mesmo após a morte de Anália foram criadas escolas e outras instituições em sua homenagem, tendo como foco as crianças.



Figura 42 – Fachada da sede da AFBI, construída na década de 1930 (Fonte ABFI Anália Franco). Após a morte de Anália, a AFBI continuou com suas atividades na Colônia Regeneradora. Com projeto do Escritório Técnico Ramos de Azevedo foi construído em 1930 o novo prédio, com 6.500 metros quadrados. A partir de 1934 a sede passa a funcionar ali.

3.7 Primeira guerra mundial, gripe espanhola, pressões e acusações

A história da AFBI foi atravessada por dois grandes eventos trágicos de dimensão mundial: a Primeira Guerra e a pandemia da gripe espanhola. Se até a metade de 1918, o foco da preocupação estava nos acontecimentos da Guerra - e nos seus reflexos, como a carestia e ameaça no abastecimento –, a partir de outubro daquele ano a “influenza” preocupava a todos pela sua rápida propagação entre a população. O saldo dos mortos foi de 20 milhões em todo o mundo.

Em São Paulo, a gripe espanhola fez 11.762 vítimas, segundo a historiadora Liane Bertolucci, sendo cerca de 5 mil só na capital. O preconceito ficava mais exposto contra os pobres. O bairro que mais representava ameaça, segundo as autoridades e os jornais da época, era o Brás, por ser mais populoso e habitado por operários. “Agora mais do que nunca, eles eram as classes perigosas” (SUGIMOTO, 2004).

Em fins de novembro, a epidemia dava sinais de que estava indo embora, mas em janeiro ainda houve óbitos na capital e interior. Entre as vítimas, estava Anália Franco, morta em 20 de janeiro de 1919, aos 66 anos de idade.

Antes, porém, em 21 de junho de 1918, Anália escreveu para Clélia Rocha, então diretora do *Asilo de Dourado*. Na carta falava das dificuldades que estava enfrentando. Não havia recursos para o sustento do pessoal dos asilos, que estavam sendo mal administrados. Ao lamentar a situação precária, destacava que:

O clero, não podendo com o povo, insuflou o Governo contra mim, de modo que nem meus ordenados, que tanto auxiliam o sustento das crianças aqui, nem isso eu recebi. Os espetáculos, com a baixa do café, estão dando uma terça parte do que davam. Enfim, a crença espírita é que me sustenta ainda neste mar de sofrimento e lutas.

Em outra carta, de 14 de dezembro de 1918, destinada a Antônio Ribeiro, de Uberaba, Minas Gerais, Anália descrevia as dificuldades que estava enfrentando na *Colônia Regeneradora*, dizendo que a gripe havia transformado o asilo em verdadeiro hospital e que eram 80 as gripadas. Só ela e Bastos estavam em pé.

Na assembléia geral ordinária, para eleger a nova diretoria para o triênio de 1919 a 1921, realizada em 6 de janeiro de 1919 -, Anália participaria de uma das últimas reuniões da AFBI. Discutiui-se nessa assembléia, presidida por Julia Eugênia da Silva, questões relacionadas às dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação naqueles últimos anos, justificando-se também a não ocorrência da assembléia em 1917. Anália falou sobre a crise que havia se acentuado em 1914 e sua influência direta na fase de dificuldades por que passava a AFBI. O governo, segundo diz a ata, em suas economias e meios para estabelecer o equilíbrio orçamentário, havia reduzido em 50% as verbas de todas as instituições de caridade. A Associação havia sofrido um corte de mais de 50%, ou seja, de uma diminuição de 25:000\$000 da verba que recebia na época que era de 40:100\$000. Queixa-se Anália:

Além da diminuição dessa verba, vieram as das mensalidades provenientes da crise e para completar a angustiosa situação a Câmara Municipal cortou-nos em dois annos seguidos 4:000\$000 que montou na diminuição da receita a um total de 36:100\$000 annuaes. [...] Era urgente uma medida salvadora, um meio para equilibrar as nossas finanças tão compromettidas com esses cortes de verbas. Era preciso não deixar fracassar a nossa cara Associação e o nosso carinhoso ideal. Tinha nessa ocasião um conjunto dramatico musical nas nossas instituições, e não tripidei um instante de lançar mão desse recurso. Arregimentei um grupo de 44 das citadas nossas orphãs, dirigidas por algumas das nossas professoras e acompanhadas do meu esposo puzeram-vos a caminho fazendo uma excursão Dramatico Musical, percorrendo mais de cem localidades, durante quatro para cinco annos no Estado de São Paulo e Minas Gerais. É com a maxima alegria que eu vos venho dizer que esse empreendimento foi coroado com o mais completo exito que considero-o como uma inspiração divina e seu trabalho foi a mais sucedida propaganda que tenho feito, pois alem dos recursos que obtivemos, fundamos cerca de 18 sucursais com mais de mil crianças internas e externas.

Ao se dirigir às sócias, Anália mostra os números da receita daqueles últimos quatro annos, que era de 136:100\$000, tendo a excursão obtido 227:000\$000 e despendido 106:000\$000, resultando num valor líquido de 121:000\$000. Havia um déficit na receita da AFBI de 15:000\$000.

Pela mesma ata, a presidente da AFBI dá explicações sobre os motivos que a haviam impedido de realizar aquela assembléia antes. Segundo ela, quando o Grupo Dramático já estava de volta à *Colônia Regeneradora D. Romualdo*, supondo que ali se estaria livre da epidemia da

gripe, visto que já estava quase extinta na capital e a Colônia estava a uma distância de uma légua da cidade “eis que rebentou a epidemia na Colônia, cahindo em tres dias 142 orphãos dos dois sexos”. Restaram bem apenas oito dos órfãos que puderam tratar dos 142 doentes. Desses, cinco meninas morreram. A cura dos outros 137, segundo Monteiro (2004, p.220), foi “atribuído ao tratamento espiritual de passes e água fluida recebida pelas meninas e à fé nos recursos divinos da grande mãe e protetora Anália Franco”.



Figura 43 – Creche e Asilo de Monte Azul (MG). Data provável: década de 1910
Ao lado da professora, dos meninos e meninas, Anália posa para a fotografia, em uma das raras vezes. (fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)

Baseando-se nos documentos, pode-se dizer que a permanência de Anália na presidência da AFBI por 17 anos, não teria sido um fato de comum acordo entre a diretoria, e nem tampouco

teria agradado a Igreja Católica e adeptos. Uma Associação que se propunha a levar a educação a crianças pobres, negras, sem distinção de credo, além de voltar-se para mulheres denominadas “arrepentidas”, não teria sido uma situação tolerada. Agregue-se a isso o fato da presidente da AFBI ter aderido ao espiritismo e ter mantido um bom relacionamento com pessoas pertencentes à Maçonaria, que apoiavam sua obra. Estava posto o conflito.

Pelo *Relatório de 1920*, conforme registrado pelo biógrafo de Anália, fica claro que havia divergências internas na AFBI. Embora não tenhamos conseguido acesso ao relatório mencionado, pudemos perceber por outros documentos – como o jornal *A Voz Maternal*, atas da AFBI e cartas recebidas pela sua presidente –, que, de fato, Anália teve uma atuação marcada por polaridades. De um lado críticas e pressões, revezadas pelo Clero e mesmo por adeptos do espiritismo; do outro, era reverenciada e admirada por homens, mulheres e crianças.

Do Clero partiam acusações de que a AFBI, embora veiculasse a idéia de ser uma instituição laica, tinha um caráter espírita. Essa propaganda, no entanto, incomodava alguns espíritas, como o escrivão de órfãos, Manoel Felipe de Souza, que por sua vez, acusava literalmente a presidente da AFBI de não participar de sessões espíritas e nem praticar publicamente a sua fé. Havia, ao que parece, uma tentativa dos dois grupos religiosos de rotular a Associação: aos católicos interessava “denunciar” que a AFBI era espírita e a alguns espíritas interessava que a Associação se dissesse espírita.

No meio dessa polaridade, pode-se constatar que Anália, enquanto presidente, esforçou-se para não dar razão nem a um e nem a outro desses grupos. Porém, a contar as cartas que recebia, seu marido era uma referência dentro do grupo de espíritas, o que talvez criasse à Associação uma situação desconfortável, em meio aos ataques freqüentes. Em um texto assinado por ela no jornal da AFBI *A Voz Maternal* em dezembro de 1904, assim se coloca:

[...] No nosso Asylo, onde na sua quase totalidade se acham abrigadas senhoras catholicas fervorosas e convictas, ainda nenhuma foi tolhida na sua liberdade de consciencia. Elle se acha franqueado a todas as pessoas que queiram certificar-se de visu.



Figura 44 – Altar católico que ficava na sede da Colônia Regeneradora, mas que foi roubado.
S/ data (Fonte: AFBI Anália Franco)

No Boletim do *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI)*, realizado no Rio de Janeiro de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, encontramos na seção de Assistência, uma comunicação de Eleonora da Silveira Cintra (1924, p.307), então presidente da AFBI. Nas primeiras linhas do seu discurso percebe-se um tom de ironia quando se refere a Anália Franco, como alguém “que a todas animava com seu ardor proselitista em que havia um toque de religiosidade”.

O fato de Eleonora Cintra assumir a presidência da AFBI nos causou surpresa, pelo fato de não havermos localizado seu nome em nenhum dos relatórios, atas, cartas, manuais ou qualquer fonte que consultamos, do tempo em que Anália era presidente. Porém, a contar pelo que lemos de sua comunicação, a impressão que fica é que ela teria acompanhado ao menos parte da história da AFBI.

Na comunicação é feita uma retrospectiva da atuação da Associação, desde a sua fundação em 1901, e são citados casos como o Liceu de Santos, que não permaneceu por muito tempo ligado à instituição. Nas palavras de Cintra (1924, p.307):

Allgumas sócias fundadoras, das mais distintas e operosas, tomaram a resolução de retirar-se. Modificou-se a diretoria. D. Anália num esforço confiante, que só a fé poude inspirar, enfeixou-se na sua mão todo o poder da diretoria e prosseguiu na sua obra. Desligou-se o Lyceu de Santos. D. Anália, porém, era uma semeadora da caridade, não uma organizadora [...] Assim em 1913, foi a fundadora da Associação Feminina, exausta de penoso labor forçada a reconhecer insustentável a manutenção das escolas maternas tal como havia idealizado, apesar de constituirem as mesmas um dos objetivos principaes da sociedade.

O texto continua dando conta de mostrar, pela narrativa, que apesar do esforço da “heróica” fundadora, a situação da Associação foi cada vez mais tomando proporções irrecuperáveis de desorganização. Na conclusão de Cintra, apesar da morte de Anália, a obra havia sobrevivido. Relata que, em 6 de janeiro de 1919, talvez pressentindo a morte próxima, Anália chamou sua amiga, Júlia Eugênia da Silva, e a nomeou vice-presidente, por ter nela toda a confiança. Júlia Eugênia, segundo Cintra (1924, p.308), convocou pelos jornais os sócios, para uma assembléia geral, a fim de formar nova diretoria e, assim, “salvar a obra que desmoronava”.

Para se avaliar o grau de penúria a que tinha chegado a Associação basta citar que, no período que mediou entre a sua organização e a posse da diretoria eleita, teve a abnegada consocia D. Genebra de Aguiar Barros de manter à sua custa as asyladas que se achavam desprovidas até de alimentação. Os relatórios da Associação relatam-nos essa crise, juntamente com os demais sucessos ocorridos.

A nomeação de Julia Eugenia da Silva para vice-presidente ocorreu na *Assembléia Geral Ordinária*, no dia 6 de janeiro de 1919. A assembléia tinha como objetivo eleger nova diretoria para o triênio 1919-1921. Da forma colocada por Cintra, nos passa a impressão que o fato da nomeação teria ocorrido de maneira informal, porém segundo a ata daquela data pudemos perceber que a vice-presidência a Julia E. da Silva deu-se por votação da diretoria. Importante destacar que assuntos relacionados à receita da AFBI também estiveram em pauta naquela assembléia, conforme já tivemos a oportunidade de fazer referência neste trabalho.

Em 13 de janeiro do mesmo ano, convocou-se uma *Assembléia Geral Extraordinária* para o levantamento de um empréstimo ou venda de um terreno em prol da AFBI. A assembléia foi presidida por Augusta Carneiro. Na ocasião, Anália, enquanto presidente efetiva, expôs a precário estado em que se encontrava a AFBI. Devido a essa situação, segundo a presidente, era necessário ser feito o levantamento de um empréstimo “por hypotheca para pagamento das dívidas mais urgentes”.

O quadro de dificuldades foi exposto pelas secretárias da assembléia, Rosalina Pereira e Nisia Grosman. Elas propuseram que fossem dados poderes especiais para a presidente Anália Franco se entender com qualquer capitalista. O fim era conseguir um empréstimo de 12:000\$000 para ser pago no prazo de dois anos com juros a 1% ao mês. Como garantia hipotecária seria oferecido o terreno localizado na rua dos Estudantes, na capital. Caso não fosse possível contrair o empréstimo, Anália teria poderes para vender o terreno. A proposta foi posta em votação e aprovada por unanimidade.

Pouco tempo depois, segundo consta no relatório manuscrito de 1921 com o mesmo objetivo de pagamento de dívidas, Eleonora Cintra na presidência da AFBI faria a mesma coisa, vendendo parte das terras onde estava localizada a *Colônia Regeneradora*, além de se desfazer do que foi chamado, na ata de 27 de abril de 1919, de “bens dispensáveis e onerosos” (não são explicitados quais) para a Associação.

De acordo com Cintra, o *Relatório de 1920* informa que a diretoria eleita e empossada em 9 de março de 1919 havia encontrado a Associação numa verdadeira miséria material e moral. Pelo mesmo documento, o viúvo de Anália, Francisco Antônio Bastos, é acusado de apresentar um ativo que não correspondia à realidade da Associação.

Nada podemos dizer a respeito do relatório citado por Cintra, pois ele não está entre as fontes que localizamos e analisamos neste trabalho. Aqueles que estudamos, do tempo em que Anália foi presidente, estão pautados nas atividades desenvolvidas pelas escolas maternais, asilos, creches e pelas oficinas, bem como pelo Liceu ou por qualquer outra iniciativa da AFBI. Há ainda justificativas sobre situações em foco no momento em que os documentos foram redigidos. Na nossa análise, ainda que documentos como relatórios sejam submetidos à aprovação em assembleias, há para aquele que escreve uma certa autonomia de redação. Dizemos isso, porque o documento de referência de Eleonora Cintra, em Comunicação apresentada à *CBPI* tem como autor ela própria, na condição de presidente da AFBI, o que dá um caráter de certa forma endógeno.

Se Cintra afirma que a diretoria eleita em 9 de março havia encontrado a AFBI em estado de miséria moral e material, isso não é dito na ata daquele dia. De acordo com a descrição daquele documento, as associadas reuniram-se para tomar decisões quanto à mudança dos estatutos e eleger nova diretoria. Vale destacar que a discussão em torno dessas decisões havia começado um mês antes. Naquela ocasião, 9 de fevereiro, registrou-se a presença masculina, o que em uma assembleia de 1902 foi objeto de mudança nos estatutos da AFBI àquela época³².

A participação de Ernesto Pedroso e de Francisco Bastos, no entanto, é tolerada em 1919, com direito a palavra. Segundo o pronunciamento de Pedroso, que era advogado: “dos estatutos de uma associação depende em grande parte a segurança e estabilidade da mesma”. Por tratar-se, nas suas palavras, de uma lei básica da Associação deveria ser estudada com toda a calma e ponderação. Pedroso, propunha, assim, que os trabalhos fossem prorrogados para dali a uma semana, o que foi aceito pelos presentes.

Na semana seguinte, em 16 de fevereiro, novamente a diretoria da AFBI reuniu-se e as discussões continuaram. Desta vez, decidiu-se que fosse criada uma comissão, para estudar e fazer as reformas ou retificações que julgasse convenientes nos estatutos. Como relator da

³² Conforme ficou decidido em 1902, nenhum homem poderia tomar parte nas discussões feitas em assembleias, para que as associadas não se sentissem inibidas e com isso tolhidas de manifestar suas idéias.

comissão foi indicado João Castaldi. Nessa ocasião, Julia Eugenia da Silva retirou-se da presidência da AFBI – posto ocupado desde a morte de Anália – e por aclamação assumiu Eleonora Cintra. O cargo, no entanto, só deveria ser exercido até a próxima reunião em que seria dada continuidade aos trabalhos e eleito nova diretoria.

Em 23 de fevereiro, outra sessão e propõe-se uma votação secreta, porém em meio a uma multiplicidade de propostas apresentadas, a eleição não ocorre naquele dia e é adiada para o dia 9 de março. Na mesma ocasião, conforme a ata, o Dr Almeida Salles levanta a preliminar de que as órfãs, alunas da Associação, não tomassem parte na votação, “visto ser isso contrario ao direito, apesar de lhes ser essa faculdade concedida pelos Estatutos em reforma”. A mesa explica que essa “anomalia” deveria desaparecer dos novos estatutos.

Decide-se que poderiam votar apenas as órfãs maiores de 21 anos. Pela mesma ata, Genebra de Barros é nomeada presidente honorária e o viúvo de Anália, Francisco Antônio Bastos, recebe o título de vice-presidente honorário. A “anomalia”, a que se refere a mesa, era ao que indica um exercício praticado durante a diretoria anterior.

No prédio da rua São Paulo, nº 47 - como havia ocorrido em boa parte da história da AFBI até aí -, a sessão extraordinária (em prorrogação) é aberta no dia 9 de março sob a presidência de Rosina Nogueira Soares. Dessa vez, foram lidos todos os artigos propostos no novo Estatuto, a fim de que os mesmos fossem discutidos. Entre as determinações do documento, estava a de que a AFBI estaria aberta a um número ilimitado de sócias, sem distinção de nacionalidade e de condições sociais. Seus fins seriam essencialmente laicos.

Prevvia-se a criação de bibliotecas fixas e ambulantes. Os demais artigos propostos estavam baseados nas ações já praticadas pela Associação, como difundir a instrução e continuar abrindo asilos, creches e escolas maternais também no interior, a medida das solicitações sociais. Importante destacar que nesse período houve casos de pedido de desligamento da Associação, por parte de algumas creches e asilos. Além do que não mais foi tolerada a manutenção dessas instituições fora do estado de São Paulo.

Nas sessões que se sucedem há todo um movimento no sentido de uma reorganização da Associação, aos moldes da nova diretoria. Nessa nova fase surge uma série de pessoas, apresentando-se como credoras da AFBI, seja por serviços prestados ou por dinheiro emprestado. O momento também não é bom para o viúvo de Anália. A sua permanência na *Colônia* é tolerada pela nova diretoria, devendo ele abster-se “terminantemente” de qualquer gerência na mesma.

Deliberou-se na ocasião que fosse apressado o exame dos livros. Porém, de acordo com a comunicação feita por Cintra, presume-se que a permanência de Francisco Bastos não tenha ocorrido.

Conforme Monteiro (2004, p.235), ao retornar de uma viagem de Santos para a sede da *Colônia Regeneradora D. Romualdo*, Bastos “é recebido friamente no saguão da Casa quando lhe é comunicado que a Diretoria houvera deliberado por seu desligamento da Instituição, visto ‘um viúvo não poder permanecer dentro de um Asilo de meninas’”. Nos documentos que analisamos não encontramos qualquer menção direta ao fato.

Como presidente da Associação, Anália Franco, que havia enfrentado crises - algumas das quais fora do controle diretivo, como a própria circunstância da Primeira Guerra Mundial e as epidemias, com a da gripe espanhola -, foi anunciada pela nova diretoria como incompetente administrativamente. Denunciavam-se dívidas e questões menores como a falta de roupa de cama para a internas. Importante ressaltar que aquele era um momento de crise. Após quatro anos, em meio aos reflexos da guerra e ultimamente os da gripe, a AFBI não teve forças para tanto.

A comunicação apresentada no CBPI por Eleonora Cintra (1924, p.309) aponta, pelo seu discurso, que havia o desejo de que a Colônia Regente Feijó (*Colônia Regeneradora D. Romualdo Seixas*) pudesse ser adaptada e ampliada fisicamente para poder receber menores que andavam esmolando pelas ruas de São Paulo. “Já tendo confabulado sobre o assumpto com o Exmo Sr secretário da justiça do nosso estado, que dará à Associação feminina o auxílio proporcional ao número de internados nessa secção”.

No mesmo *Congresso Brasileiro de Proteção à Infância* e na mesma seção, Francisco Antônio Bastos (1924, p.340), viúvo de Anália, apresentou *A Continuação da obra de Anália Franco em Juiz de Fora*. Segundo ele, o *Asylo de Órfãos Anália Franco*³³, tinha como objetivo não simplesmente amparar, educar e instruir as crianças, mas concorrer para o combate ao analfabetismo no Brasil. Frisava, porém, que tal instituição era autônoma, não tendo nenhuma ligação com a Associação Feminina de São Paulo, fundada por Anália Franco. A fala de Bastos indicava que os princípios de Anália, enquanto educadora, estavam sendo preservados no Asilo

³³ Ainda que tenha sofrido oposição do Clero em Juiz de Fora (MG), Bastos fundou no final de 1919, naquela cidade, o *Asylo de Órfãos Anália Franco*. Naquela circunstância qualquer católico que se abastecesse nos mesmos estabelecimentos comerciais que vendessem alimentos para Bastos, estava ameaçado de excomunhão (Cf. MONTEIRO, 2004, .216).

que havia fundado em sua homenagem, porém, sem qualquer vínculo com a fase da AFBI presidida por Eleonora Cintra.

No CBPI quando Cintra, referindo-se a Anália, diz: “enfeixou-se na sua mão todo o poder da diretoria”, percebe-se que há intenção de atribuir a ex-presidente características administrativas que não prescindiam do autoritarismo. A frase pode sugerir, ainda, que Anália era uma pessoa centralizadora. As atas indicam, no entanto, que havia sim trocas constantes de um ou outro membro da diretoria, mas havia também aquelas presenças constantes, como Emília Pacheco, Marie Rennote, Presciliana Duarte de Almeida, Julia Eugenia da Silva, Rosina Nogueira Soares, entre outras, o que pode ser justificado pelo fato de o consenso não se aplicar o tempo todo em instituições que têm no centro das suas discussões questões como a educação, que por si só agrega uma série de valores, muitos deles de ordem pessoal.

Apesar de não termos tido acesso ao *Relatório de 1920* e a atas da AFBI – documento que talvez contenha mais detalhes sobre o tipo de relacionamento estabelecido na nova fase da Associação -, a relação conflituosa do viúvo de Anália com Eleonora Cintra pode-se configurar como uma das evidências de que aquele momento representou na história da AFBI um divisor de águas. Os conflitos e as disputas, no âmbito da diretoria, ficam mais evidentes com a morte de Anália. Imaginamos que o interesse na manutenção da AFBI era muito mais pela representatividade que havia conquistado, enquanto instituição educacional, do que pelas bases pedagógicas e ideológicas que sustentavam seu caráter fortemente impresso pela sua idealizadora - em que estavam presentes pensamentos que orientavam uma certa liberdade, nem sempre de acordo com os preceitos estabelecidos. Além do mais, aquele momento precedia a fase dos anos de 1920, em que o Brasil iria abrir-se para uma pedagogia da “Escola Nova” e as disputas ficariam mais intensas pela detenção dos novos rumos da educação no país.

A guerra havia terminado em 1918, mas começava um novo tipo de mobilização coletiva, a ritualização dos movimentos de massa - nos esportes, especialmente no futebol e nas corridas de automóvel, no carnaval, em hábitos urbanos como o flerte, no trânsito, nos comícios com grandes concentrações populares e, já nos anos seguintes, nas grandes festas de iniciativa estatal. Em lugar da razão e da palavra, o universo imprevisível da ação que atropelava tudo, tomando a dianteira aos fatos da consciência reflexiva. Nas fímbrias invisíveis do acelerado processo de metropolização de São Paulo, a mobilização é quase que permanente (SALIBA, 1993, p.128).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preparar-se para uma viagem de ida a algum lugar que não conhecemos é, na maioria das vezes, uma circunstância marcada pelo entusiasmo e por planos. Chegando ao destino, rostos desconhecidos, caminhos diferentes e olhar de estrangeiro compõem nosso cenário e sentimento em relação ao diverso. Com o passar dos dias, o diferente incorpora-se à paisagem, fazemos uma amizade aqui, outra ali, nos afeiçoamos a uns, compramos os *souvenirs* e olhamos no bilhete que é data de volta. Este é o nosso sentimento: é hora de voltar.

Ao finalizar este trabalho ficamos com a sensação de que a chuva de documentos e variedade de fontes, que tão generosamente caiu sobre nós, não será rapidamente reabsorvida pelo solo de possibilidades de novas leituras e análises sobre o tema, que nos acompanhou nesses últimos 18 meses. Em nós, um misto de culpa - por não ter podido explorar tantas informações que por certo ainda estão intactas - e de saudades - porque nos afeiçoamos à companhia de tantas páginas, de tantas idéias, de pessoas, de sujeitos adormecidos e seus sonhos que não puderam ser concretizados.

É bem possível que não tenhamos feito toda a justiça a tantos sujeitos silenciados e nem aos teóricos que lemos. No diálogo com as fontes, fomos tentados muitas vezes e deduzir, concluir, e fizemos isso em algumas situações. As vozes que se calavam nas cartas, nas atas, as indisposições comuns entre as pessoas, as incoerências, os medos, os conflitos religiosos, políticos, sociais: um pouco de tudo isso tivemos a oportunidade de ler e de tentar entender.

Fragmento da história, a AFBI constitui-se em uma, entre tantas outras, peça importante para a composição da historiografia da educação no Brasil. As leituras e análises de obras e de fontes nos fizeram entender que as relações, entre os diferentes grupos que compuseram o movimento em torno da Associação, eram mediadas por opções políticas, sociais e religiosas.

Ainda que a AFBI tenha se inscrito como uma instituição laica, a diretoria que a compunha era formada por indivíduos com seus valores morais, sociais, religiosos, políticos. Daí as divergências, as convergências, os embates, as disputas, as rupturas, mas também as alianças. Daí também as tentativas de apropriações da “marca” da AFBI. Se houve a intenção de criar uma Associação sem máculas para escapar da rotulagem de um ou de outro credo, a sua idealizadora e presidente, de 1901 até o início de 1919, havia já feito a mesma tentativa na sua vida pessoal. A

única “religião” que se pretendia, fosse o centro de convergência entre diretoria e sociedade, era a educação e a instrução.

Pela análise empreendida, avaliamos que a criação de uma associação como a AFBI, nos primeiros anos da República, é algo que não se pode desprezar na historiografia da educação. Agregue-se a isso, o fato de ser idealizado, implantado e dirigido por mulheres e para mulheres, crianças das classes populares e negros.

Num contexto em que era negada à mulher a participação social e o pensamento que orientava projetos para a nação era predominantemente masculino, Anália não se acomodou e foi enfrentar o desafio de viver uma vida pública e participativa nas discussões sociais. Com ela, mulheres do seu tempo contribuíram para a construção de uma história dos vencidos, uma história que aconteceu, mas que ficou sufocada pelos escombros dos grandes feitos de uma história oficial de vencedores.

Anália foi alvo de críticas e de elogios, viveu no meio de polaridades e, muitas vezes, estabeleceu-se como ponte entre o “desvalido” e o governante. Foi repudiada pelo Clero e auxiliada pela Maçonaria e por grupos espíritas. Foi adotada por muitas das órfãs como mãe e fez papel de conselheira. Testemunha de muitos acontecimentos, viveu como sujeito e como tal, experimentou crises e conflitos dentro e fora da sua obra.

Há certos detalhes que não pudemos tocar. À distância do contexto, os meandros engendrados pela história configuram-se em ciladas que nos tentam a deduzir e concluir situações. No caso da história da AFBI, atravessada pela história de Anália Franco – que por ser a presidente acabava por personificar cada ação da instituição como se fosse dela –, deparamo-nos o tempo todo com esses meandros.

Após essa imersão no tempo, saímos também em silêncio, um silêncio por respeito ao silêncio das fontes, que agora voltam para seus lugares até que outros pesquisadores as tomem sob um outro viés e conversem com elas, entendendo o que não fomos capazes de entender.

Enfim, a página virou. Se o tempo não é mesmo, nem o contexto é igual, muito menos o nosso jeito de ler a história será o mesmo depois deste trabalho.

Vamos estudar, queridas brasileiras e praça a Deus que muito breve tenhamos a inteligência apta a descortinar as belezas sem par semeadas no espaço infinito pelo Pensamento Divino.

Repetirei ainda: o trabalho não será improfícuo.

Assim, a paleta feminina, feita de idéias, será pintada de cores róseas, trará a limpidez serena das coisas puras, da imaginação constelada de fulgurações brilhantes como o sentimento de mãe meiga a beijar a face pequenina de filhinho inocente.

Não nos esqueçamos de que não temos forças porque a nossa vontade dorme. Acordemo-la para um mundo novo no qual dominará a inteligência, irradiando fagulhas de luz e a virtude fará reinar soberba a sua divindade majestosa! (MOURA, 1918 apud DIAS, 1999, p.83).



Figura 45 – Fachada vira piso – Data: 2006 (Acervo da autora)



Figura 46 – parte da inscrição do orfanato orna jardim na antiga sede da Colônia Regenerado –
Data: 2006 (Acervo da autora)



Figura 47 - Faixa decorativa na parede de uma sala do antigo prédio da AFBI, em São Paulo –
Data: 2006 (Acervo da autora)



Figura 48 – Outro fragmento da faixa decorativa na parede de uma sala do antigo prédio da AFBI,
em São Paulo – Data: 2006 (Acervo da autora)

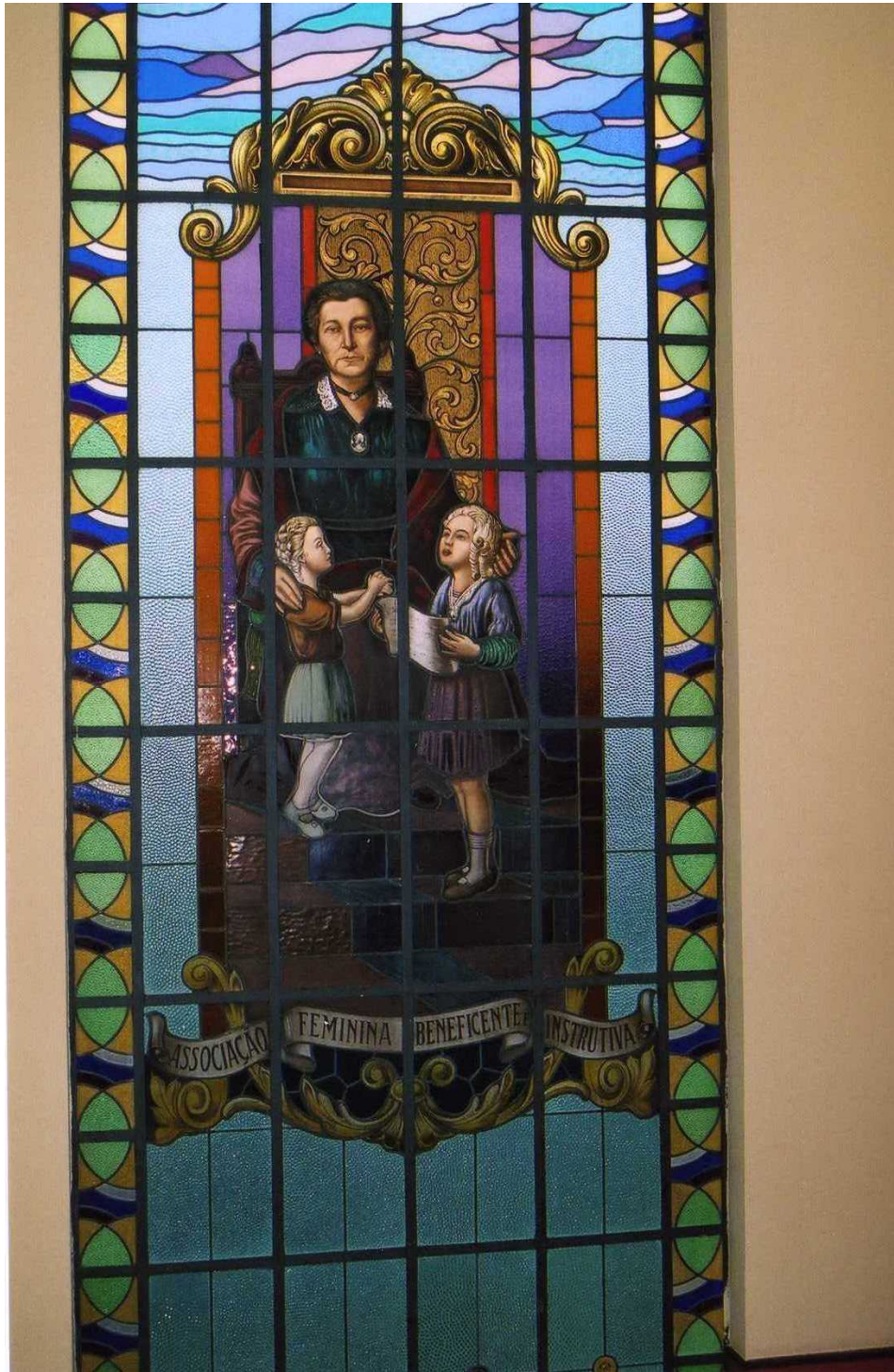


Figura 49 – Vitral conservado no prédio da AFBI, construído na década de 1930 (mede cerca de 4 metros de altura). Teria sido inspirado em Genebra de Barros. Data: 2006 (Acervo da autora).

FONTES:

Documentos

Anuário de Ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908; 1908-1909; 1910-1911

Boletim do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, nº 7: 1924 theses officiaes, memórias e conclusões. Rio de Janeiro: Emp. Graph. Ed., 1925.

Atas da AFBI de 1902 à 1922.

Relatório da AFBI de 1905.

Relatório da AFBI de 1907.

Relatório da AFBI de 1910.

Relatório da AFBI de 1912.

Manual das Escolas Maternaes da AFBI – 1902.

Livros de visita; Propaganda das Creches.

Horário das Creches e Escolas Maternaes.

Quartas Lições para as Escolas Maternaes.

Mapa resumido sobre as instituições.

Succinto Resumo Histórico das Escolas Maternaes de 1910.

Manuscritos: 79 Cartas recebidas por Anália Franco entre 1904 e 1910

Artigos e Periódicos

Álbum das Meninas números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 17, 24, 26, 27, 28, 29, 30. (entre abril de 1898 e outubro de 1901)

A Mensageira nº 3 de 15 de novembro de 1897

A Educação, números de 1 à 7, ano de 1902

Jornal Unificação nº 178.

Jornal A Tribuna de 9/9/1928.

Boletim *GEAE -Grupo de Estudos Avançados Espíritas* nº 459, de 17/07/2003

Jornal *A Voz Maternal* (Ano I: nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10,11) (Ano II nº .12) 1903/1904

Fotografias

De Anália Franco

Das escolas, das creches e asilos, dos orfanatos e da colônia regeneradora (históricas).

De Vitrais

De pinturas em parede com cenas do cotidiano e de brincadeiras infantis.

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS VISITADOS

Arquivo do Estado de São Paulo

Biblioteca do Lar Anália Franco, de Jundiaí.

Biblioteca Paulo Bourrol, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Biblioteca da Unicsul

Biblioteca Mário de Andrade

CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação - Universidade São Francisco.

Centro de Cultura, Documentação e Pesquisa do Espiritismo (CCDPE).

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico – do município de São Paulo.

Labrimp (Laboratório de Brinquedo e Matérias Pedagógicas da Faculdade de Educação da USP)

Arquivo da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva Anália Franco.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. Problèmes de l' éducation. In: FRANÇOIS, M. (org.). La France et les Français. Paris: Gallimard, 1972. p. 896-961. ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Vida/Morte: Tradições – Gerações. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. v. 36. p. 360-380.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1999, 199 p.

BARROS, Maria Cândida Silveira. *Vida e obra de Anália Franco*. São Paulo: Edição própria, 1982.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Pulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1978.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.203-233.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A história da educação no Brasil: tradições historiográficas e reconfiguração de um campo de pesquisa*. In. A escola e a república e outros ensaios. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2003, pp. 281 a 312

_____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C (Org.) *A história social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p.291-309.

COLOMBO, Dora Alice. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. São Paulo, Feusp, 2001 (Tese de Doutorado Linha de história e filosofia da educação). 338 páginas.

DIAS, Maria Aparecida Dias. *O espírito da educação: Maria Lacerda de Moura (1918-1935)*. 1999. 219f. Dissertação (Mestrado Educação). USP, São Paulo, SP.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. 1988. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83-105.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A pré-escola em São Paulo*. São Paulo. Ed. Loyola, 1988.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Pulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN JR, Moysés. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881 – 1922). *Cadernos de Pesquisa*, n.106, p. 159-171, mar. 1999.

_____. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2001.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. O Jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira 1875 – 1983*. Campinas, SP: Autores Associados. 2001 (Coleção educação contemporânea). p. 3-30.

_____. *Os intelectuais na educação da infância*. Goiânia, 2006. [conferência em mesa-redonda do IV Congresso Brasileiro de História da Educação – versão preliminar].

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 133-161.

LISPECTOR, Clarice. *A Paixão segundo G.H* 16ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.

MACHADO, Ubiratan Paulo. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói, RJ: Publicações Lachâtre, 1996.

MARTIM, Barbero, J. América Latina e os anos recentes. In: Sousa, M.W. (org) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (Orgs.). *A Leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-36.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de história: o legado de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MONARCHA, Carlos. A arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In FREITAS, M. C. (Org.) *A história social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p.101-104.

_____. Revista do jardim de infância. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira 1875 – 1983*. Campinas, SP: Autores Associados. 2001 (Coleção educação contemporânea). p. 81-119.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *A Grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Madras. 2004.

_____. A mãe da pobreza. **Universo Espírita on-line**. Disponível em: http://www.universoespirita.org.br/texto%2015_06_01/texto_Eduardo/mãe.htm. Acesso: 22 de julho de 2006.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *A socialização da força do trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 – 1934*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. *O ideário republicano e a educação*. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. *A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras*. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 15, p. 70-96, Set/ Out/Nov/Dez 2000.
 MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Ver. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2000. p. 616-632

NOWILL, Dorina...*E eu venci assim mesmo*. São Paulo: Totalidade, 1996

REIS, Maria Cândida Delgado. Masculino/ feminino: fragmentos de uma construção assimétrica . In: REIS, Maria Cândida Delgado (Org.). Caetano de Campos: fragmentos da história da instrução pública no estado de São Paulo. São Paulo: Associação de Ex-Alunos do IECC, 1994, p. 93-104.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves. *Cidadania e educação nos projetos nacionais de inserção do negro na sociedade brasileira: século XIX e início do XX*. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, SP.

SALIBA, Elias Thomé. *Cultura modernista em São Paulo*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 128-137, 1993

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In. THOMPSON, Edward Paul. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 59-71

SCOTT, Joan. História das Mulheres, In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas* . São Paulo: Editora UNESP. 1992.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educar e instruir*. A instrução popular na corte imperial, 1871 a 1889. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SOUZA, Hebe Laghi. *Darwin e Kardec: um diálogo possível*. Campinas, SP: Centro Espírita Allan Kardec – Depto. Editorial, 2002.

SUGIMOTO, Luiz. São Paulo, 1918: a capital do inferno. Jornal Unicamp on-line. Disponível em http://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio 2004. Acesso em 24 de janeiro de 2007.

THOMPSON, Edward Paul. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 267- 304

_____. Introdução: Costume e cultura. In. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 13-24

_____. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública e primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção memória da educação).

ANEXOS

Material publicado por Anália Franco, enquanto educadora, jornalista e escritora (Cf. MONTEIRO, 2004, p. 237):

Romances:

A filha do artista. Romance. [s. l.]:Tipografia Globo, 1899;

A égide materna. Romance. Publicado em fascículos na revista Álbum das Meninas;

A filha adotiva. Romance. Publicado em fascículos na revista Álbum das Meninas.

Contos:

"O canoeiro"; "O orfãozinho"; "A cruz do arroio"; "D. Constantino"; "Inesília (caso verdadeiro)"; "Idílio agreste"; "A sempre-viva"; "Um suicida (caso verdadeiro)"; "Malvina"; "À borda do abismo"; "Uma reminiscência. História de Alcina (caso verdadeiro)"; "A cretina"; "Celina"; "As ruínas"; "As duas irmãs"; "Contos cômicos"; "Minha terra"; "O arlequim"; "O carpinteiro"; "O café"; "Contos infantis n. 1 (História de Eudóxia)"; "Contos Infantis n. 2 (História de Lídia)"; "Enéas".

Poesias:

"Uma saudade"; "A mãe de ouro"; "O canoeiro" (em meio ao conto); "Miséria e fé"; "Inesília" (em meio ao conto); "A doida"; "A agonia de Jesus"; "Caridade"; "As duas irmãs" (em meio ao conto).

Peças teatrais:

"A escolinha", (em um ato); "A feiticeira", drama em três atos; "A caipirinha", comédia em um ato; "As crianças", comédia em um ato; "A filha ingrata", drama em dois atos; "A neta vaidosa", drama em dois atos; "Quim-quim", comédia em um ato; "Retrato de Lina", comédia em um ato; "As duas colegas", dois atos.

Crônicas:

"As vítimas do egoísmo social"; "O Liceu Salesiano"; "A mãe virtuosa"; "A Caridade"; "Instrução obrigatória"; "13 de Maio"; "Intuição moral"; "Educação maternal"; "Educação Física"; "Os pobres"; "Às minhas patrícias"; "As creches"; "Nossa apatia intelectual"; "Questões sociais"; "O nosso indiferentismo"; "Os filhos"; "Notas sobre Educação"; "A lei do trabalho"; "O ensino complementar e profissional da mulher"; "XV de Novembro"; "Impressões de Natal"; "Instrução popular"; "O dia de Ano bom"; "O enjeitadinho"; "Notas sobre a educação feminina"; "As filhas do mal"; "O lar feliz"; "Impressões de M'Boi (Embu)"; "Os grandes pensadores"; "A mulher e sua educação"; "As mães"; "A nossa educação"; "Educação feminina"; "Conflitos modernos"; "As mães e professoras"; "A nossa apatia mental"; "Notas de uma instituidora".

Opúsculos:

Leituras progressivas para crianças, Noções de geografia elementar, Brevíssimo resumo de aritmética, O ensino didático em São Paulo, Entrevista ao jornal Jáú Moderno, Manual para as escolas maternais da AFBI (em co-autoria com Eunice Caldas – 1902).

Dissertações evangélicas:

“Uma vida modelo”; “A vida de Maria Santíssima”.

Hinos:

Hino a Deus; Hino a Ana Nery; Hino a Jesus.

Livros didáticos:

Manual da mães; Manual educativo (10 fascículos); Novo manual educativo, dividido em três partes: infância, adolescência e juventude, com fascículos de 32 páginas; Primeiras lições para escolas maternais; Segundas lições para escolas maternais (2 fascículos); Terceiras lições para escolas maternais; Quartas lições para escolas maternais; Leituras infantis (diversos opúsculos); Lições aos pequeninos.

Opúsculos diversos:

O programa das creches (1911); Manual das creches da AFBI (1914); Manual para as escolas maternais da AFBI (1912); Regulamento das creches e escolas maternais (1916); Fotografias, mapeamento das instituições e opiniões sobre a AFBI (s/ data); Relatórios anuais da AFBI; Sucinto resumo histórico das escolas maternais da AFBI (1910); Poesias escolhidas (1905); Mapa das creches (s/ data); Manual das mães. Ensino em família ou em classes (s/ data); Manual das mães. I série. 2º ano elementar (1913); Horário das creches e escolas maternais da AFBI (1916); Disciplina do pensamento (s/ data); Regulamentos gerais; Programa geral; Regulamento para a colônia regeneradora; Regulamento das escolas noturnas; Primeira seção do asilo; As preleções de Jesus; Habilitação à assistência das sessões de Espiritismo; Minha querida mãe (folhetos); Manifesto às mulheres (folhetos); Quando as mulheres querem (folhetos); Defesa contra a tísica (folhetos).

Relação das instituições de caridade e de ensino criadas por Anália Franco e inspiradas na sua obra (Cf. MONTEIRO, 2004, p. 242):

Escolas Maternais na capital

- Empregados do Comércio
- Advogados
- Dr Getúlio Monteiro
- Grande Oriente
- Germano Vert
- Dr.Carlos Botelho
- Comerciantes
- Acadêmicos Militares
- Artistas
- Major Guilherme Rudge
- Funcionários Públicos
- Operários
- D. Paulina (dos órfãos)
- Classe Média
- Cesário Motta
- D. Elisa de Abreu
- Dr. Bento Bueno
- Bernardino de Campos
- Dina Munhoz
- Dr. Cezário Motta
- Dr. João Pinto
- Dr. Figueiredo

Outros estabelecimentos de ensino

- Liceu Feminino de São Paulo (com biblioteca)
- Liceu Feminino de Santos (com biblioteca)
- Escola Noturna (professoras internas do Asilo)
- Escola Noturna para Analfabetos
- Associação Feminina Santista (com Biblioteca)
- Creche Dr. Antonio Prado (para viúvas com filhos menores e escolas maternais para estes)
- Classes especiais para os idiomas francês, inglês, italiano e alemão, na Alameda Nothman nº 5 e Travessa Guarany nº13)
- Albergue Diurno (para filhos de mães jornaleras)
- Escola Diurna Primária
- Colônia Regeneradora D. Romualdo de Seixas (para mulheres decaídas, viúvas, órfãos, rejeitados e outros; escolas do internato: primária, maternal, agrícola, secundária, primária para adultos, música, tipografia, trabalhos manuais, corte e costura)
- Instituto Espírita Natalício de Jesus (ensino profissionalizante para meninos: alfabetização, moral cristã, tipografia, carpintaria, agricultura, floricultura e horticultura)
- Instituto regente Feijó (ensino profissionalizante para meninas: alfabetização, moral cristã, bordados, corte e costura, flores, oficinas de vasos e cestinhas e oficinas de flores)
- Asilo e Creche da capital (escolas do internato: escola primária, escola maternal, escola primária para adultos, escola dramática, oficina de flores, oficina de costura)
- Liga Educativa Maria de Nazaré (apoio às instituições)
- Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Rio de Janeiro
- Colégio Santa Cecília (capital)
- Escola profissionalizante de enfermagem
- Escola profissionalizante de auxiliar odontológico
- Escola profissionalizante de escrituração mercantil

Instituições do Interior

- Creche-Asilo de Brotas
- Creche-Asilo de São Vicente
- De Monte Azul
- Creche-Asilo de Pederneiras
- Creche-Asilo de Dobrada
- Creche-Asilo de Jundiá
- Creche-Asilo de Rincão
- Creche-Asilo de Rio Claro
- Creche-Asilo de Ernestina
- Creche-Asilo de Ribeirão Preto
- Creche-Asilo de Barretos
- Creche-Asilo de São José do Rio Preto
- Creche-Asilo de Jaú
- Creche-Asilo de Jabuticabal
- Creche-Asilo de Santa Ernestina
- Creche-Asilo de Dourado
- Creche-Asilo de Cândido Rodrigues
- Creche-Asilo de Salles de Oliveira
- Creche-Asilo de Santa Adélia
- Creche-Asilo de Santos
- Creche-Asilo de Uberaba (MG)
- Creche-Asilo de Agudos
- Colônia Educadora Hilário Ribeiro (Piracicaba)
- Colégio Santa Cecília (São Carlos)
- Escola Maternal Fé e Perseverança (Jabuticabal)
- Escola Maternal de Jaú
- Escola Maternal de Jabuticabal
- Escola Maternal Anália Franco (Jaú)
- Escola Maternal Operários do Bem (Ribeirão Preto)

- Escola Maternal Ana Claudia da Costa Carvalho (Jaú)
- Escola Maternal Alfredo Leitão (Jaú)
- Escola Maternal de Barretos
- Escola Maternal de São José do Rio Pardo
- Escola Maternal de Itapetininga
- Escola Maternal Dr. Rebouças (Campinas)
- Escola Maternal Dr. Bento Quirino (Campinas)
- Escola Maternal de São Vicente
- Escola Maternal de São Manuel do Paraíso
- Escola Maternal de Dois Córregos (I e II)
- Escola Maternal de Franca
- Escola Maternal de Vila Adolpho
- Escola Maternal de Sertãozinho (I e II)
- De Rio Claro (I e II)
- Escola Maternal Luciano Esteves (Limeira)
- Escola Maternal Anália Franco (Limeira)
- Escola Maternal de Bebedouro

Resumo Geral

- Escolas Maternais na capital (incluindo as internas): 28
- Escolas Maternais no interior: 27
- Liceus e Escolas Noturnas: 3
- Escolas para Adultos (alfabetização e primário): 4
- Escolas de idiomas: 2
- Escolas Primárias para crianças: 4
- Escola Profissionalizantes (subdivididas em diversas seções): 7
- Colégios: 2
- Asilos e Creches (interior): 22
- Asilos e Creches (capital): 2

- Outras Instituições (capital): 4
- Colônias Educadoras e Regeneradoras: 4
- Associação Santista: 1
- Associação no Rio de Janeiro: 1
- Asilo-Creche em Uberaba (MG): 1
- Total: 110

Atividades criadas no campo das artes

- Banda Musical Feminina Regente Feijó
- Coral
- Grupo Dramático Musical
- Grupo de Teatro profissional
- Teatro Infantil para Crianças Carentes
- Escola Dramática
- Escola de Música

Algumas fotos históricas que não entraram no corpo deste trabalho, mas que fazem parte das fontes:



Creche e Asilo Anália Franco de São José do Rio Pardo. S/ data. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)



Foto sem identificação. Data: 15/12/1926. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá).



Escola Maternal Anália Franco, Limeira: meninos e meninas. S/data.
(Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)



Escola Maternal Anália Franco, Limeira: somente meninas. S/data. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)



A contar o fato da AFBI admitir crianças, independente da cor, raça, idade e condição social, é possível imaginar, pelo registro fotográfico, que as mulheres bem vestidas que aí aparecem poderiam estar visitando um membro da família que viveria em um dos asilos da AFBI. O menino maior assemelha-se bastante com as crianças visitantes. Foto s/data. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá).



Sala de aula sem identificação do local. S/data. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)



Escola Mista, em Jundiá. Data: 12/07/1939. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiá)



Creche e Asilo de Santos. S/data (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiaí)



Dormitório da Colônia Regeneradora. S/ data (Fonte AFBI Anália Franco).



Espaço onde ficava o altar católico, na antiga sede da Colônia Regeneradora. Hoje, somente o nicho pode ser visto, uma vez que o altar foi roubado. Data:2006 (Acervo da autora)

